UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DAS HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL

CARLOS ANDRÉS MONTEIRO

PEDRAS NA MIRA: REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE O PROIBICIONISMO E OS ESTIGMAS ATRIBUÍDOS AOS DEPENDENTES QUÍMICOS EM CAXIAS DO SUL (1992 - 2002)

CAXIAS DO SUL
2026

CARLOS ANDRÉS MONTEIRO

PEDRAS NA MIRA: REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE O PROIBICIONISMO E OS ESTIGMAS ATRIBUÍDOS AOS DEPENDENTES QUÍMICOS EM CAXIAS DO SUL (1992 - 2002)

Texto dissertativo para apresentação à banca do Mestrado Profissional com área em Ensino de História da Universidade de Caxias do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dra. Aline Passuelo De Oliveira

CAXIAS DO SUL

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

M775p Monteiro, Carlos Andrés

Pedras na mira [recurso eletrônico] : reflexões históricas sobre o proibicionismo e os estigmas atribuídos aos dependentes químicos em Caxias do Sul (1992 - 2002) / Carlos Andrés Monteiro. – 2026.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2026.

Orientação: Aline Passuelo de Oliveira.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: https://repositorio.ucs.br

1. História - Estudo e ensino. 2. Estigma (Psicologia social). 3. Análise de conteúdo (Comunicação). 4. Crack (Droga) - Caxias do Sul (RS) - História. I. Oliveira, Aline Passuelo de, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 37.016:94

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

PEDRAS NA MIRA: REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE O PROIBICIONISMO E OS ESTIGMAS ATRIBUÍDOS AOS DEPENDENTES QUÍMICOS EM CAXIAS DO SUL (1992 – 2002)

Carlos Andrés Monteiro

Trabalho de Conclusão de Mestrado submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração: Ensino de História: Fontes e Linguagens. Linha de Pesquisa: Linguagens e Cultura no Ensino de História.

.

Caxias do Sul, 4 de setembro de 2026.

Banca Examinadora:

Dra. Aline Passuelo de Oliveira
Orientadora
Universidade de Caxias do Sul

Dr. Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias
Universidade Federal de Santa Catarina

Dra. Eliana Gasparini Xerri
Universidade de Caxias do Sul

Dedico este trabalho a todos que me ajudaram a pensar fora da curva.

AGRADECIMENTOS

Se tem algo que me deixa à beira do amor e do ódio foi o que trouxe a minha formação. Formação pessoal e acadêmica. O Ensino da História me completou como ser pensante que não suporta uma única maneira de pensar. Não gosto de estar errado, mas durante a vida mudei muito de opinião justamente por não gostar de pensar igual à maioria. Não por ser apenas diferente, mas por desconfiar de ideias prontas e definitivas.

Por isso agradeço a todos que de alguma maneira contribuíram para que eu pensasse fora da curva, ou seja, que fizesse com que tomasse gosto por enxergar as coisas por ângulos diferentes sem abandonar o pensamento crítico e a fundamentação para minhas ideias, loucuras e devaneios. Sou muito grato pelas pessoas que me acolheram durante a vida. Pessoas que fizeram uma escolha, a de estar do meu lado e sem querer me deram o suporte emocional que qualquer ser humano necessita.

Apesar das contradições intrínsecas nas relações humanas e todas as dificuldades que possam ser encontradas numa relação entre duas ou mais pessoas, agradeço àquelas que me suportam mesmo apesar dos meus equívocos e decisões torpes. Alguns indivíduos de nossas vidas não nos escolheram, mas mesmo assim ficam por perto. Assim sendo, agradeço aos verdadeiros professores da minha vida, aqueles que entendem que a aprendizagem se dá com sentido e o fazem não apenas no discurso, mas na prática.

Meus queridos professores do Mestrado, todos eles, sem exceção, sou muito grato. No entanto, meu agradecimento especial é para minha orientadora Aline Passuelo De Oliveira e Eliana Gasparini Xerri. Aline foi incansável e acreditou em mim, não negou orientação e estava ali quando precisei. Eliana foi a minha inspiração com suas aulas, textos e reflexões.

Agradeço profundamente meu maior suporte emocional. A pessoa que me cuida involuntariamente, mãe de meus filhos, colega de graduação em História e que escolheu me suportar. Celina me deu autoestima. Ao me escolher para estar ao seu lado, me fez perceber que tenho qualidades e potencialidades as quais ela enxergou. Agradeço meus queridos e amados filhos que não me escolheram mas o amor incondicional deles é a prova viva do que mais vale a pena. Agradeço meus pais, que me ensinaram a pensar fora da curva.

RESUMO

Esta pesquisa analisa como os discursos sobre o consumo de crack, veiculados pela mídia impressa local, contribuíram para a construção e o reforço de estigmas e marginalização de dependentes químicos na sociedade de Caxias do Sul entre 1992 e 2002. Partindo da trajetória histórica do proibicionismo das drogas, o estudo busca compreender de que maneira as narrativas jornalísticas produziram e consolidaram representações sociais sobre os usuários de crack, bem como refletir sobre possibilidades de desenvolvimento da consciência histórica que os reconheçam como sujeitos históricos, para além dos estigmas socialmente construídos. A pesquisa fundamenta-se nos conceitos de estigma, proibicionismo e *outsiders*, articulados à perspectiva da História do Tempo Presente e à teoria da consciência histórica de Jörn Rüsen, sendo a própria dissertação uma proposta pedagógica. Como procedimento metodológico, utiliza a Análise de Conteúdo aplicada às matérias publicadas pelo jornal *Pioneiro* entre 1992 e 2002 que abordam o consumo de crack, buscando identificar categorias, recorrências e sentidos presentes nas narrativas jornalísticas. Os resultados evidenciam que a imprensa local desempenhou papel significativo na produção e no reforço de discursos marcados pela criminalização, pela periculosidade e pela marginalização dos usuários de crack, contribuindo para a consolidação de estigmas que ainda repercutem socialmente. Conclui-se que a compreensão desses discursos pode favorecer o desenvolvimento da consciência histórica, possibilitando reflexões críticas sobre o proibicionismo e sobre a construção histórica dos estigmas atribuídos aos dependentes químicos, reconhecendo-os como sujeitos históricos.

Palavras-chave: Ensino da História. Proibicionismo. Estigma. Consciência Histórica. Análise de Conteúdo. Crack.

ABSTRACT

This research analyzes how discourses on crack cocaine use, conveyed through the local print media, contributed to the construction and reinforcement of stigma and the marginalization of people with substance dependence in the city of Caxias do Sul between 1992 and 2002. Based on the historical trajectory of drug prohibitionism, the study seeks to understand how journalistic narratives produced and consolidated social representations of crack users, while also reflecting on possibilities for the development of historical consciousness that recognize these individuals as historical subjects beyond socially constructed stigmas. The research is grounded in the concepts of stigma, prohibitionism, and *outsiders*, articulated with the perspective of the History of the Present Time and Jörn Rüsen's theory of historical consciousness. The dissertation itself constitutes the pedagogical proposal. The methodological approach consists of Content Analysis applied to articles published by the newspaper *Pioneiro* between 1992 and 2002 concerning crack cocaine use, aiming to identify categories, recurring patterns, and meanings embedded in journalistic narratives. The findings indicate that the local press played a significant role in producing and reinforcing discourses marked by criminalization, dangerousness, and the marginalization of crack users, contributing to the consolidation of stigmas that continue to resonate socially. It is concluded that the historical understanding of these discourses may foster the development of historical consciousness, encouraging critical reflections on prohibitionism and on the historical construction of stigmas attributed to people with substance dependence, recognizing them as historical subjects.

Keywords: History Teaching. Prohibitionism. Stigma. Historical Consciousness. Content Analysis. Crack Cocaine. History Education

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro demonstrativo de textos que fazem referência ao crack durante os anos de 1992 até 2002 70
Quadro 2 – Quadro representativo de textos que se referem ao crack como droga classificados por cadernos ou editoriais entre os anos de 1992 e 2002 71
Quadro 3 – Quadro representativo de textos que se referem ao crack como droga da categoria outros do quadro anterior entre os anos de 1992 e 2002 71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Recorte da programação de TV do jornal Pioneiro, abril de 1992 80
Figura 2 – Recorte de programação de TV do jornal Pioneiro, junho de 1995 81
Figura 3 – Recorte de texto do jornal Pioneiro, abril de 1992 82
Figura 4 – Recorte de página do Pioneiro com propaganda, setembro de 1993 84
Figura 5 – Capa do jornal Pioneiro de fevereiro de 2002 88
Figura 6 – Página completa do jornal Pioneiro de fevereiro de 2002 89
Figura 7 – Recorte de página do jornal Pioneiro de dezembro de 2002 90
Figura 8 – Recorte de página do jornal Pioneiro de dezembro de 2002 91
Figura 9 – Página do jornal Pioneiro com reportagem de dezembro de 2000 93
Figura 10 – Recorte de página de reportagem de dezembro de 2000 94
Figura 11 – Recorte de página do jornal Pioneiro de dezembro de 2000 95
Figura 12 – Recorte de página do jornal Pioneiro de dezembro de 1999 98
Figura 13 – Recorte de página do jornal Pioneiro de dezembro de 1999 98
Figura 14 – Recorte de página do jornal Pioneiro de dezembro de 1999 99
Figura 15 – Recorte de página do Pioneiro de fevereiro de 2002 100
Figura 16 – Recorte de página do Pioneiro de abril de 2002 100
Figura 17 – Recorte de página do Pioneiro de fevereiro de 2001 101
Figura 18 – Recorte de página do Pioneiro de julho de 1998 102

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **10**
1.1 O HISTORIADOR E A ADICÇÃO 10
1.2 O PROBLEMA DE PESQUISA 16
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA SOCIAL 24
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA: PROIBICIONISMO, DROGAS E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA **27**
2.1 DEFINIÇÃO DE DROGAS: ENTRE A CURA, O DELEITE E O SENTIDO CULTURAL 27
2.2 BREVE HISTÓRIA DO PROIBICIONISMO E SEUS MARCOS GLOBAIS 32
2.2.1 O ópio e a Pioneira Repressão Estatal na China **35**
2.2.2 Temperança e Puritanismo Econômico nos Estados Unidos **42**
2.2.3 A Regulação das Drogas no Brasil: Eugenia, Sanitarismo e Classe **47**
2.2.4 O estigma e a marginalização dos dependentes químicos a partir de uma análise histórico-crítica **56**
2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 67
2.4 “AS PEDRAS AINDA CIRCULAM”: O CRACK COMO OBJETO SENSÍVEL E A CONSTRUÇÃO DO ESTIGMA 68
2.5 DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS DO TEMPO PRESENTE: MEMÓRIA, TRAUMA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA 69
2.6 PARA QUÊ? A FUNÇÃO SOCIAL DA PESQUISA E DO ENSINO DE HISTÓRIA 70
3 QUEM É CRIMINALIZADO E POR QUÊ? O CRACK NAS PÁGINAS DO JORNAL PIONEIRO (1992 – 2002) **72**
3.1 PROSPECÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS REFERÊNCIAS AO CRACK 72
3.2 ANÁLISE DOS CORPUS 78
3.2.1 Pano de Fundo **79**

3.2.2 Os *Outsiders* e a Construção do Estigma ……..... 86
3.2.3 Proibicionismo e Criminalidade …….…….. 97
3.3 TECENDO REFLEXÕES SOBRE AS FONTES ……..…….....103
4 ENSINO DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: PROPOSTAS DIDÁTICAS SOBRE A HISTÓRIA DAS DROGAs……..……**106**
4.1 ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: A BNCC COMO NORTEADOR PEDAGÓGICO …...…...…….……106
4.2 CONSCIÊNCIA E APRENDIZAGEM HISTÓRICA SOB A ÓTICA DE JÖRN RÜSEN.…….……...…….107
4.3 PRÁTICAS DE SALA DE AULA: CAMINHOS PARA A ABORDAGEM DIDÁTICA.……109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS ……..**111**
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ……**114**

1. **INTRODUÇÃO**

1.1 O HISTORIADOR E A ADICÇÃO

Dentro da grande complexidade que constitui meu ser, uma característica própria e muito evidente está na preocupação com as injustiças sociais. Dentre elas, uma mais recente surgiu a partir da minha experiência com a adicção. A adicção aqui referida diz respeito ao que a sociedade em geral classificaria como “drogados”, ou os dependentes químicos. Porém, tanto pela minha trajetória de vida, como pelo caminho até aqui percorrido na construção deste trabalho de pesquisa, posso afirmar que se trata de algo muito mais complexo esse rótulo de “drogado”. Como afirmamos em NA (Narcóticos Anônimos), “a droga é apenas a ponta do iceberg”, ou ainda, “a droga é a cereja do bolo”. Por debaixo da ponta do iceberg, que está perceptível a olho nú, encontram-se inúmeras questões relacionadas ao uso abusivo de drogas.

Por que determinadas doenças geram compaixão e pena, enquanto outras geram desconforto e julgamento? Ao meu juízo e o pouco conhecimento que possuo no assunto, uma pessoa com câncer pode ser tão responsável pela manifestação de sua doença quanto um dependente químico. Má alimentação, stress e sedentarismo são de conhecimento público como responsáveis por colaborar significativamente na manifestação do câncer ou inúmeras doenças, como apresenta o seguinte artigo do Cad. Saúde Pública:

> O presente estudo encontrou alto percentual de respostas corretas para as associações mais difundidas na literatura científica. Mais de 80% dos entrevistados mostraram-se cientes das associações entre sedentarismo e infarto agudo do miocárdio; tabagismo e câncer de pulmão; consumo abusivo de álcool e cirrose; alimentação inadequada e diabetes. (Cad. Saúde Pública, p. 1517).

No entanto, quando nos alimentamos mal, trabalhamos muito ou dormimos pouco, não significa que queremos desenvolver algum tipo de doença. Um

determinado indivíduo que começa a ingerir determinadas substâncias, como bebidas alcoólicas, desde o início da adolescência, a qual a sociedade tem mais responsabilidade por ele do que ele próprio, não faz isso com a intenção de tornar-se um alcoolista em situação de rua dependente em crack aos 30 anos.

Ressalto que a dependência química é reconhecida como um transtorno mental do ponto de vista da medicina. No manual da psiquiatria recente, o DSM-5 (American Psychiatric Association, 2022), dedica um capítulo inteiro a esse transtorno. O título do capítulo é “Transtornos Relacionados a Substâncias e Transtornos Aditivos”, enumerando 10 classes de substâncias relacionadas à adicção. Becker, sociólogo, se refere à doença da seguinte maneira:

> Uma concepção menos simples, mas muito mais comum, de desvio o identifica como algo essencialmente patológico, revelando a presença de uma “doença”. Essa concepção repousa, obviamente, numa analogia médica. Quando está funcionando de modo eficiente, sem experimentar nenhum desconforto, o organismo humano é considerado “saudável”. Quando não funciona com eficiência, há doença. Diz-se que o órgão ou função em desajuste é patológico. Há, é claro, pouca discordância quanto ao que constitui um estado saudável do organismo. (Becker, 2009, p. 18).

Simplificar o uso abusivo de substâncias em uma doença, não limitaria reflexões mais complexas sobre a drogadição? Penso que a História pode contribuir de maneira relevante, levando em consideração não apenas as questões patológicas sobre as drogas e a adicção, mas com um olhar mais analítico, uma visão multidisciplinar sobre o tema como veremos adiante.

A estigmatização de determinadas doenças e seus portadores, como Síndrome da Imunodeficiência Adquirida-AIDS, obesidade, tabagismo, alcoolismo e toxicomania, sempre me incomodou. Especificamente, por ter passado por internação, fazer terapia, frequentar há anos psiquiatra, pelo fato do transtorno de humor associado à comorbidade com Transtorno do Déficit de Atenção, frequência de grupos de ajuda mútua, convivência com outros adictos em recuperação e tabagista, me sinto profundamente desconfortável com a falta de conhecimento geral sobre o tema e a quantidade de julgamentos em relação aos usuários. Essas

aflições me trouxeram até aqui. Compreender a origem dessa visão marginalizante e excludente sobre o “drogado” me deixa intrigado. Nesse sentido, a contracapa do livro Dependência Química e Representações Sociais de Leonardo Mota apresenta:

> Desde a perseguição às bruxas na Idade Média até a atual epidemia de AIDS, a segregação de determinados indivíduos e grupos sociais tem sido uma constante na história humana. No caso do uso de drogas, o que era uma prática ritualística nas sociedades tradicionais foi radicalmente modificado pela revolução industrial, que propiciou a produção destas substâncias em larga escala, potencializando seus efeitos sociais. (Mota, 2009, contra-capa).

A partir daí, procurei as primeiras respostas na internet sobre obras que abordavam o assunto. Em conversas com minha orientadora, descobri algumas obras como *Outsiders*, do sociólogo estadunidense Howard Becker e *Drogas: História do Proibicionismo* do historiador Henrique Carneiro. Posteriormente, uma obra que aborda o conceito de estigma, explorado pelo sociólogo Erving Goffman. Até chegar em Leonardo Mota com *Dependência Química e Representações Sociais*. Mais tarde minha orientadora me apresentou outra bibliografia, *Crack e Exclusão Social* de Jessé Souza, grande obra que apresenta um trabalho gerado por uma demanda urgente, editada e publicada pelo Ministério da Justiça e Cidadania através da Secretaria de Políticas sobre Drogas.

Na medida em que minha leitura avançava, percebi o quanto o assunto é complexo, compreendi que a discussão sobre a dependência química deveria ser uma preocupação multidisciplinar. É uma questão de responsabilidade das humanidades discutir temas relacionados uma vez que as esferas da saúde, psicologia e direito já discutem o tema e trazem sua contribuição. Nesse sentido, Mota (2009, p. 29-30), em sua proposta de pesquisa afirma:

> Minha intenção é propor uma abordagem *compreensiva* da dependência química, considerando-a um fenômeno polissêmico que se manifesta no tempo e no espaço e, por consequência, possui estreito vínculo com o social, ampliando o horizonte restrito às noções psicológicas ou psiquiátricas referentes a essa área de estudo. [...] Defino aqui um dependente químico por um critério sociológico, como um indivíduo que, em função de sua dependência de álcool e outras drogas causa uma série de

problemas no âmbito de sua interação social.

Já Souza aponta resultados de pesquisa demonstrando alguns dados: Aproximadamente 0,8% da população adulta, dentre as capitais brasileiras, fazem uso regular de crack, sendo que 80% destes são homens entre 20 e 30 anos, fazendo uso de crack há pelo menos 6,5 anos em média. Longe da ideia inicial midiática de morte em 6 meses. (Souza, 2013). Num mesmo sentido, na mesma obra, é trazido dados de pesquisas realizadas sobre o consumo da droga:

> [...] foram os marcadores de exclusão social que mais chamaram a atenção do governo federal na interpretação dessa pesquisa. Oito em cada dez usuários regulares de crack são negros. Oito em cada dez não chegaram ao ensino médio. Essas proporções são bem maiores do que as encontradas no conjunto da população brasileira. Além disso, elas referem-se a características temporalmente anteriores ao uso de crack. Somavam-se a esses, outros indicadores de vulnerabilidade social, como viver em situação de rua (40%) e ter passagem pelo sistema prisional (49%). As mulheres usuárias regulares de crack têm o mesmo padrão de vulnerabilidade social, com o agravante que 47% relataram histórico de violência sexual (comparado a 7,5% entre os homens). Outra pesquisa já havia indicado que a mortalidade de usuários de crack é 7 vezes superior à população geral, sendo os homicídios a causa de morte em 60% dos casos. (Souza, 2016, p.13).

Os dados me deixaram “entusiasmado” para a escolha de meu tema de pesquisa. Não pela satisfação da existência do problema em si, mas sim, pelo potencial de uma eventual pesquisa, claramente, envolvendo injustiças sociais. Na minha avaliação e pela trajetória até então, observei que os usuários de crack se enquadram em *outsiders*[1] ou população estigmatizada pela sua condição, e que teriam potencialidade para um tema de pesquisa. Esses sujeitos são vistos como usuários, dependentes, delinquentes ou vagabundos, como aponta Herztog (2015, p. 11-12) em sua dissertação:

> Essa proposta pode auxiliar-nos a perceber o que frequentemente é fragmentado nas tentativas de “leitura” de uma realidade complexa. O

[1] O termo *outsiders*, do autor Howard Becker, apresenta-se em inglês pela dificuldade de encontrar um termo adequado para tradução. Poderíamos utilizar como equivalentes, marginalizados ou excluídos, no entanto, com limitações. *Outsiders* significaria algo como “os de fora” ou comportamento desviante, como o próprio autor utiliza.

> abandonado, nessa orientação à fragmentação, é tomado por categorias unidimensionais, estigmatizantes e que incidem nas tentativas de inserção social, e isso fica evidente para qualquer leitor de boa vontade. É só lermos jornais, revistas e até mesmo estudos científicos, para que encontremos tais categorias: “usuário”, “doente”, “drogado”, “bandido”, “vagabundo”, etc. Sugerimos ao leitor que faça um questionamento simples, que pode clarificar esse argumento: como você se definiria? Quais seriam as categorias fundamentais que exprimiriam a totalidade de sua intimidade e complexidade histórica?

Sendo assim, meu tema poderia estar relacionado ao crack, seu consumo e as contradições que envolvem. Por esse ângulo, procurei me indagar sobre a importância do trabalho numa análise histórica. Num primeiro momento, pensei em reconstruir a trajetória do crack na região de Caxias do Sul, a partir de seu surgimento, em meados dos anos 90.

O crack já era uma droga amplamente conhecida nos Estados Unidos. Filmes, matérias jornalísticas, campanhas do período já difundiam a questão. No Brasil, o conhecimento sobre o tema chegava através da cinematografia com filmes hollywoodianos, de ação e clássicos, filmes “típicos” do policial ou herói que combate as gangues do narcotráfico.

No jornal “Pioneiro”, de Caxias do Sul, aparecem na programação do cinema películas como “*Conexão da Morte - Crack*”, “*Guerra ao Tráfico*”, “*Vício Frenético*”, “*Rex - Crack - Conexão da Morte*” no início dos anos 90. Matérias jornalísticas também foram responsáveis pela divulgação da droga, sempre com tom marginalizante e criminalizante. No dia 28 de outubro de 1991, numa segunda-feira, o jornal Pioneiro de Caxias do Sul apresentava na página 4 uma reportagem sobre a condenação do ex-prefeito de Washington, Marion Barry. Na época, Barry defendia-se postulando que por se tratar de um político negro, teria sido alvo de perseguição da polícia. O FBI teria armado uma emboscada utilizando uma isca e flagrando seu consumo de crack que era criminalizado e perseguido nos Estados Unidos.

Houve nos Estados Unidos, durante os anos 80, uma grande “epidemia periférica do crack” que atingiu sobretudo a comunidade negra. O narcotráfico crescente, em decorrência do aumento do preço da cocaína, fez surgir essa nova

droga como alternativa para a população mais pobre. Havia público para consumi-la e empreendedores para comercializá-la. (Alves; Ribeiro; Castro, 2015, p. 1-2).

A questão histórica não seria estudar a fundo as causas clínicas coletivas ou individuais dos dependentes químicos, mas sim, através da fonte de mídia impressa, identificar e analisar o que está por trás do “doente”, o qual existe um sujeito com uma trajetória, fazendo parte de uma cultura, muitas vezes não tendo consciência exata sobre, sendo apenas estigmatizado através da doença ou da criminalidade pelo proibicionismo histórico.

Na trajetória inicial desta pesquisa, encontrei algumas referências sobre o uso de substâncias psicoativas e o *Homo sapiens*, sobretudo na área da Sociologia, Medicina, Enfermagem, Psicologia ou Antropologia. Nos trabalhos de pesquisa da História não foram encontrados temas relacionados à dependência química, apenas pouquíssimos artigos e dissertações dentro dos estudos dessa disciplina. O tema da dependência química, drogadição ou drogas é mais frequente em outras áreas, quando o pesquisador sente a necessidade de fazer um levantamento histórico para contextualização. Um autor brasileiro da História que trabalha com drogas é Henrique Carneiro, que em sua obra discorre sobre o viés proibicionista das substâncias. Sobre o fato de existirem poucas pesquisas científicas das humanidades sobre drogas, aponta Souza (2012, p. 25):

> Existe atualmente uma considerável produção bibliográfica nas ciências sociais – majoritariamente sociológica e antropológica – acerca do tema das “drogas”, inclusive a maconha, suas práticas sociais e representações culturais, mas não deixa de chamar a atenção o fato de existir uma sensível escassez de estudos históricos sobre o tema.

Foram utilizadas algumas palavras-chave para busca nos repositórios, principalmente no google acadêmico e portal da capes. Palavras como drogas, crack e história filtram resultados de trabalhos acadêmicos das áreas da saúde, antropologia e sociologia, sendo de fato muito difícil a busca de referenciais da História.

1.2 O PROBLEMA DE PESQUISA

Este trabalho tem o intuito de analisar de que forma os dependentes químicos, especificamente os usuários do crack, foram historicamente marginalizados e estigmatizados, tomando como ponto de partida a história do proibicionismo das drogas. Minha pergunta é "como os discursos sobre o consumo de crack, presente na mídia impressa local, reforçam ou tensionam a marginalização e estigmas dentro da sociedade caxiense dos anos de 1992 até 2002? De que maneira o Ensino da História pode se relacionar com a História do Proibicionismo, a construção de estigmas e marginalização de sujeitos doentes que são tidos como "drogados"?

Meu objetivo central se relaciona diretamente com essa pergunta-problema. Pretendo analisar como os discursos sobre o consumo de crack, presentes na mídia impressa local, contribuíram para a construção e o reforço de estigmas e da marginalização desses sujeitos na sociedade de Caxias do Sul entre 1992 e 2002, tendo como pano de fundo a trajetória do proibicionismo das drogas e a partir dessas análises refletir sobre mecanismos para desenvolver uma consciência histórica levando em consideração sujeitos históricos e não apenas o estigma de "drogados".

O recorte temporal se dá por motivos simples. Se por um lado temos a propaganda hollywoodiana estadunidense trazendo a novidade da droga desde o final dos anos oitenta, por outro é na década de noventa que o consumo se estabelece no Brasil. Eu mesmo lembro da chegada da droga em conversas no Fátima, bairro a qual cresci e morei até os vinte e oito anos. Os usuários já comentavam sobre. Nas partilhas entre companheiros adictos em recuperação confirmei a minha percepção. Por fim, confirmei minhas suspeitas em uma primeira observação aos periódicos impressos do jornal Pioneiro com a palavra-chave *crack* desde os anos sessenta. Uma década é o tempo a qual me parece suficiente para uma viabilidade de pesquisa. Além disso, é o período inicial onde uma narrativa é construída com menor entendimento sobre a droga.

Estabeleci então três objetivos específicos que buscam construir um caminho investigativo coerente com a complexidade do tema. Em um primeiro momento, desejo desenvolver uma breve pesquisa sobre a história do proibicionismo das drogas no mundo, considerando o contexto da chamada “revolução psicoativa” e seus desdobramentos no Brasil, a fim de compreender como determinadas substâncias passaram a ser vistas como ilegais e perigosas.

A partir dessa base, pretendo relacionar essa construção histórica da ilegalidade com os conceitos de “outsiders”, de Howard Becker, e de “estigma”, de Erving Goffman, para compreender de que modo essas categorias ajudam a explicar os processos de exclusão e rotulação social vividos pelos usuários de crack. Diante disso, pretendo aplicar essas reflexões teóricas na análise dos discursos presentes na mídia impressa, buscando compreender como essas narrativas reforçam ou tensionam a estigmatização social dos dependentes químicos.

Educadores e pesquisadores têm um papel fundamental na construção das narrativas históricas, levando em consideração a consciência histórica. Esse processo é responsável pela identidade humana e nos define, refletindo diretamente em nossas ações. As drogas fazem parte da cultura humana, sendo elas as lícitas relacionadas ao hedonismo, lícitas relacionadas à cura, ou ilícitas relacionadas ao proibicionismo. Sendo assim, pensamos e agimos conforme o que nos é contado e entendemos sobre. Entender as drogas e sua relação com a sociedade passa diretamente pelo ensino da História e, nesse sentido, podemos reproduzir velhas narrativas ou desenvolver sentidos de alteridade e uma consciência do que essas substâncias representam aos indivíduos a partir da pesquisa histórica, ressignificando a concepção estigmatizada do “vagabundo ou drogado”.

O desenvolvimento dessa pesquisa não tem a intenção de trazer a verdade e o esgotamento do tema, mas sim, de trazer essa importante discussão para a história, abrindo a possibilidade de novas reflexões. O trabalho não é o fim, mas o começo. Além das fontes impressas poderiam ser trabalhadas diversas outras, permitindo novos olhares e um maior aprofundamento. Considero importante fazer esse primeiro passo com muita humildade. Compreendo o desafio e a

responsabilidade já que a pauta da dependência química é um tema muito sensível para grande parte da sociedade.

Nesse sentido, a abordagem escolhida para análise das fontes dos periódicos impressos será a *Análise de Conteúdos*, visto que a intenção do trabalho é analisar os impressos de maneira objetiva, destacando como se dá a estigmatização, criminalização ou a marginalização dos adictos em crack. Não tenho a intenção, por hora, de fazer contextualizações históricas complexas aos arredores do texto. O caminho da pesquisa, relacionado ao Ensino da História, se dará a partir das teorias da História de Jörn Rüsen e José Carlos Reis.

Definindo o tema de pesquisa procurei refletir quais seriam meus referenciais teóricos da história. As leituras e debates das disciplinas do mestrado e orientações me permitiram diversas reflexões, me levando a considerar a história do tempo presente como possibilidade de sustentação teórica. No entanto, me faltava leitura e compreensão sobre o seu significado. Minha compreensão se limitava à ideia de que o surgimento, o consumo e a criminalização do crack ainda são processos em desdobramentos e muitas de suas memórias são bem vívidas.

Não obstante, ao buscar a obra de José Carlos Reis História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade me deparei com uma melhor noção de tempo histórico, de uma maneira um pouco mais complexa e abstrata em relação ao papel do investigador. Não se trata apenas do passado se relacionar com o presente, mas sim, do pesquisador trazer de volta uma existência, um tempo, “o vivido humano” (REIS, 2003, p. 182), de volta, através “do ser, espírito ou sujeito do pesquisador” e levando em consideração que o passado já existe no presente. Aquilo que está no passado tem uma relação com o que se entende sobre a consciência do presente, podendo novamente ser “conhecida” aquela história, aquele tempo. Sendo assim, o pesquisador traz de volta aquilo que poderia ser considerado passado e que não se relacionaria com a consciência histórica. Fui e sou para ser. Menciono aqui parte considerada por mim elucidativa do autor:

> Para tanto, opera uma reversão no conceito de passado, de vida passada,

> que estabeleceu como seu objeto. Ocupando a parte superior da clepsidra, portanto ainda no ser, ele a vira de ponta-cabeça e faz retornar pelo vão do tempo o ser que se foi. O ser que se foi, então, desaba a contrapelo sobre a sua cabeça e sobre a sociedade presente, espiritualizado, abstrato. Ao agir assim, o historiador não considera o passado como o que não é mais, o inacessível, o incognoscível. Para ele, ao contrário, o passado é o que há de mais sólido na estrutura do tempo. Ele é existência conhecível; somente como "tendo sido" o vivido humano se dá ao conhecimento. O passado não é uma queda no nada; ao contrário, é uma passagem ao ser: o passado é a consolidação do ser no tempo, é duração realizada. Ele não é o que não é mais, mas o que foi e ainda é. Ele penetra em nossa atividade presente e determina o futuro. Entretanto, embora seja "duração realizada", o passado não existe em si. Ele se confunde com a reconstrução que se faz dele. Existe no presente como memória, reconstrução. O ser do passado é a sua "representação", que está situada no presente. (Reis, 2003, p. 182).

Em outras palavras, se faz necessário a construção de uma consciência histórica, onde a marginalização dos dependentes químicos seja vista como consequência do proibicionismo das drogas e a criminalização e estigmatização dos usuários.

Os autores e seus conceitos para análise a serem utilizados aqui deverão ser: *Outsiders*, como termo para comportamento desviante, de Howard Becker; *Estigma* do autor Erving Goffman; *Proibicionismo*, relacionado a história das drogas de Henrique Carneiro, como referências centrais. Outras definições conceituais que devem aparecer durante o texto, até por uma questão de estilística, são exclusão e marginalização. Desde as primeiras ideias sobre o tema em questão, me indaguei sobre como trabalhar estigma e outsiders, que levam à marginalização dos usuários de crack, levando em consideração as fontes históricas.

As notícias em geral são escolhidas a partir de interesses. Sua elaboração se relaciona diretamente com as informações que existem sobre um determinado tema e a partir disso colaboram com a construção de uma visão sobre o que está sendo veiculado. O consumo de substâncias ilícitas já são por si só estigmatizadas a partir de uma construção histórica de seu proibicionismo, originando os outsiders. Quando se é noticiado um crime e é citado que foi causado por um dependente em crack, há inúmeras reflexões possíveis a serem feitas sobre a complexidade do caso.

Acredito que não se trata apenas de um viciado em crack cometendo crimes.

Ora, não estariam a vulnerabilidade social, ausência do estado ou o baixo capital simbólico[2] terem maior participação de um indivíduo ser consumidor abusivo de crack e cometer delitos? A matéria acaba reproduzindo algo já pré-estabelecido pela sociedade. Nunca encontrei a notícia de um crime de sonegação de imposto sendo associado ao fato do sonegador ser alcoólatra viciado em whisky escocês.

No desenvolvimento da pesquisa proponho utilizar como fonte matérias jornalísticas veiculadas ao jornal “PIONEIRO”, de Caxias do Sul, entre os anos de 1992 até 2002, que tratam do tema da droga do crack, selecionando e analisando. A base de dados para consultar o jornal impresso é a BNDigital através do site <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> inserindo a palavra crack para pesquisa. Através desse levantamento procuro compreender que tipo de discurso é construído em torno do ilícito.

É importante ressaltar que não tenho a intenção de investigar a partir dos editoriais ou cadernos. Busco me aproximar, tanto quanto possível, da perspectiva expressa pelo jornal no recorte temporal analisado, visando compreender de forma ampla como o crack é representado em suas páginas. Esse processo é favorecido pela digitalização do impresso, que permite a busca por termos, em vez da limitação às seções específicas.

A minha escolha por esse periódico já vem carregada de representações sobre sua importância para os caxienses. Outro motivo é a sua representatividade para a região da serra. Além disso, o jornal “PIONEIRO" faz parte de um conglomerado de comunicação. Sobre o impresso, destaco o elucidado por Xerri:

> Dessa forma, a escolha pelo jornal *Pioneiro* está relacionada à sua área de abrangência (região nordeste do Rio Grande do Sul), além de ser o maior veículo de comunicação agregado a outros dispositivos, como a TV e o rádio, pertencendo ao mesmo grupo empresarial…O jornal *Pioneiro* atende a 18 municípios na região da Serra Gaúcha, abrangendo uma população aproximada de 700.000 habitantes. Conforme Giron e Pozenato (2004), foi fundado em 4 de novembro de 1948, na cidade de Caxias do Sul e obedecia

[2] A referência ao conceito de capital simbólico: CAMPOS, Pedro Humberto Faria; LIMA, Rita de Cássia Pereira. *Capital simbólico, representações sociais, grupos e o campo do reconhecimento*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 48, n. 167, p. 100-127, jan./mar. 2018. DOI: 10.1590/198053144283.

> a duas ordens de influência: “uma, voltada à valorização das raízes socioculturais da cidade e, outra, político partidária, ligada à Ação Integralista Brasileira”. Sua circulação foi semanal até 21 de fevereiro de 1981, quando passou a ser diário, ocasião na qual ficou estabelecido que deixaria de ser partidário, passando a ser comunitário. (Xerri, 2019, p. 158)

O jornal *Pioneiro* foi fundado em 4 de novembro de 1948 por membros da antiga Ação Integralista Brasileira, que após o ano de 1945 organizaram-se sob a sigla do Partido de Representação Popular (PRP), liderado por Plínio Salgado. Desde o início, o periódico promoveu uma forte campanha contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB). (Marmentini, 2021). A iniciativa para a criação do jornal partiu do deputado estadual Dr. Luiz Compagnoni, e sua fundação foi influenciada por dois principais fatores: um voltado para a valorização das tradições socioculturais de Caxias do Sul e outro de cunho político-partidário, vinculado à Ação Integralista Brasileira. Essa organização já havia criado anteriormente outros dois jornais na cidade: *O Bandeirante* (1935-1937) e *O Nordeste* (1941) (Marmentini, 2021, p. 34). O periódico faz parte da organização de mídias RBS TV.

O conhecimento prévio sobre o uso do crack e levantamentos preliminares influenciaram minha escolha em analisar as fontes de mídia impressa a partir dos anos 90. No entanto, precisava de informações formais relacionadas à introdução da produção e consumo da droga no município (A droga se estabeleceu em Caxias do Sul a partir da produção por usuários de cocaína). Daí por diante, comecei a garimpar fontes nesse sentido, ou seja, buscar matérias que mencionem a tal droga.

A menção ao crack já havia aparecido no jornal “PIONEIRO”, na publicação dos filmes em cartaz dos cinemas da serra gaúcha ou fora do país, quando surgiu no editorial do jornal do dia 7 de abril, terça-feira, de 1992, sua primeira menção do psicoativo no Brasil. O título se apresentou da seguinte maneira: “Crack: esse vício já chegou ao Brasil”. O texto tem inúmeras informações sobre o conhecimento que se tinha ou se reproduzia na época sobre o tema. Chama a atenção e me intriga algumas afirmações feitas na publicação. O crack poderia levar em apenas algumas semanas ao vício e a morte e seu “barato” duraria 15 segundos. Outra informação intrigante é que a ideia da produção do crack veio dos plantadores de coca, além

disso, faz o alarde sobre o uso entre as classes médias e altas, em contradição com diversos estudos que apontam ser uma droga altamente consumida entre jovens, de baixa renda, com baixo capital simbólico e baixa escolaridade como veremos posteriormente.

Em um artigo desenvolvido por Romanini e Roso encontrei outras informações sobre o histórico da “superdroga”. Afirmam que no início dos anos 80, pesquisadores estadunidenses apontaram para uma nova forma de consumo de cocaína através da inalação de pedras feitas a partir do cozimento da pasta base da cocaína, bicarbonato de sódio e água. O nome derivaria do efeito a partir do estalo da pedra em sua queima para consumo: “crack”. A origem da droga é nos Estados Unidos, e não idealizada e desenvolvida por plantadores de coca. (Roso; Romanini, p. 84). Afirmam ainda que a trajetória do crack no Brasil é semelhante, porém com um distanciamento temporal de aproximadamente 10 anos. Os primeiros relatos da droga surgiram sobre seu consumo entre crianças no centro de São Paulo no ano de 1989.

Outra pergunta a se fazer como linha de raciocínio é: As matérias presentes no jornal *Pioneiro,* relacionadas ao crack, colaboram para a construção da segregação dos seus dependentes? Nos primeiros passos desta pesquisa me deparei com inúmeras incertezas, no entanto, com certa presunção ao imaginar as respostas que encontraria. As ideias sobre a marginalização, exclusão e estigmatização relacionando-se com os usuários estão tão claros e óbvios que quando penso num processo investigativo e exploro um pouco mais as páginas do jornal, percebo como se faz necessário uma metodologia que permita com que eu encontre possíveis respostas que se relacionem com a proposta de trabalho. Não se trata da busca da minha verdade, mas sim, do resultado de uma análise investigativa sobre os impressos e o Ensino da História. Como conseguir aproximar-se ao máximo de uma possível realidade?

Outra importante consideração é sobre a análise das matérias escolhidas. Devo observar o que está sendo mencionado, todavia sem deixar de considerar o que não está sendo explícito. O que faz com que uma informação seja escolhida e

outra não para fazer parte da matéria?

Desde o começo quando pensei no tema relacionado à dependência química, não tirei da cabeça entrevistar os próprios usuários, tanto “na ativa”, quanto "limpos”. Penso ser de uma relevância imensurável dar voz a quem mais pode nos ensinar sobre a dependência química. Mais uma vez, reitero, que não quero trazer toda a verdade e tudo que pode ser dito sobre o tema. Seria imbecilidade ou ingenuidade não desconfiar que entrevistar pessoas, abordando um tema sensível como esse, não traria uma série de dificuldades, sendo fundamental um referencial metodológico que atenda as expectativas e seja bem-sucedido.

Sendo assim, comecei minha prospecção buscando, em primeiro lugar, subsídio para as entrevistas. Em conversas durante o semestre registrei o nome de Durval Muniz de Albuquerque Júnior com sua obra “HISTÓRIA. A arte de inventar o passado". De cara, o título já me chamou a atenção. No capítulo 14 – *AS DOBRAS DO DIZER: DA (IM)POSSIBILIDADE DA HISTÓRIA ORAL, de* sua obra, em um capítulo de poucas palavras mas de muito a se dizer, já reflete sobre as limitações de se fazer história oral, tendo em vista a cultura acadêmica “escriturística” distante do “povo”. Menciona logo no início:

> Talvez seja necessário iniciar estas palavras pedindo silêncio. Silêncio que permite o som, que permite a voz fazer sentido. Silêncio para que se fale um texto escrito e para que se faça uma reflexão sobre a relação de complementaridade e distanciamento que há entre texto, escritura e fala, voz, oralidade. Silêncio para falar de um processo de silenciamento, aquele que no Ocidente moderno nasceu do trabalho das instituições e aparelhos escriturísticos, que isolaram o "povo" e silenciaram suas "vozes". Silêncio para falar da História, uma história que se diz oral, mas que se faz por escrito. Silêncio, pois, para falar, talvez, de uma impossibilidade, desta impossibilidade, a de fazer história oral sob o império da sociedade escriturística. (Júnior, 2007, p. 229).

O texto traz uma análise sobre o desafio da história oral em uma cultura acadêmica escriturística. A oralidade como um todo é substituída por palavras escritas ao mesmo tempo que a oralidade torna-se importante para dar voz a quem foi silenciado.

Os dependentes químicos não são levados em consideração ao se falar em

drogas. Há o Estado, através de suas instituições de poder, para se falar no lugar do adicto. As instituições que condizem com a lógica patologizante do transtorno abusivo de substâncias, as fazendas e tratamentos com discursos religiosos e as leis que criminalizam os usuários.

Acredito que, justamente pela reflexão desenvolvida acima, o fato de me identificar como adicto é crucial na aproximação com os entrevistados. Os “drogados” possuem um conjunto de linguagens e códigos próprios. No momento em que o pesquisador tem liberdade e acesso a essa realidade, torna-se natural a abordagem. Apesar do meu reconhecimento sobre a importância de entrevistar adictos, essa parte ficará para uma nova pesquisa, tendo em vista a viabilidade ao cumprimento de prazos e exequibilidade.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA SOCIAL

Com frequência os temas políticos, econômicos, de gênero, movimentos sociais, racial, já são temas supervalorizados pela disciplina de História. No entanto, historicizar sobre dependência química também é trabalhar com aspectos econômicos, ideológicos, políticos, de gênero e racial, tendo em vista que grande parte das contradições sobre o tema atingem de maneiras diferentes os diversos setores da sociedade. Discutir os temas relacionados ao consumo de substâncias psicoativas e sua dependência são importantes na medida que a dependência química é resultado de um processo histórico complexo, muito além de uma mera falha de caráter.

Me considero sujeito histórico, político e com determinada consciência, me sentindo responsável pela construção do entendimento da história e penso que posso e devo ser participativo na construção de uma consciência histórica crítica. Mesmo sendo prematuro em pesquisa, não posso deixar de me posicionar. Levando em consideração o entendimento de História do pesquisador, o arcabouço teórico que subsidia o trabalho será a História do Tempo Presente, sendo a principal referência o autor José Carlos Reis e sua obra História & Teoria - Historicidade,

Modernidade, Temporalidade e Verdade.

Pretendo desenvolver o trabalho num total de cinco partes, incluindo introdução e considerações finais. Três capítulos dedicarei ao desenvolvimento da pesquisa, a qual, num deles, farei contribuições relacionadas aos referenciais conceituais, metodológicos e historiográficos. Na parte subsequente à introdução serão apresentados os conceitos e as referências teórica e metodológica. Os conceitos como drogas, proibicionismo, estigma e outsiders receberão atenção para subsidiar a análise em si. São importantes na medida em que permitem à aproximação e diálogo com o problema e objetivos da pesquisa.

Uma contextualização histórica do proibicionismo das drogas também será muito importante para termos uma compreensão global das consequências do que Courtwright chamou de Revolução Psicoativa e seus desdobramentos até os eventos de regulação das drogas. Pretendo dar sentido à pesquisa no ensino da história através dos autores José Carlos Reis e Jörn Rüsen.

Como mencionado anteriormente, analisarei o conteúdo do jornal (matérias jornalísticas fundamentalmente) através da análise textual discursiva. O critério de seleção de conteúdo será utilizando a palavra chave “crack” quando referida como droga. Devo lembrar que a palavra aparece relacionada a outras situações, como matérias de esporte, quando cita jogadores de futebol, quebra de bolsa de valores e propagandas de rack, aqueles que são usados para sustentar equipamentos de som ou tv (c/rack).

Por fim, nas considerações finais, serão retomados os principais pontos discutidos ao longo do trabalho, com o intuito de avaliar em que medida os objetivos propostos foram alcançados. Essa seção buscará refletir sobre as contribuições da pesquisa para uma consciência histórica crítica levando em consideração o tempo presente.

Na parte seguinte do trabalho será apresentado a revisão historiográfica do tema, tendo em vista a melhor compreensão do leitor sobre a origem das ideias marginalizantes e excludentes relacionadas ao uso das drogas ilícitas dentro de um processo histórico. Afinal, a regulamentação das drogas “não caiu do céu”. Para isso

trabalharei fundamentalmente com a obra de Carneiro - *“DROGAS: HISTÓRIA DO PROIBICIONISMO*”. Menciono que a publicação possui 541 páginas com forte subsídio histórico, citando fontes e autores. Serão considerados também outros artigos relevantes ao tema. Como mencionado anteriormente, trarei as discussões sobre os conceitos de estigma, *outsiders,* além do arcabouço teórico e metodológico que utilizarei.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA: “PROIBICIONISMO, ESTIGMA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Neste capítulo apresentarei conceitos importantes para compreensão das ideias relacionadas à pesquisa, bem como os subsídios teóricos para pesquisa e análise e uma breve história do proibicionismo. Para este último, o conceito de droga será utilizado fundamentalmente através do autor Henrique Carneiro. De antemão peço desculpas pela repetição em citações diretas e indiretas da mesma obra e autor. O motivo pela qual foi escolhida essa forma é pela profundidade da pesquisa, além da mesma estar atualizada.

Em determinada parte da leitura do capítulo, trata-se de um trecho de natureza predominantemente descritiva. Encontrei muita dificuldade em trazer uma breve história do proibicionismo das drogas sem fazer resumos. É da natureza do trecho que traz a história das drogas através do entendimento de sua regulação, já que, o conceito de droga, conforme apresentarei posteriormente, é uma ideia construída a partir da comercialização dos psicoativos, fundamentalmente pela sociedade ocidental, pós expansão comercial e marítima.

Na sequência do capítulo algumas reflexões sobre a importância do tema para o Ensino da História. Desenvolver uma consciência histórica crítica que promova um Ensino da História voltada para a construção do saber em uma perspectiva de auto educação engajando docentes e discentes na superação de problemas. Tendo em vista que a chegada do crack e seu consumo são acontecimentos recentes e que ainda se relacionam diretamente com os dias de hoje, proponho não ignorar o fato de estarmos envolvidos e sermos responsáveis por compreender aquilo que segue sendo narrado e dito. O estigma e a marginalização do dependente químico ou do crack são consequências diretas do saber até então construído sobre o tema. Sendo assim, a História do Tempo Presente aparece no decorrer das reflexões e análise de forma implícita e não necessariamente sendo citada de maneira recorrent.

2.1 DEFINIÇÃO DE DROGAS: ENTRE A CURA, O DELEITE E O SENTIDO CULTURAL.

As drogas são vistas como fármacos ou como substâncias relacionadas ao bem-estar e prazer, mas que em curto, médio ou longo prazo, de acordo com a ação da substância, traz consequências negativas para a vida do usuário. Essa circunstância leva a uma visão negativa sobre o dependente das drogas. (Carneiro, 2019, p. 17). Em uma conceituação sobre droga Carneiro (2019, p. 17) afirma:

> O conceito de droga aparece na história cultural contemporânea, concomitantemente, como um fantasma do mal e como um emblema da saúde. Como fantasmagoria encarna bodes expiatórios, obsessões patologizantes e medos irracionais. Mas é também o veículo da salvação e da cura, como pílula mágica e panaceia para todos os males.[…] Numa narrativa, a droga é a esfera da maior tentação e da maior queda, espécie de armadilha à espreita de curiosos para fisgá-los no pior dos vícios. Em outro registro, no entanto, a droga é o remédio, magia e milagre em pílulas, o paraíso num frasco, a cura da alma e do corpo, o consolo anestésico da dor. Assim, seus usos se multiplicam na mesma medida que a nosografia oficial dos males da alma e uma das indústrias mais florescentes da nossa época é a que fabrica estes fármacos.

Essa visão decorre sobre a maneira como foram historicamente construídas, a partir de causas sociais, culturais, políticas e econômicas e por isso, tornam-se importantes aos historiadores analisá-las. Carneiro afirma que a partir do final do século XIX e durante todo século XX, instituíram-se legislações relacionadas à circulação e consumo de diversas substâncias, as quais classificou como drogas: ilícitas, lícitas e lícitas recreativas. Observa ainda, "*A história das drogas é, assim, antes de tudo, a história de suas regulações, da construção de seus regimes de circulação e das consequentes representações culturais e políticas de representação, incitação ou tolerância*". Essa condição histórica proporciona um estado de exclusão entre os indivíduos, pois passa a criminalizar determinados comportamentos sem levar em consideração outras condições mais complexas. (Carneiro, 2019, p. 19). Por outro lado, David Courtwright divide as drogas em dois

grupos: álcool, açúcar e tabaco como as de maior expansão, não podendo ser proibidas, e as menores, o ópio, a cannabis e a coca, que permitiram ações do estado para sua proibição. (Torcato, 2014).

Nesse sentido, podemos afirmar que a droga é uma substância física fácil de identificar, ela é o remédio ou o inebriante relacionado ao prazer, representa o vício ou a cura. No entanto, seu uso se relaciona entre indivíduo e sociedade, que produz efeitos abstratos e cheios de representações. Os princípios ativos provindos da natureza, cultura e indivíduo se entrecruzam. A droga existe a partir do seu consumo e efeito metabólico. (Carneiro, 2019, p. 21).

O homo sapiens não trás consigo apenas os elementos biológicos na constituição de seu ser. Ele é constituído a partir de uma complexidade cultural, o nosso ser físico se relaciona com o meio a qual ele vivencia suas lutas, seus dilemas, sua expressividade e sua trajetória. Ao mesmo tempo que podemos ter fatores genéticos para desenvolver uma doença, as circunstâncias de sua vida trarão determinadas consequências. Como será seu tratamento ou sua recuperação sobre uma doença se é que assim existirem? Quero pensar na dependência química de maneira histórica, ou seja, não apenas o consumo das drogas exclusivo e isolado. Nesse sentido, deve-se levar em consideração que, por um lado temos a substância, por outro temos o adicto como sujeito e pertencente à história. Sendo assim, o consumo possui uma série de nuances intrínsecas dessa relação em um determinado contexto histórico:

> O ser humano nos é revelado em sua complexidade: ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural. O cérebro, por meio do qual pensamos, a boca, pela qual falamos, a mão, com a qual escrevemos, são órgãos totalmente biológicos e, ao mesmo tempo, totalmente culturais. O que há de mais biológico o sexo, o nascimento, a morte é, também, o que há de mais impregnado de cultura. Nossas atividades biológicas mais elementares beber, defecar, comer, estão estreitamente ligadas a normas, proibições, valores, símbolos, mitos, ritos, ou seja, ao que há de mais especificamente cultural; nossas atividades mais culturais – falar, cantar, dançar, amar, meditar põem em movimento nossos corpos, nossos órgãos; portanto, o cérebro […] A partir daí, o conceito de homem tem dupla entrada: uma entrada biofísica, uma entrada psicossociocultural; duas entradas que remetem uma à outra. (Morin, 2004, p.40)

O uso de substâncias psicoativas pelo ser humano é reconhecidamente um fator comum nas mais diversas culturas e ao longo dos milênios. Sociedades utilizaram diferentes substâncias com fins relacionados ao prazer e sobretudo ritualísticos. Dessa maneira, a religiosidade e o uso de determinadas substâncias têm um mesmo objetivo: a busca pela transcendência. Nos textos dos Vedas, por exemplo, a *Cannabis* aparece como uma ferramenta para saúde, vida longa e acesso a visões divinas. Mota trás uma terminologia para designar a relação da droga como mecanismo de aproximação ao divino, seriam essas as substâncias *enteógenas.* Pode-se citar ainda os casos do *ayahuasca*, folhas de *chacrona*, o tabaco e o álcool que também foram e são utilizados como substâncias relacionadas à religiosidade, pois são utilizadas como ferramentas de contato com o transcendente (divino). Nos exemplos acima mencionados, podemos citar a organização religiosa do Santo Daime, a Barquinha, União do Vegetal (UDV). (Mota, 2009).

Em relação ao tabaco, é reconhecido que seu uso está relacionado a rituais em diversas comunidades indígenas no Brasil. O álcool também tinha um papel ritualístico. Tanto o tabaco quanto o álcool têm algo em comum: Os dois eram usados apenas nos rituais, seus preparos eram artesanais e demorados e assim, não havia um mercadinho para comprá-lo e logo em seguida desenvolver a adicção. Antes do contato entre as sociedades europeias e indígenas e o início da comercialização etílica, não há relatos ou registros de dependência química nas comunidades nativas. (Mota, 2009).

A sociedade moderna trouxe consigo uma mudança significativa em relação ao controle social, antes baseadas no rito ou nas tradições. Agora, esse controle aparece de maneira racional e científica, associado ao comércio ou à indústria. Nesse sentido, do ponto de vista histórico, a droga como conhecemos hoje é fruto desse processo, da mudança de como enxergamos a substância e seu consumo.

Nossa relação com as substâncias psicoativas foi mudando de uma finalidade ritualística para uma finalidade inebriante ou de cura, um objeto do consumo, um

produto. (Mota, 2009). Algumas reflexões são importantes para que se consiga compreender como se dá a origem dessa relação (indivíduo e droga) na sociedade atual. Por volta de 400 anos atrás, resultado da expansão marítima e "revolução comercial" de uma sociedade cada vez mais racional e antropocêntrica, o mundo moderno passou por uma transformação profunda em relação ao seu cotidiano, consumo e economia. Dentre essas mudanças, destacam-se a massificação dos etílicos, tabaco, o consumo de chá e uma grande escalada no consumo de açúcar. David Courtwright irá chamar esse processo de *revolução psicoativa*. (CARNEIRO, 2009). A partir do processo de mercantilização dos psicoativos, sua popularização e consumo em grande escala, surgiram mecanismos para controlar sua produção, posse e comercialização.

Na introdução do capítulo "*As drogas e a lei: o paradigma do crime"* da obra Dependência Química e Representações Sociais, Leonardo Mota (2009, p. 64) irá apontar que a relação entre droga e crime se processa da seguinte maneira:

> (1) posse ou cultivo não autorizado de substâncias psicoativas classificadas como ilegais; (2) comportamento imprudente do usuário causado pela ingestão exagerada de substâncias psicoativas. que gera crimes e agressões; (3) práticas de delitos praticadas pelo dependente químico com o intuito de comprar drogas para sustentar sua dependência; (4) violência associada ao narcotráfico e às operações ilegais de "lavagem de dinheiro".

Sendo assim, comportamentos como receitar, transportar, produzir, comercializar, consumir, entre outras práticas, entrarão na esfera de comportamento criminoso ou contraventores levando em consideração que a maioria dos países são signatários dos acordos internacionais de repressão às drogas. (Mota, 2009, p 64) Mota aponta ainda que as substâncias até se tornarem ilegais percorrem um caminho em geral. Num primeiro momento elas se encontram na sua forma natural com disponibilidade. Na medida em que esta passa a ser consumida e a população está disposta a pagar pela sua posse, considerando que não são indispensáveis aos humanos, passam a ser taxadas e controladas economicamente. Posteriormente, o psicoativo em questão, passa a ser considerado droga, sendo restringido seu uso à

comunidade médica. No momento em que se descobre que seu efeito não tem função terapêutica passa a ser considerada ilegal. A partir de seu aspecto regulatório e proibicionista os ilícitos ganham valor na medida que não são contabilizados apenas os custos de produção, mas acabam absorvendo valores relacionados ao seu proibicionismo, desregulamentação, extorsão, imposição de preços e violência. (Carneiro, 2019, p. 24). Assim como o alimento, possuem um valor simbólico relacionado ao desejo, ao prazer e ao luxo. Qualquer mercadoria ao observá-la percebe-se seu valor de uso que satisfazem as necessidades humanas, no entanto, esconde uma história produtiva e questões sociais complexas. Um determinado produto não se apresenta apenas pelo seu aspecto físico, mas também pela subjetividade de valor simbólico, não é apenas matéria prima transformada em objeto necessário, mas torna-se um produto a ser adquirido e desejado (MARX, 1980, p. 80). A droga por satisfazer os anseios relacionados ao prazer, desejo e luxúria, ganham valor substancial. Sendo assim, demanda, *fetiche* e proibicionismo a torna uma mercadoria com alto valor e especulada pelo mercado ilegal.

2.2 BREVE HISTÓRICO DO PROIBICIONISMO E SEUS MARCOS GLOBAIS.

De acordo com Henrique Carneiro (2019), o proibicionismo expressa uma atitude de interdição e condenação moral diante de certas substâncias, surgindo em diversos países como resposta à chegada das novas drogas exóticas que se espalharam pela Europa entre os séculos XVI e XVII. Em períodos anteriores, diferentes sociedades também impuseram restrições ao uso de drogas, geralmente por motivos religiosos ou ligados a crenças tradicionais, nas quais o consumo era regulado por privilégios de grupos específicos.

Com o fortalecimento do comércio internacional e a expansão marítima, diversas substâncias regionais passaram a circular amplamente, tornando-se mercadorias centrais do capitalismo mercantil, como o açúcar, o álcool, o ópio, o cacau, o café, o chá e o tabaco. Todas essas substâncias seguiram trajetórias semelhantes ao serem introduzidas e popularizadas, passando de remédios e

produtos de luxo a itens amplamente consumidos no mundo. No entanto, algumas delas enfrentaram diferentes formas de restrição, chegando até mesmo à proibição total. O tabaco foi a droga que mais sofreu rejeição no início, mas o café, o chá, o ópio e o álcool destilado também despertaram objeções em diversos contextos. (Carneiro, 2019, p. 75)

Sobre o tabaco, nos textos examinados pelo autor, ao mesmo tempo em que defendia-se por ser sociável, luxuoso e trazia benefícios medicinais, apontavam-se críticas severas. Destaquei aqui trecho em que aparece comentários contrários ao seu uso, bem como favoráveis. Observo que as citações realizadas pelo autor no trecho estão entre aspas, no entanto, sem deixar claro a origem dos textos originais. Senti necessidade de utilizar o texto, mas devo observar que citarei apenas o autor em questão. Segue:

> Seu uso invadia todos os ambientes e, à mesa “lugar de respeito, limpeza, e modéstia”, infecta o ar e os alimentos obrigando os que não suportam o seu cheiro a conviver com ele…Em resumo, “é uma grande iniquidade e contrário a toda a humanidade”, “um costume repulsivo para os olhos, odioso para o nariz, daninho para o cérebro, perigoso para os pulmões e a negra fumaça fedorenta se parece com a horrível fumaça estígia do poço que é sem fundo. (Carneiro, 2019, p. 72)

Ou ainda, em contra-ponto:

> Ao tabaco se atribuíam virtudes para as mais diferentes doenças, inclusive de naturezas opostas, mas, o mais importante deveria ser o esclarecimento das circunstâncias e fazer os remédios conforme “as temperaturas do clima, a constituição dos planetas, o período da lua,a estação do ano, e a idade e compleição do paciente”.(Carneiro, 2019, p. 73)

No ano de 1620 o plantio do tabaco é proibido na Inglaterra, sendo a principal atividade econômica da colônia de Virgínia. Dessa maneira, acaba impulsionando a produção colonial americana e o principal produto exportado. Se tornará artigo considerado de luxo e em 1644 já torna-se moeda de troca. Para se ter uma ideia, o preço da bebida na Virgínia será estabelecido por quantias de tabaco. Em 1660, o parlamento inglês declara que o produto é um dos principais da colônia sendo

fundamental para as economias coloniais e a partir daí o lucro se tornará mais importante que as ideias contrárias ao uso.

O século XVII foi marcado pela criação de regulamentações e proibicionismos como no Irã, Colônia, Bavária, Saxônia e Rússia. Chama a atenção o caso da Prússia, que através de reivindicação, apenas em 1848, o tabaco passa a ser permitido como privilégio dos nobres e clérigos, sendo proibido aos pobres, assim como o café.

Existiam, desde o século XVII, monopólios para exploração do tabaco na França. Os gêneros mais diversos sofreram especulações sobre aspectos morais e suas contribuições medicinais das mais diversas a partir do século XVII. O autor ainda aponta que durante o século XVIII, 25% dos escravos “importados”, foram comercializados através do tabaco como moeda de troca. (Carneiro, 2019, p. 77).

Na medida em que os valores burgueses ascendem, bebidas como o café, também constroem-se representações relacionadas a sociabilidade, vigília e importante para o trabalho, tornando-se objeto para o clero, intelectuais, comerciantes e revelando-se um hábito típico burguês o seu consumo.

O álcool tornar-se-á uma das drogas mais bem sucedidas. Destilarias irão se espalhar pela Europa. Com a alta produção do açúcar, barateou-se a produção do rum na Jamaica, que era colônia inglesa. A partir de meados do século XVIII, com a alta produção agrícola, a produção do álcool destilado serviu para estocar excedentes. (Carneiro, 2019, p. 82).

Nota-se que os debates e preocupações dos países colonialistas relacionados aos produtos psicoativos, que se difundiram pela europa e pelo mundo, serão os aspectos morais, função terapêutica e aspectos econômicos. Analisando a extensa pesquisa elaborada pelo historiador Henrique Carneiro, fica claro, como a relevância dessas substâncias, na medida em que a burguesia comercial ganha importância, o proibicionismo das drogas, incluindo aqui nessa linguagem o café, cacau e chá, começarão a driblar as preocupações morais e terapêuticas. As drogas que se relacionam com os valores de produtividade e do trabalho se tornarão fundamentais economicamente para as ascensões das monarquias modernas. Sendo assim, a

cultura das sociedades que consumiam essas substâncias tradicionalmente no período anterior à revolução psicoativa, será trocada por monoculturas e o comércio difundirá tais produtos como objeto de consumo pelo mundo. Uma quebra de paradigma.

Na sequência do capítulo irei trazer alguns casos de proibicionismos. A escolha desses eventos serão explicados ao decorrer do trabalho. No entanto, cada proibicionismo histórico de algum psicoativo se dará por representar aspectos com características próprias, que fazem com que eu e o leitor possamos compreender melhor as diferentes influências de como a sociedade contemporânea se relaciona culturalmente com as drogas, sejam elas proibidas ou não. São os casos do ópio na China, Lei Seca nos Estados Unidos e o proibicionismo das drogas no Brasil.

2.2.1 O ópio e a Pioneira Repressão Estatal na China.

Continuo minha jornada para encontrar um sentido na forma pela qual compreendemos a relação entre sociedade e a droga. A partir de algumas buscas no Portal da Capes e Google Acadêmico, sigo com os dilemas para selecionar artigos, dissertações ou teses. No entanto, a obra de Carneiro continua sendo a mais acessível e completa. Citarei outros autores, mas a principal referência neste trecho de minha pesquisa continuará o mesmo.

Além do álcool, altamente inebriante, outro destaque para historicizar sobre o proibicionismo neste trabalho, tendo em vista o aspecto da droga como sendo uma substância que “causa problemas” para o indivíduo do ponto de vista moral, social e patológico, destaco as proibições do ópio. A partir das leituras percebi que a história do ópio, ou seja, do seu proibicionismo, é de fundamental importância. Esse psicoativo será consumido de inúmeras maneiras, será amplamente utilizado pelo desenvolvimento de remédios analgésicos pela indústria farmacêutica, será utilizado e visto como remédio natural em períodos anteriores à expansão marítima e alguns séculos posteriores. Porém, seu uso será vilão quando relacionado ao hedonismo. Além disso, será um dos primeiros casos de proibicionismo. Sobre isso, afirma

Torcato (2016, p. 141):

> A China é a pioneira na proibição e na repressão aos usuários. O movimento proibicionista nesse país nasceu voltado contra o ópio, sustentado politicamente por estudantes modernistas que se colocavam como uma vanguarda moral – a crítica ao ópio era um ataque às elites imperiais tradicionais – e por missionários ocidentais - que o percebiam como obstáculo à conversão.

Sobre o meu ponto de vista, o ópio, derivado da Papoula, até hoje, em suas diversas formas de produção e consumo traz consigo uma carga de estigma quando representado pela mídia. Mais tarde, em outro capítulo, irei fazer essa análise, porém para ficar claro para o leitor gostaria aqui de lembrar alguns casos de grande repercussão. O Ópio pode ser um analgésico forte, de Tylex até Morfina. No entanto, ele pode ser fumado ou consumido como heroína.

O ópio, composto que originou esse grupo de fármacos, é extraído da papoula, denominação comum do *Papaver somniferum*, uma das diversas espécies da família Papaveraceae, a qual se distingue por apresentar folhas isoladas e frutos do tipo capsular. Supõe-se que o *Papaver somniferum* tenha surgido a partir da domesticação de uma espécie silvestre proveniente da Ásia Menor ou do *Papaver setegirum*, encontrado originalmente em áreas do entorno do Mediterrâneo.

Dentre as numerosas espécies de papoula existentes, somente o *Papaver somniferum* e o *Papaver bracteatum* são capazes de produzir ópio em quantidades expressivas; contudo, o *Papaver bracteatum* não possui relevância comercial. (Duarte, 2005, p. 135)

Muito provavelmente o conhecimento sobre o ópio remonte à pré-história. Em escavações arqueológicas na Suíça encontraram-se sementes e cápsulas de papoula. Os sumérios descreviam em ideograma a papoula como “planta da alegria”. No Egito do século XV a.e., em uma tumba, foram encontrados resquícios de ópio. Da mesma datação da tumba, ao redor de Tebas, encontram-se plantações de papoula. É descrito no Papiro de Ebers (XVI a.e.), uma mistura de substâncias, que incluíam o ópio, como um eficiente sedativo. Seria através desse sedativo que a

“Deusa Ísis sedava o seu filho Hórus”. A representação da papoula já foi encontrada em escavações arqueológicas da Grécia Antiga. Os romanos tinham conhecimento sobre os efeitos do ópio. (Duarte, 2005, p. 136)

Como mencionado anteriormente, os analgésicos à base de opióides, não são considerados ilegais ou não se enquadram em drogas relacionadas à imoralidade. No entanto, a heroína ou o consumo de ópio, nas mais diversas formas de consumo, sim. O ópio é um caso emblemático sobre o consumo, regulação e moralidade.

A cultura da papoula e do ópio mais recente surgiram provavelmente a partir de turcos e árabes chegando à China. Os chamados opiáceos, que se propagaram comercialmente por todo mundo na era moderna, era e é utilizado para inúmeros fins. Os comerciantes ingleses foram responsáveis por ampliar esse comércio.

A cultura confuciana, na dinastia Qing, fez com que o psicoativo fosse proibido em 1729 para usos não medicinais, o que acabou não trazendo grande resultado. Entre os vários fins da droga existia uma relação forte com a ideia de ser afrodisíaco, sendo a qual, era utilizado nas casas de prostituição. A associação com práticas sexuais e adultério não condiziam com a moralidade puritana almejada pela dinastia. Essa tentativa de proibição teria sido a primeira investida de regulamentação com aspecto proibitivo. Essa circunstância repressiva gerou uma valorização da substância, trazendo consigo corrupção, diversas formas de comércio e consumo, aumentando seu preço sem evitar o seu uso. (Carneiro 2019, p 91 e 92)

Havia entre ocidentais e orientais uma distância cultural gigante. Vale citar que dentro da cultura tradicional chinesa, os produtos ou “coisas” vindas de fora não eram bem aceitas. O que era de fora sofreu uma rejeição promovida propositalmente. A própria língua não devia ser ensinada. Além disso, poucos podiam comercializar com estrangeiros.

A partir de 1796 o ópio passou a ser totalmente proibido, fazendo com que esse comércio / tráfico se tornasse o mais rentável, como resultado trouxe consigo conflitos relacionados à competitividade entre ocidentais. Destaco algumas consequências apontadas por Carneiro (2019, p 95):

> O conflito desencadeado entre os mercadores estrangeiros e as leis de interdição chinesas levou às duas guerras conhecidas como guerras do ópio, em 1839-42 e 1856-60, que também poderiam ser conhecidas como "guerras do chá", que era o que o mais se importava da China em troca do ópio. Na verdade, além do ópio havia outros produtos submetidos às leis de proibição de importação, como o sal, por exemplo, mas que tiveram menor importância no volume geral do comércio entre a China e o resto do mundo.

O Império Chinês, já restringindo severamente o comércio externo ao porto de Cantão, tornou-se ainda mais rígido nas primeiras décadas do século XIX, enquanto os britânicos, ao romperem o monopólio da East India Company em 1833, ampliaram a atuação de mercadores privados na região. Dentro da corte chinesa, intensificou-se o embate entre defensores da proibição total do ópio e aqueles que defendiam sua legalização como estratégia para conter a saída de prata e proteger a economia. Embora argumentos como os de Hsü Nai-chi, em 1836, apontassem a legalização como forma de estabilizar a balança comercial, prevaleceu a linha proibicionista, liderada por Lin Zexu, cuja ação firme contra o comércio clandestino desencadeou o conflito que culminaria na Guerra do Ópio (Ver mais)[3].

Mas, segundo alguns autores, o que realmente mudou a China não foi o ópio, e sim o cristianismo, cuja presença passou a ser permitida pelos tratados. As ideias religiosas vindas do Ocidente abriram brechas na antiga forma de pensar do Império e acabaram influenciando profundamente movimentos como o dos Taiping. Assim, de certo modo, a própria fé que os europeus trouxeram ajudou a abalar as bases da mentalidade tradicional chinesa, criando uma espécie de mistura nova e inesperada entre crenças antigas e ideias estrangeiras. (Carneiro, 2019, p. 98-99)

Percebi que em decorrência de um processo por espaço de mercado e disputas econômicas injustas trouxe consigo uma série de transformações sociais, além de prejuízos de mortes e perdas econômicas produzidas pelos conflitos e guerras.

Enquanto isso, o ópio, que era visto como um hábito prazeroso e luxuoso entre as elites, passou a ser símbolo de decadência moral e fraqueza do Império. A proibição era rígida, mas amplamente desrespeitada — um sinal do quanto o Estado

[3] Carneiro, 2019, O proibicionismo do ópio na China. p.86.

já não conseguia controlar a própria sociedade. E, com a demanda crescendo, o comércio ilegal encontrou vantagem em produzir ópio dentro da China para substituir as importações.

Sobre consequência da influência europeia na cultura, economia e território da China pelos colonialistas destaquei da pesquisa de Carneiro (2019, p. 101):

> Karl Marx, escrevendo para o jornal New York Daily Tribune, em 14 de junho de 1853, observava que as revoltas que ocorriam na China (era o momento da rebelião Taiping) tinha sua origem nos "canhões ingleses, que impõem à China a droga soporífera chamada ópio. Perante as armas britânicas, a autoridade da dinastia manchu caiu em pedaços, a fé supersticiosa na eternidade do Celeste Império desapareceu, o bárbaro isolamento hermético do mundo civilizado quebrou-se, uma brecha se abriu para as relações de troca que rapidamente se desenvolveram.

Ou ainda:

> […] A "embriaguez" do ópio, ao se espalhar, corroeu uma letargia maior que era a estabilidade política estagnada de um sistema hierárquico aparentemente imóvel, um "fóssil social" ou um "sarcófago" como escrevia Marx: “Necessário seria acrescentar que, à medida que o ópio estende o seu poder sobre os chineses, o Imperador e seu séquito de mandarins pedantes são, por seu lado, privados do poder? É como se a história devesse primeiro embriagar todo um povo, antes de poder arrancá-lo de seu torpor milenar”.(Carneiro, 2019, p. 101)

Esse levantamento histórico realizado pelo autor torna claro a importância da história nas discussões sobre as drogas. Não há como limitarmos o debate apenas a questões patologizantes ou jurídicas. O Caso do ópio é emblemático, pois traz em sua trajetória os aspectos culturais do seu uso e os interesses econômicos. Essa substância se enquadra historicamente das mais diversas formas. Será o objeto de cura e relacionados à luxúria.

Em uma revisão historiográfica mais recente o consumo do psicoativo na China passou a ser analisado de maneira diferente. Em vez de observar apenas os aspectos estigmatizantes da droga, foram observados os aspectos adotados socialmente. Sob uma perspectiva de usuários e não apenas uma análise macro e de estado, essa revisão trouxe à tona que os ambientes as quais eram consumidos

o ópio, não permitiu a popularização do álcool, que geralmente gerava conflitos nas sociedades ocidentais. O consumo do derivado de papoula permitia um ambiente social mais “tranquilo”, “lubrificante social ideal que podia ajudar a manter o decoro e a compostura” (Carneiro, 2019 apud Xun, p. 109).

Com exceção de Taiwan, a qual era controlado pelos japoneses, a maior repressão foi no final do século XIX com a derrota da China pelo Japão, proibindo-se totalmente o ópio fumado. Ao mesmo tempo em que se reprimia o seu uso, a morfina tornou-se muito utilizada, inclusive no combate à adicção do ópio. Separei a seguinte citação:

> A importação de morfina passou de 450 kg ao ano em 1892 para 283 toneladas ao ano em 1919. A heroína também se disseminou em pílulas e com o uso de seringas, que logo se tornaram populares na China, inclusive em função do prestígio já existente das agulhas como prática medicinal na acupuntura (que também chegou a ser proibida em 1822). (Carneiro, 2019, p. 113)

Na década de 1930 chegaram a ser internados mais de meio milhão de usuários de ópio. Uma verdadeira guerra às drogas foi feita durante esse período. Denúncias à supostos adictos eram aceitas para justificar uma internação. Em um mesmo sentido, o Partido Comunista manteve políticas semelhantes. A repressão ao hábito de fumar ópio fez surgir o hábito do tabaco fumado.

Notei, portanto, que em toda trajetória sobre a regulação dos psicoativos, o comércio tem significativa participação. A criação da “necessidade” do consumo, impulsionara mudanças sociais e conflitos. Desde a ascensão do consumo de tabaco como forma de substituição do ópio fumado, a China passou a ser um dos maiores produtores mundiais do produto. O tabaco vai ser melhor aceito por ser considerado excitante, estimulante, além de símbolo de consumo burguês, relacionado ao lazer controlado, a partir do final do século XIX. Ao mesmo tempo em que a heroína e ópio ganharão um caráter inebriante e imoral. O desenvolvimento do estado higienista, positivista, controlador sob uma visão política de preservação da vida do trabalhador.

Destaco:

> O proibicionismo vem sendo uma biopolítica totalitária de controle estatal das substâncias ingeridas ou consumidas pela população que surgiu nos regimes absolutistas e despóticos europeus e despóticos asiáticos e que subsiste hoje na forma hipertrofiada da “guerra às drogas”… Na origem, as proibições de drogas foram medidas tomadas por governos monárquicos europeus e asiáticos contra o tabaco e, no caso chinês, de uma dinastia manchu no trono do Império, que em 1729 estabeleceu a proibição do consumo não medicinal do ópio. (Carneiro, 2019, p. 116-117).

O comércio internacional do ópio, inclusive entre Inglaterra, Índia e China, foi um mecanismo de enriquecimento capitalista. A acumulação foi a partir da compra de chá por parte dos britânicos ao mesmo tempo em que o ópio indiano era vendido pelos mesmos. Em um determinado período, a venda de ópio indiano à China foi a maior transação da história de uma droga. (Carneiro, 2019).

É interessante frisar que a partir de uma grave crise chinesa ocasionada por diversos aspectos políticos e secas, a produtividade cai e faz com que aumentasse a fome. O ópio produzido doméstico perdeu espaço para a busca de alternativas de cultivo e os derivados da papoula perderam espaço dentro mercado internacional e deixaram de ser tão atraentes. (Carneiro, 2019).

Diversas nações européias, no início do século XX, decidiram criar instrumentos de controle do comércio internacional dos derivados da papoula, como morfina, heroína e ópio através da Conferência de Xangai, em 1909, e com o Tratado de Haia em 1912. (Carvalho, 2014)

Algo que não foi citado anteriormente foi a participação gradual estadunidense no comércio do ópio da China e exportação de manufaturados. A partir da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos passam a ter maior participação na economia e com o desenvolvimento da indústria farmacêutica se dedicam ao controle de diversas patentes.

O ópio perde importância, pois surgem diversas drogas patenteadas. Durante esse processo, a China se tornou um importador de diversas medicações. A regulação dessas medicações, em decorrência das patentes, exigem cada vez mais

controle de drogas. (Carneiro, 2019).

2.2.2 Temperança[4] e Puritanismo Econômico nos Estados Unidos

Ainda utilizando como principal subsídio a obra: ”DROGAS: A HISTÓRIA DO PROIBICIONISMO” de Henrique Carneiro, observei que obras significativas sobre esse tema existem com certa frequência, no entanto, escritas em idiomas diferentes do português. Por esse motivo continuarei me subsidiando, sem me abster de outras fontes, em relação à história do proibicionismo à obra em questão.

Os proibicionismos do álcool, além de outras substâncias, são diversos ao longo da história. Como esta pesquisa não se trata de um levantamento histórico da história das drogas, selecionarei alguns conteúdos relacionados que me parecerem importantes. Antes, o proibicionismo do ópio na China, agora o caso da Lei Seca nos Estados Unidos.

O autor Carneiro, na introdução do capítulo sobre o proibicionismo do álcool nos EUA, entre 1920 e 1933, explica que é um dos eventos proibicionistas mais explorados pelos historiadores. A representação que tenho sobre esse evento é resultado da cultura cinematográfica estadunidense, tornando um caso conhecido mundialmente. A influência e exportação da cultura norte-americana para o Brasil contribuíram também para minha escolha desse evento.

Assim como qualquer evento histórico, o proibicionismo do álcool nos EUA, não foi produzido de maneira isolada como resultado de uma decisão unilateral e fora de contexto. Houve um processo histórico, social, político e cultural a qual estava inserido. Havia um amplo debate sobre os limites do poder central do governo em relação à federação e sobre os efeitos do álcool na sociedade estadunidense. No final do século XIX, surgiu um movimento político contrário ao consumo de bebidas alcoólicas, a ASL (Anti-Saloom League), que queria

[4] Temperança: Característica da pessoa que consegue equilibrar suas próprias vontades.Particularidade de quem é comedido; moderado.Que come ou bebe com moderação; sobriedade. (TEMPERANÇA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/temperanca/>. Acesso em: 01 ago. 2026).

transformar seus objetivos em legislação, sendo um movimento conservador e protestante pela temperança. (Silva, 2011, p. 2). A partir dessa ação e em decorrência de pressão popular surgiu então a 18ª emenda à Constituição de 1917. Entre discussões, votações entre congressistas e o apoio dos estados da nação, a lei entrou em vigor em 1920. (Silva, 201, p. 3).

Carneiro (2019) lembra que apesar de haver algumas exceções, o consumo de álcool é permitido dentro do cristianismo. Em geral, apenas o que seria considerado exagero seria condenado. Na própria Bíblia há inúmeras passagens a qual o vinho aparece como algo próximo às pessoas, sendo que, a própria bebida será relacionada a milagres ou uma representação do próprio sangue de Cristo.

Dentro das exceções trazidas pelo autor é citada o caso das igrejas protestantes britânicas e estadunidenses em quatro movimentos chamado de *evangelicalismo* entre os anos de 1731-1755, 1790-1850, 1850-1900 e entre os anos de 1960-1980. A esse respeito, Carneiro (2019, p. 259) afirma:

> Esse movimento se manifestou como “despertares de grupos congregacionalistas, muitas vezes até não-denominacionais, ou seja, sem igrejas além da própria e que se afirmavam como defensores de uma visão otimista de alcance universal da graça, diferentemente do protestantismo tradicional luterano e calvinista, baseado na predestinação que restringia a graça e a salvação a uns poucos escolhidos.

Dentro desse movimento se destaca o metodismo de John Wesley (1703-1791). Desenvolveu-se um puritanismo ideológico na classe operária que juntando sua fé, métodos religiosos e associados ao utilitarismo da classe operária, passou a ser conveniente à exploração do capital na Inglaterra. Havia uma disputa entre o que era considerado puro e de Deus, contrário ao jogo de cartas, roupas coloridas, canções que não fossem religiosas e cristãs e atividades culturais em geral. O “homem deveria apenas servir a Deus”, ser obediente e ir à igreja ao invés do bar. Esse pensamento foi fundamental para a disciplina do trabalho e para o capital produtivo (Carneiro, 2019).

Enquanto que, além de outras personalidades, destaca-se o Pastor Lyan

Beecher, que enxergava como infiéis os que não respeitavam a obediência total à abstinência. Surgiram inúmeros movimentos nos Estados Unidos, entre eles Carneiro cita: “Sociedade do Connecticut para a Reforma Moral”, e a, “Sociedade de Massachusetts para a Supressão da Intemperança”, nomes traduzidos para o portugués. Em lugares como New England, até mesmo católicos adotaram o movimento. (Carneiro, 2019, pg. 268). Carneiro (2019, p. 273) aponta ainda, como “o mais conhecido e bem pago propagandista e orador da ASL foi o Capitão Richmond P. Hobson (1870-1937)”, fazia em seus discursos um “pânico moral” que era chamado de “câncer racial”. Alguns desses movimentos não defendiam apenas abstinência como mencionado anteriormente, mas misturavam aspectos de alimentação, sexualidade, eugenia, como fundamentais para a busca da saúde. (Carneiro, 2019)

Seguindo a leitura da minha principal referência historiográfica, descobri alguns fatos interessantes sobre o consumo de álcool nos Estados Unidos. Como decorrente da Revolução Americana, aumentam as crises sociais e políticas, bem como o interesse no consumo do álcool. Torna-se um importante produto com uma relevância econômica considerável. Servia como forma de garantir a estocagem dos excedentes de cereais e como arrecadação para investimentos por parte do governo.

Apesar disso, o fundamentalismo religioso foi crescente nos Estados Unidos, como menciona Carneiro: “O salvacionismo universal evangélico baseava-se na conversão e na luta permanente contra o pecado para obtenção da perfeição cristã.” (Carneiro, 2019, pg. 267). Houve uma disputa social entre os chamados “secos”, a favor da abstinência total do consumo de álcool, e os “molhados”.

Destaco:

> A defesa da abstinência teve, assim, diversas vertentes constitutivas, ancorou-se tanto na condenação religiosa moral do pecado, como no diagnóstico médico da bebida como fonte de todos os males. O rigorismo se apoia numa atitude ética de pureza da alma como em uma justificativa médica de saúde do corpo. (Carneiro, 2019, p. 274)

O começo do movimento foi pela temperança. Defendia apenas as moderações. Os fermentados eram tolerados e as quantidade controladas também. No entanto, a partir dos anos de 1830, os tomadores moderados passaram a ser mal vistos pois davam a impressão que tal consumo era possível e não fazia mal. O radicalismo foi se espalhando de maneira muito significativa nos próximos anos.

O movimento pela temperança foi tão significativo ao ponto de se discutir do ponto de vista médico o ato da masturbação. Por muitos puritanos da época, condenavam o hábito e afirmavam ser um mal para a saúde. (Carneiro, 2019).

Para Torcato, o movimento proibicionista está muito mais relacionado a tensões raciais e étnicas surgidas em torno de minorias sociais. Nesse sentido destaquei:

> Nos EUA, cujo sistema nos é mais familiar, as primeiras políticas de proibição estão ligadas às tensões étnicas e raciais surgidas em torno de minorias sociais – particularmente chineses, negros e latino-americanos – e à ascenção do moviemento pela temperança, sustentado por um vigoroso movimento social de raiz puritana. Movimento político que conseguiu transformar a abstinência compulsória em política pública. (Torcato, 2014, p. 141)

Os movimentos proibicionistas se destacaram, muitas vezes, ao lado de ideias progressistas como lutas pelo sufrágio feminino, denúncias de linchamento e racismo. Por outro lado, ao passar dos anos, os grupos que defendiam a temperança foram ganhando aspectos mais conservadores, relacionados a grupos de extrema-direita, contrários ao voto feminino e racistas, destacando-se inclusive o surgimento e engajamento da Ku-Klux-Klan. (Carneiro, 2019).O autor em questão traz informações relacionadas a diminuição ou desaparecimento das indústrias relacionadas à produção de bebidas alcoólicas e redução no consumo durante a Lei Seca:

> Embora muitas interpretações afirmem o fracasso da legislação, a Proibição teve um forte impacto na indústria de bebida e no consumo de álcool. Em 1916, existiam 1300 cervejarias nos Estados Unidos, uma década depois não mais havia nenhuma. Na mesma época, o número de destilarias foi reduzido em 85%, a maioria das que sobreviveram produziam álcool

> industrial (BLOCKER, 2006, p.236). De acordo com Ian Tyrell, o consumo de álcool também caiu consideravelmente, chegando a 30% do que era antes da lei em meados da década de 1920 e 60-70% no período final da proibição. De acordo com o autor, o consumo médio de álcool só voltou a atingir os patamares anteriores à Proibição Nacional na década de 1970 (TYRELL, 1997, p. 1406). (Silva, 2011, p. 2).

Continuando minha busca por respostas e fontes sobre a história da regulação das drogas e continuo mais à vontade com a bibliografia de Carneiro, “DROGAS: A HISTÓRIA DO PROIBICIONISMO”. Na sequência do capítulo sobre o proibicionismo do álcool nos EUA, aparece junto ao capítulo, “O Antitabagismo moral”.

Na escalada moral aparece Henry Ford como um vanguardista do movimento anti-drogas. Sua argumentação inicial se deu inicialmente no antitabagismo, no entanto, seguia para as demais drogas. Argumentava que o cigarro fazia mal, diminuía a produtividade e era imoral. Tanto Ford quanto a empresa Cadillac afirmaram que não contratariam fumantes. Cadillac mencionava seu estudo interno a qual afirmava que os fumantes da empresa eram manos produtivos, menos confiáveis e frouxos em relação a sua moralidade. (Carneiro, 2019).

Nesse sentido, houve uma intensa movimentação entre as empresas para a não contratação de fumantes. A vigilância dos fumantes é retratada no filme tempos modernos quando o trabalhador no banheiro é vigiado fumando tabaco e ao perceber a vigilância se livra do cigarro imediatamente.

No debate sobre o consumo de tabaco na sociedade, Carneiro (2019, p. 288) salienta alguns trechos, separei os seguintes:

> […] Percival I. Hill, o presidente da ATC (American Tobacco Company) destaca em sua carta publicada pelo próprio Ford, "você tenta usar da sua posição como um empregador para coagir seus empregados de acordo com o seu ponto de vista pessoal (...) como ele deve regular seus assuntos privados pessoais.

Por outro lado,

> O médico John D. Quakenbos, da universidade de Co-lumbia, é citado com

> as seguintes palavras de puro pânico moral para demonstrar a "insanidade moral" que o tabaco provocaria: "O mais grave de todos os males resultantes é a diminuição ou completa perda da sensibilidade moral, com uma tendência conspícua à falsidade e ao roubo. As propensões morais são eventualmente destruídas devido à destruição daqueles elementos do cérebro através dos quais a força moral se expressa. A vítima degenera amarelada, numa degradante irresponsável incompetência (Carneiro, 2019, p. 290)

A base da argumentação geral para o proibicionismo se dará numa perspectiva de falha moral. Seja o argumento do movimento operário ou dos empregadores. A forma pela qual se entende a relação de consumo de qualquer droga com o corpo terá mais relação com um sentido de puritanismo cristão do que qualquer outro.

> O tom alarmista do proibicionismo do início do século XX se apoiava num fatalismo destrutivo do cigarro que hoje em dia só encontra paralelo no discurso sobre o crack, por exemplo: “nenhum rapaz ou homem pode almejar ter sucesso numa alta posição no mundo e continuar a usar cigarro. Esse exagero reducionista seria contrariado pela evidência da realidade de que nas altas posições, inclusive na presidência dos EUA, continuou a se fumar bastante tabaco. (Carneiro, 2019, p. 293).

Durante o ano de 1917, congressistas estadunidenses, debateram a Lei Seca, aprovando-a. Após o veto do presidente Wilson, e a derrubada do veto, a lei foi aprovada em 1919 entrando em vigor em 17 de janeiro de 1920 (Carneiro, 2019).

2.2.3 A Regulação das Drogas no Brasil: Eugenia, Sanitarismo e Classe

Como mencionado anteriormente, para Carneiro (2019), a história das drogas é a história de seu proibicionismo. Provavelmente, um dos primeiros atos de proibição de um narcótico, com repercussão internacional como medida de repressão às drogas, tenha sido a Comissão de Xangai em 1909 e Posteriormente a Conferência do Ópio de 1912. Através do *Harrison Act Narcotic*, de 1914, há uma investida contra a comercialização dos derivados do ópio que já era consumido em grandes proporções e sua dependência já era reconhecida. A legislação

estadunidense passa a criminalizar o uso indevido de determinadas substâncias e essa lógica é seguida por diversos países. Inicia-se um processo de demonização do uso dos psicoativos “impróprios”. A partir da conferência de Genebra em 1936, os países industrializados iniciaram um processo de campanhas relacionando comportamentos como agressividade, violação do autocontrole, incitação à criminalidade e atentado ao pudor ao uso de certas substâncias. Para ilustrar, Mota cita o seguinte artigo publicado no **American Magazine**:

> Uma família inteira foi assassinada por um jovem viciado (em maconha) na Flórida. Quando os funcionários chegaram na casa encontraram o jovem cambaleando num matadouro humano. Com um machado ele havia morto seu pai, sua mãe, dois irmãos e uma irmã. Parecia estar entorpecido [...] Não se lembrava de haver cometido o crime múltiplo. Os funcionários o conheciam como um jovem bastante quieto e equilibrado; agora ele estava enlouquecido e causava pena. Buscaram a razão. O rapaz disse que havia adquirido o hábito de fumar algo que seus jovens amigos chamavam de 'muggles', um nome infantil para a maconha (Becker, ???? apud Mota, 2009, p. 68).

Esse artigo, oficial do governo estadunidense, realizado pelo Comissário de Narcóticos, Jacob Anslinger é repercutido por diversos artigos que lidavam com o tema na época (Mota, 2009). No Brasil, um pouco mais tarde, também se inaugurou um processo de campanhas antidrogas, sobretudo da maconha. Nesse sentido Mota (2009, p. 69) afirma:

> No Brasil, os médicos iniciaram sua cruzada contra a maconha nos anos 1920-30, condenando a uma marginalidade, ainda maior, usuários negros, indigenas e trabalhadores pobres do Norte e Nordeste. A maconha era vista como geradora de agressividade, violência, delírios, taras e loucura. Entretanto, o uso da maconha seria penalizado em lei apenas em 1934. Após a II Guerra Mundial o combate ao "maconhismo" tornou-se uma bandeira nacional, contando novamente com o apoio dos médicos psiquiatras. A partir dos anos 1950, a cruzada contra a maconha intensificou-se através de inúmeros artigos publicados na imprensa, ressaltando os danos dessa substância tanto à saúde, quanto ao caráter do indivíduo. A partir do anos 1960, principalmente através do movimento hippie, o uso de maconha começa a penetrar nos estratos da classe média, trazendo pavor para essas famílias.

A finalidade da proibição das drogas está relacionada à uma moralidade

imposta criminalizando a parte da sociedade mais vulnerável. Funciona como uma ferramenta de controle social, marginalizando indivíduos com menos capital simbólico e material. Um estudo feito no Brasil aponta que as prisões relacionadas ao tráfico de drogas corresponde a 75,6% dos jovens entre 18 e 29 anos, sendo que 61% possui apenas o ensino fundamental completo e 19% sequer finalizou essa etapa de ensino (BATISTA, 2004). Não cabe a mim fazer julgamentos, apenas me deparo com minhas dúvidas e indagações sobre o modelo proibicionista. Quem é punido e por quê?

Na busca de sínteses sobre a história da droga no Brasil, levando em consideração a época contemporânea e o proibicionismo, encontrei um artigo o qual trás uma revisão. Trata-se de “Uma breve História da Proibição das Drogas no Brasil: Uma Revisão.” Artigo escrito para a revista científica “revistainter-legere” ligada à UFRN de Carlos Eduardo Martins Torcato. O artigo inicia mencionando que a política de controle dos psicoativos vem a partir da adoção de diretrizes internacionais sem levar em consideração a realidade interna. Outro trabalho de relevância para o estudo do caso brasileiro é a dissertação de José Emanuel Luz de Souza com *Sonhos de Diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil Republicano.*

No Brasil houveram algumas iniciativas de controle de substâncias, no entanto, de forma mais intervencionista, destaca-se o período varguista. Entre as proibições aparece a maconha como substância proibida e o surgimento da “Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes”. Torcato (2014) levanta três aspectos importantes a serem considerados para compreensão do proibicionismo instaurado no Brasil.

Num primeiro momento, assim como no caso estadunidense, o artigo levanta dados sobre o papel da comunidade científica e em decorrência, mobilizações pela temperança. Chama a atenção para o papel de membros da elite carioca na “efetivação de proibição às drogas”. Os principais argumentos derivam de princípios da medicina social, eugenia e produção científica da época. Essa iniciativa teria sido uma das responsáveis pela construção da visão patologizante do uso das drogas

(Torcato, 2014). Quando menciona-se a palavra eugenia, fala-se em relacionar os comportamentos adictivos em classificações humanas, inclusive sobre o aspecto racial. Sobre esse tema, Souza explorou as ideias de Dória:

> A planta não é, entretanto brasileira, como pensam os primeiros lexicógrafos […], o fato de ser vegetal largamente usado pelos pretos africanos, nas antigas províncias, hoje Estados, onde eles abundavam, a paridade dos nomes que aqui sofreu ligeira modificação, mudança de apenas uma letra – maconha, liamba ou riamba – e o apelido de fumo d'Angola, indicam bem a sua [importação africana]… A [raça preta], selvagem e ignorante, resistente, mas intemperante, prestou grandes serviços aos brancos, seus irmãos mais adiantados em civilização […] e inoculou também o mal a maconha nos que a afastaram da terra querida, lhe roubaram a liberdade preciosa e lhe sugaram a seiva reconstrutiva. (DÓRIA, 1958 apud SOUZA, 2012 p. 40).

Destaca-se ainda o papel da temperança no Brasil para a construção de uma política proibicionista em relação às drogas. A aliança pela temperança não teria tido tanta força ou influência quanto no caso dos norte-americanos. Mesmo assim, vale a pena citar Evaristo de Morais e sua obra de 1923, "Pathologia Sociale" e o sanitarista Belizário Penna com ideias de que o Brasil não tomava medidas suficientes para combater o alcoolismo ou as toxicomanias. Apesar de importante, essa mobilização pela temperança não teria sido suficiente para transformar em legislação essas demandas defendidas (Torcato, 2019). A primeira legislação criada no Brasil em relação à regulação de entorpecentes foi a LEI 4.294 de 14 de julho de 1921, determinando que o uso de substâncias com princípios ativos psicoativos deveriam ser de uso exclusivo da medicina. Em um mesmo sentido Souza (2012, p. 36) afirma:

> A criminalização no Brasil, iniciada em 1921 com o Decreto n.˚ 4.294, que se ocupou apenas da cocaína, do ópio e da morfina, tem seu desdobramento mais amplo em 1938, com o Decreto - Lei n.˚ 891, intitulado Lei de Fiscalização de Entorpecentes. Seu raio de ação foi estendido a dezenove substâncias, entre elas a maconha, que já havia sido inserida na lista oficial proibitiva do Decreto n.˚ 20.930 em 1932.

Torcato (2014, p. 144-145) irá apontar ainda em seu artigo que na primeira metade do século XX, sobretudo nos anos 20, havia "uma presença incessante do

tema dos vícios sociais nos principais veículos culturais do período" além do tema dos vícios estar com frequência presente nos principais periódicos impressos do país.

O terceiro aspecto que chama a atenção é para a mudança em relação a compreensão médica dos tratamentos para doenças. O desenvolvimento da microbiologia, do final do século XIX e começo do século XX, trouxe uma mudança profunda na forma pela qual a medicina irá tratar as doenças. Nesse momento, o paciente deixa de ser o alvo. O foco passa para o causador da doença. Não se tratarão enfermidades através de intervenções terapêuticas relacionadas ao corpo enfermo, e sim, a doença em questão. Agora, deve-se matar o germe ao invés de alterar o corpo. Essa mudança na visão da ciência da medicina e farmacologia irá desenvolver uma demanda enorme de medicamentos. A medicina brasileira andava em consonância com o desenvolvimento da área nos centros de desenvolvimento de pesquisa dos países europeus.

Algumas novas medicações foram desenvolvidas em meados do século XX, sendo a qual, o Brasil passará a ser consumidor. No entanto, as dores da sociedade continuavam fazendo com que o uso de substâncias para tratamentos "antigos" continuassem em uso. As farmácias continuavam vendendo medicações à base de maconha, ópio e cocaína, sendo que o seu uso se dava por dois motivos, a automedicação e a busca por prazer.

A demanda pela farmacopéia clássica não é atendida pelos países fornecedores europeus tradicionais no pós-segunda guerra. Surgirá, inclusive, a ideia de que o país se voltasse a cultivar seu próprio tipo de papoula (dormideira). A solução encontrada foi através da intervenção dos Estados Unidos. A partir disso, os norte-americanos passariam a fornecer todas as novas drogas para substituir a cultura de automedicação baseada nos fármacos antigos. Como consequência, qualquer produto psicoativo medicamentoso não sendo fornecido pelo país referido seria proibido. Seria uma solução para a toxicomania. Mesmo assim, as legislações criadas ao longo de vários anos foram insuficientes para evitar a circulação e consumo das drogas fora do domínio médico. (Torcato, 2014).

Desde já consigo perceber como a cultura proibicionista, associada aos movimentos moralistas e racistas vão tornando o uso de determinadas substâncias psicoativas um hábito discriminatório e proibido. Sobre esse viés, encontrei o seguinte trecho:

> […] a ideologia proibicionista embutida na legislação tem um caráter nefasto e de recrudescimento à ciência quando se pensa em desenvolvimento de fármacos que possam contribuir com o restabelecimento ou a melhora na qualidade de saúde de pessoas que necessitam de cuidados terapêuticos, além de contribuir para o imaginário social mistificador e/ou cerceamento do debate sobre drogas. Falar sobre drogas é correr o risco de ser enquadrado no crime de apologia a tais substâncias. (Rodrigues, 2018, p. 71).

Na continuação de minha leitura me deparei com a informação que o aprimoramento moderno da medicina se dará junto ao desenvolvimento dos hospitais, medicações sintéticas, especialidades médicas e inovações tecnológicas. Os opiáceos e os derivados da cocaína passarão pela Seção de Fiscalização do Exercício da Medicina através da Lei nº 891 de 25 de novembro de 1938, sendo necessária a receita médica para a compra em farmácia.

> Em seu gabinete no Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro, no dia 24 de agosto de 1938, o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, encaminha a Getúlio Vargas um ofício. Seguia em anexo o anteprojeto do que viria a ser alguns meses depois o Decreto-Lei n.˚ 891, a norma jurídica mais abrangente sobre controle e repressão ao uso psicoativo de drogas no Brasil até então. Afim de “habilitar” o presidente a “resolver sobre a aprovação” do respectivo anteprojeto, Aranha faz uma apresentação geral do texto explicando seus capítulos. (Souza, 2012, p.33).

O que consegui observar, por enquanto, nos casos de proibicionismo? A revisão histórica dos três casos de proibicionismo, chines, estadunidense e brasileiro, a partir do que foi trazido, me permite levantar algumas perguntas e trazer algumas reflexões para análise futura. Observando estes eventos fica evidente, por hora, duas questões importantes: O aspecto moral e o apelo econômico. A moralidade se dará entre os choques culturais. As drogas foram trazidas de diversos contextos baseados numa relação tradicional de seu uso para se tornar um produto

desejado e não de necessidade básica. A partir disso, os psicoativos expandem-se no planeta através da expansão comercial, tornando-se objeto de consumo. Em determinado momento as substâncias passam a ser de domínio médico ao se tornarem remédios industrializados.

Sobre a consequência da massificação de consumo e seu proibicionismo, Rodrigues (2018, p. 73) discorre:

> O modelo de repressão de guerra às drogas é proibicionista e incapaz de evitar a acumulação de lucro sobre a circulação de mercadorias das drogas ilícitas. Por outro lado, não nos interessa também a acumulação de capital por meio da comercialização de drogas ilícitas, monopolizado, centralizado e de consumo mercadológico, fetichizado e desenfreado, como ocorre com o álcool.

Pude observar que os paradigmas culturais impostos influenciam o discurso adotado sobre o uso de drogas, não levando-se em consideração questões mais complexas, como por exemplo a relação histórica de uma comunidade com a substância em questão. Ao negar o seu uso por um discurso de promoção de temperança, não necessariamente o evita ou torna a vontade de um a vontade do outro.

Outro aspecto a ser considerado está na importância das relações econômicas, no caso, a promoção do capital, na disseminação do uso das substâncias consumidas de maneira cultural para um consumo massificado. No caso chinês, por exemplo, não são apenas as preocupações relacionadas aos aspectos morais sobre o consumo do ópio. Num dado momento sua proibição será fomentada pelo estado através de suas dinastias e como consequência as guerras do ópio. Por outro lado, o interesse do capital em vender o psicoativo será um gerador do seu proibicionismo. Quando a exportação dos remédios substitui o uso tradicional do ópio o proibicionismo se dará como iniciativa das indústrias dos medicamentos através de suas convenções e tratados internacionais.

No Brasil, além do movimento da ciência associada à temperança, observamos os aspectos de interesse norte-americano no mercado brasileiro na

exportação da farmacologia. Ou seja, ao mesmo tempo que a medicina monopoliza o uso das drogas, o poder econômico irá corroborar com o poder sobre o uso dos entorpecentes.

O caso da maconha é importante de ser observado. Ela possui elementos que conjugam ao consumo do crack, como analisaremos mais adiante. Selecionei o trecho abaixo para contribuir:

> Autoridades nacionais e locais de combate aos entorpecentes apontavam o uso da maconha como “causa na criminalidade tanto contra a pessoa como contra a propriedade”. Em suas conclusões o “maconhismo” era uma “psico-sociose heterotóxica deselegante”, opondo-se aos “vícios elegantes”; enquanto esses seriam inspirados no cosmopolitismo parisiense e hábito da “boa mocidade”, das elites econômicas e intelectuais, o uso da maconha seria típico de pessoas “da mais baixa escala social”. Seria coisa para um “conhecido em rodas de malandragem”. A transformação da maconha em “problema público” foi precedida da sua transformação em “problema médico”. (Souza, 2012, p, 23).

O trecho acima nos traz elementos novos. A justificativa para a criminalização do uso da Diamba, sinônimo de Maconha, passa pelo entendimento que se tinha sobre o seu consumo. É conhecido o fato de que essa droga tem uma ligação histórica com classes sociais mais pobres e vulneráveis. Foi amplamente utilizada pelos negros escravos como inebriante ou calmante (não se nega seu uso em outras classes). Lembro aqui que foram os portugueses que trouxeram a cannabis para a Colônia Portuguesa (Pindorama) como matéria-prima. Reforço que essa substância não se relaciona (ava) como um artigo de luxo ou objeto de desejo das classes dominantes.

Como mencionado anteriormente o consumo da maconha e do crack associaram-se historicamente às classes mais empobrecidas e vulneráveis. O ponto de partida situa-se em 1915, no II Congresso Científico Pan-Americano, realizado em Washington. Nesse evento, o médico José Rodrigues da Costa Dória representou o governo da Bahia e diversas instituições do estado, como a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e a Sociedade de Medicina Legal e Psiquiatria. Natural de Sergipe, formou-se na

Faculdade de Medicina da Bahia em 1882, tornou-se professor de medicina legal e toxicologia em 1885, foi aluno de Nina Rodrigues e teve atuação política destacada, exercendo mandatos como deputado federal e a presidência de Sergipe entre 1908 e 1911. (Souza, 2012). Em dezembro de 1915, Dória viajou aos Estados Unidos para apresentar o trabalho “Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício”, que se tornou a principal referência do proibicionismo da maconha no Brasil. Nele, estabeleceu as bases do discurso condenatório da droga, classificando o uso como “toxicomania”, associando-o às classes subalternas e destacando uma dimensão racial no consumo. Suas ideias influenciaram cientistas, imprensa e autoridades, sendo amplamente reproduzidas até meados da década de 1960. (Souza, 2012).

Para que esse entendimento se consolidasse, foi preciso elaborar uma concepção de substância psicoativa que uniformizasse experiências distintas, desconsiderando as particularidades individuais. Assim, categorias como “tóxico”, “veneno social”, “estupefaciente”, “entorpecente” e, posteriormente, “droga” passaram a representar uma força química vista como plenamente dominadora do sujeito, conduzindo-o, de forma quase inevitável, à decadência.

Partia-se da ideia de que seus efeitos seriam universais, atuando da mesma maneira em qualquer pessoa, independentemente das diferenças biológicas ou culturais. Além disso, os prejuízos atribuídos a essas substâncias, extrapolariam o corpo do usuário, alcançando a sociedade como um todo, concebida como um “corpo” coletivo — em sintonia com o pensamento organicista do período. O uso reiterado era, então, associado à produção da “loucura” e entendido como um mal transmissível às gerações seguintes, conforme sustentavam as teorias da chamada “degeneração hereditária”. (SOUZA, 2012, p. 38).

Sobre à guerra às drogas, fruto de seu proibicionismo, em um período mais recente, destaco o que Eurico (2018, p. 57) escreve:

> A combinação entre ser jovem, negro(a), de baixa renda e morar na periferia favorece um certo tipo de sociabilidade que comporta a produção da cultura popular, expressa na música, na dança, nos bailes funks, nos saraus, nas batalhas de poesia, entre outros. Contraditoriamente, o espaço da periferia também vulnerabiliza esse segmento populacional em relação ao consumo

> de drogas e “justifica” a violência policial para a manutenção da ordem, por se tratar de prática altamente “criminalizada’’ pela sociedade em geral.

Cabe ressaltar ainda que a visão sobre os entorpecentes foi sendo modificada ao longo dos anos. Em 2006, houve uma nova legislação em relação ao proibicionismo das drogas, lei de drogas nro. 13.343, de agosto, a qual possui avanços e muitos retrocessos . A autora aponta que o estado passa a reconhecer a droga como algo a ser debatido e com uma atuação multidisciplinar ao contrário de apenas criminalizá-la, ao mesmo tempo que, a partir dessa nova lei o encarceramento por tráfico de drogas cresceu significativamente. O que ocorre é que apesar de separar o usuário do traficante no Artigo 28 da lei, não ficam claros os critérios, permitindo que usuários respondessem criminalmente. (Rodrigues, 2018).

Apenas em 2024, o Superior Tribunal Federal julgou o recurso 635.659 interposto pela Defensoria Pública de São Paulo, criando critérios mais claros sobre o uso. A determinação surgiu a partir da inconstitucionalidade sobre liberdade e a vida privada. (Leão, 2024).

No próximo subtítulo estaremos explorando conceitos importantes relacionados ao objetivo da pesquisa.

2.2.4 O estigma e a marginalização dos dependentes químicos a partir de uma análise histórico-crítica.

O conceito e a discussão sobre a inclusão estão bastante latentes desde os anos de 1990 na sociedade. Aparece com frequência e em diversos espaços da sociedade, como na mídia, academia, nas conversas, como preocupação política e nas próprias políticas públicas. As ideias exploradas em relação ao termo podem sofrer diversas ambiguidades ou nuances em sua interpretação e uso.

A exclusão ocorre dentro de uma sociedade que a produz, ou seja, ela não é apenas uma “falha” do modelo de nosso sistema ou sociedade, mas faz parte dela. Ela é um reflexo do meio a qual vivemos. Se existe a necessidade de incluir é porque a exclusão existe.

A inclusão e a exclusão dialogam sem poder se separar uma da outra. A busca pela inclusão não pode vir separada da justiça e do reconhecimento de que os marginalizados já fazem parte da sociedade e estes podem ser reconhecidos como sujeitos, tendo em vista que, muitos de nós, nos limitamos, em certa medida, como tendo mais ou menos decência e dignidade. Nesse sentido, a ideia de inclusão torna-se ardilosa.

Incluir significa fazer com que faça parte. No entanto, todos participam da sociedade. O que nos diferencia um dos outros é o quanto conseguimos acessar a vida material e qualidade de vida. A partir daí, seria importante refletir sobre quem são os excluídos e o que é exclusão? Até que ponto podemos mensurar a exclusão e apontar excluídos? Excluído significa não pertencente, e nesse sentido, incluir é considerar como pertencente, sujeito, ser ou cidadão. Um dependente químico, morador de rua ou não é cidadão ou não faz parte da sociedade? (Sawaia, 1999, p 23).

Em um mesmo sentido, algumas reflexões observadas por Becker (2005), são importantes. O autor considera que dentro da sociedade existem grupos que possuem suas próprias regras e o que é correto para uns pode ser errado para outros, mesmo havendo um discurso predominante em relação ao comportamento sobre que é considerado certo.

Ações consideradas desviantes podem gerar mal estar para a sociedade. Podem demarcar aqueles que são considerados funcionais ou não funcionais para a cultura predominante a qual pertencem.

O que é assinalado como ação incorreta, depende de como as demais pessoas reagem a essa determinada atitude. Se um usuário de droga é flagrado usando cocaína, a reação das pessoas envolvidas ou do meio social a qual faz parte, dirá se é um comportamento desviante. Outro exemplo, é quando cruzamos a rua fora da faixa de segurança, mesmo ela se fazendo presente na esquina. A forma como reagimos a essa conduta ditará o comportamento como assertivo ou não. (Becker, 2005, p. 91).

Determinado grupo, que têm comportamento(s) não aceito(s) por outro, será

chamado de *outsiders* por Becker. Determinadas regras são impostas pela sociedade mesmo que um determinado grupo não veja problema em descumpri-las, todavia, o grupo desviante de *outsiders* pode considerar as ações e regras dos impositores como comportamentos inadequados, ilegítimos e seu julgamento injusto. Nesse caso, os outsiders seriam o grupo inverso, aquele que através de uma lógica homogeneizante de sociedade impõe sua moral. Cabe ainda refletir que dentro desse aspecto existem as leis impostas pelo estado e as informais, ou seja, culturais.

As ações de um determinado indivíduo se dá numa complexa rede de relações. Dentro dessa perspectiva, estão os comportamentos desviantes. Essas atitudes consideradas desviantes podem ser observadas e serem evidentes na perspectiva de Becker. Dessa maneira, sofrem de circunstâncias próprias desse desvio. Por outro lado, comportamentos desviantes não observáveis podem passar despercebidos, mesmo sendo ações consideradas imorais ou que causem aversão, não sofrendo as consequências como o julgamento moral.

É muito comum esse processo ocorrer entre usuários de drogas. Muitos usuários podem esconder seu comportamento adictivo dos não usuários, mesmo os dois grupos tendo relações diretas ou indiretas. Esse comportamento é mencionado por Becker entre usuários de maconha, por exemplo. Usuários dessa substância, podem consumí-las juntos, mantendo seus próprios códigos e condutas consideradas adequadas e, mesmo assim, se relacionarem de maneira discreta em relação aos não usuários. (Becker, 2008, p 92).

Em um hábito diferente, dois usuários de diferentes substâncias, como o álcool ou crack, podem gerar problemas substanciais dos mais variados tipos se levarmos em consideração o desenvolvimento da adicção, como veremos mais adiante. Entretanto, um alcoolista terá que beber muito, estar evidentemente embriagado constantemente para sofrer julgamentos. Enquanto que, um usuário de crack, desde sua primeira tragada, será visto como problema ou como uma ação reprovável e podendo ser criminalizado.

O sociólogo Hertzog (2015, p. 85) em sua dissertação, ao analisar a exclusão

social e o consumo de crack, apresenta uma entrevista com uma usuária de crack em situação de rua - Ela conta como foi presa depois da primeira fumada numa pedra (crack):

> Ele [colega de trabalho] vivia puxando meu cabelo dizendo que era afim de mim e tal, e era casado, daí eu dependia daquele serviço eu não contava pro empreiteiro. Daí cortei o cabelo, não tinha mais cabelo pra puxar. Meio que me assediava. […] Um dia ele chegou e baixou a cueca: 'olha a cueca nova que comprei'. Daí não quis mais trabalhar lá, daí fui presa, eu trabalhava sem carteira assinada. […] Depois de sair de lá do trabalho, aí fui lá, cortei meu cabelo, comi mocotó e tinha 4 pila no bolso, que tava guardando pra passagem. Foi nessa época que fui presa. Tava tendo aquelas confusão na rua e acharam que eu tava no meio, mas eu não tava. [...] Nunca mais vi esse cara. Eu me sentia meio humilhada.

Nessa pesquisa realizada por Hertzog (2015), além de aparecerem outros casos emblemáticos, chama a atenção o fato de uma mulher que sofria assédio sexual constante no trabalho, quando fugiu da situação, encontrou um conhecido, deu uma tragada numa pedra de crack e foi suficiente para o flagrante e a prisão.

É muito provável um jovem, menor de idade, tomar bebida alcoólica e ser considerado um comportamento "normal" ou aceitável. Muitas vezes não sofrerá consequências graves em um primeira bebedeira, podendo ser tratado como algo "deselegante" mas ao mesmo tempo tolerado. Uma criminalização seria incerta, mesmo um adulto sendo responsável por prover a bebida.

O mais comum é que as regras são impostas quando algo as provoca, sendo assim, se requer uma compreensão sobre como esse processo ocorre, como reflete Becker (2008). Há um esforço para que uma norma seja aplicada. Esse esforço implica seu cumprimento. *Quando um comportamento foge a ordem, ele pode ser denunciado. Assim surge sua imposição. A forma pela qual, a sociedade em geral, lida com os descumprimentos aos preceitos estabelecidos, informais ou legais, implicam consequências, sendo elas correspondentes ao que tange sua normalidade.* Quando uma ação inadequada é tornada pública, sua punição torna-se inevitável. Essa reflexão se dá nos casos do bingi drinking (bebedeira) do adolescente e do caso do uso do crack. "Dois pesos, duas medidas".

Se não houver empreendimento de punição no fornecimento de álcool à adolescentes, não há o que punir. Da mesma maneira que, em locais de vulnerabilidade social, desproteção social e ausência do estado, condutas podem ocorrer sendo consideradas normais. Enquanto que, em locais de visibilidade e de proteção social, rico em capital simbólico e material, as mesmas atitudes sejam punidas, observadas e "julgadas".

A **Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz**[5], realiza levantamentos sobre o consumo de drogas no País. Em um deles, realizado em 2017, aponta que 38,4% da população brasileira teve um comportamento de *bingi drinking* nos últimos 12 meses e 8,8% de jovens, entre 12 e 17 anos, teve um comportamento de *bingi drinking* nos últimos 30 dias. No site da Fiocruz, "comunicação e informação" a pesquisa é mencionada em trecho da seguinte forma.

> A percepção do brasileiro quanto às drogas atrela mais risco ao uso do crack do que ao álcool: 44,5% acham que o primeiro é a droga associada ao maior número de mortes no país, enquanto apenas 26,7% colocariam o álcool no topo do ranking. "Mas os principais estudos sobre o tema, como a pesquisa de cargas de doenças da Organização Mundial de Saúde, não deixam dúvidas: o álcool é a substância mais associada, direta ou indiretamente, a danos à saúde que levam à morte.

Dentro do que se chama comportamentos desviantes, existem claramente grupos que são bem visíveis em relação às suas atitudes serem consideradas inapropriadas. Chamo a atenção para os viciados em crack, mais precisamente, aqueles que não conseguem mais esconder seu vício, seja pela forma como consomem ou por tornarem-se "moradores de rua".

Pessoas estigmatizadas, seja qual for o motivo, são vistas e reconhecidas a partir de seu estigma. Essa condição proporciona a esses indivíduos um cotidiano marcado por sua característica perceptível a todos. Nesse sentido, pessoas em situação de rua são vistos como "mendigos", como aparece nas menções de meus

---

[5] *Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma instituição pública brasileira de ciência e tecnologia em saúde, vinculada ao Ministério da Saúde. Criada em 1900, é a maior referência em pesquisa biomédica, produção de vacinas e medicamentos para o Sistema Único de Saúde (SUS) na América Latina.*

alunos em sala de aula. Há um rótulo visível, estético que se sobrepõe a qualquer outra ótica, passando a ser a identidade do marginalizado, mesmo que esse possua uma trajetória particular, uma história enquanto sujeito, indivíduo pertencente à sociedade.

Existe uma expectativa em relação ao comportamento e a estereotipia das pessoas pela sociedade. Nesse sentido, um comportamento desviante torna-se estigmatizado. (Goffman, 2017, p 59). Basta um olhar interno para observar como me comporto em relação às situações da mendicância nas sinaleiras ou das praças.

Gostaria de chamar a atenção para os elementos encontrados dentro dos *outsiders* pertencentes aos dependentes químicos. Em geral, já são estigmatizados e excluídos, no entanto, percebo que há no meio destes, sobretudo pessoas em situação de rua, uma série de condições relacionadas à sua condição social, que incluem um acúmulo de injustiças e escassez. Neste cenário, os "indignos", não merecedores, são chamados por Jessé Souza (2016, p. 35) como "ralé brasileira"[6], não no sentido de humilhá-los mais, mas de chamar a atenção de que se trata de um universo de indivíduos que sofrem muito mais das injustiças sociais e da violência.

O ditado "as drogas não escolhem classe social" pode servir, no entanto, porque um determinado grupo se torna morador de rua? Fazer parte de um mundo onde há acesso aos bens culturais e materiais dão condições diferentes daqueles os quais os processos históricos (sociais, políticos e econômicos) levam um indivíduo a ser mais criminalizado ou excluído que outro. Nesse caso, a proteção social escolhe sim uma classe social.

É necessário observar que os dependentes químicos sofrem de uma doença e são sujeitos e, nesse sentido, merecem tratamento como tal por parte da sociedade. As doenças, em geral, são vistas com altruísmo, compaixão ou empatia

---

[6] *Ralé Brasileira.* Termo desenvolvido e utilizado pelo autor Jessé Souza para denunciar "a iniquidade do abandono social secular que é o principal traço social brasileiro… 'ex-escravas ou mestiços empobrecidos, passaram a formar a classe dos desclassificados no Brasil moderno. (Souza, 2016, p 35)

em relação ao doente, enquanto que o usuário, muitas vezes, gera aversão, pena ou hostilidade. Mota (2009, p. 116) discorre sobre a estigmatização do usuário:

> Dessa forma, a condenação de determinadas drogas e seus usuários passou a constituir-se um movimento simbólico de grandes proporções, unindo setores governamentais, mídia, líderes religiosos, autoridades, médicos, professores, etc. O usuário de drogas ilícitas tornou-se um "desviante global", uma vez que praticamente todos os países do mundo são signatários dos tratados antidrogas. Talvez nenhuma outra ideologia tenha obtido tanto consenso em nível mundial como a repressão a determinados tipos de narcóticos.

Continuo meu processo reflexivo para tentar cada vez mais sustentar a justificativa de trabalhar historicamente com as fontes impressas como um problema de pesquisa. Para isso, se faz necessário pensar que a relação das drogas com a humanidade passou por processos de mudanças. Como o uso de psicoativos ilícitos passou a ser considerado um comportamento desviante? Onde consigo encontrar fontes que dialoguem com a problemática da estigmatização e comportamento desviante, outsiders? Algumas reflexões sobre já fizemos, mas historicamente, como foram sendo constituídas?

Minha intenção é problematizar sobre as nuances encontradas nos periódicos. Quais elementos identificarei nessas matérias? Os textos reforçam ideias excludentes? Encontrarei desinformação, alardes ou discriminação nos impressos analisados?

Ao mesmo tempo que se é historicizado sobre outros grupos sociais como agricultores e agricultoras, migrantes, negros e negras, mulheres camponesas, movimentos sociais, os adictos devem ser ouvidos e ter voz. Encontrei minha inquietude no seguinte trecho em referência à História Pública:

> Ela é uma avenida para a formulação e a configuração de políticas públicas por meio de pesquisas historicamente fundamentadas; ela é um veículo para ampliar nossa visão do passado [...] Ela é uma arena de disputas vigorosas, na qual adversários ideológicos lutam pelo legado, patrimônio e memória pública de acontecimentos ocorridos há muito ou pouco tempo, e que ainda estão se desdobrando. A história pública amadureceu como um campo variado e cada vez mais sofisticado. (Almeida; Rovai, 2011, p. 53)

Os malquistos, estigmatizados, desviantes, dependentes químicos ou drogados merecem atenção por parte das ciências humanas. Esses *outsiders* não possuem representação política significativa ou movimentos sociais organizados reivindicando seus direitos. Dessa maneira, acabam a mercê da vontade política e sanitária, sendo seus principais aliados, os agentes de saúde, as pessoas que se identificam com os mesmos dilemas, o estado, através de tratamentos impostos pela patologização hegemônica da medicina ou no papel de repressão. Observamos a lógica moral nos tratamentos em fazendas, paga com trabalho e mensalidades. O estado que proíbe e a moral que marginaliza é a mesma que trata do adicto. Cabe aqui mais uma indagação pessoal relacionando com o que escreveu Jessé Souza (2016).

O desenvolvimento e consolidação dos valores liberais republicanos, a qual, se presumia a consolidação da noção de igualdade de direitos, desenvolveram-se noções de valorização dos indivíduos a partir da concepção do bom trabalhador ou merecimento. Ou seja, se na Europa pré-revolucionária liberal, a principal forma de distinção social se dava a partir das noções de pertencimento à origem familiar, ou seja, plebeu ou nobre, agora a sociedade distingue os indivíduos por valores burgueses, se são produtivos, merecedores ou não produtivos e desmerecedores. A moral religiosa ou garantia constitucional não são suficientes para a igualdade.

Faço a seguinte reflexão: se sou fruto de uma série de determinadas circunstâncias sociais e culturais, previamente estabelecidas e em processo contínuo de mudanças, sou ainda, decorrente de um contexto histórico, político, econômico e ainda, de minhas relações com os outros ao longo da minha vida. Sendo fruto das aprendizagens maternas e paternas, além de convívio familiar, qualquer indivíduo também possui suas próprias singularidades e peculiaridades.

Percebe-se na reflexão acima que qualquer indivíduo possui circunstâncias específicas de sua “existência micro”, que se relaciona com o macro, e num mesmo sentido, decorrente de um “macro”, que intervém diretamente em sua existência. Sendo assim, as ideias predominantes numa determinada sociedade se reproduzem

de maneira inevitável sobre todos, concordemos ou não, conscientemente ou não.

A sociedade em geral acredita que, em seu cotidiano, toma decisões racionais através de contratos dispostos entre todos, como se existisse uma condição de igualdade e, através disso, fazendo determinadas escolhas que são resultado do que pensamos ser (cada um planta o que colhe). No entanto, os indivíduos são resultado da sociedade e socialização familiar e todas as suas escolhas e opiniões refletem essa condição. Essa disposição não é consciente, incorpora elementos paternos e maternos e assim, fazemos parte do mundo, a qual, não chegamos a compreender. (Souza, 2016).

A partir da conscientização da falta de conhecimento em relação ao mundo, podemos nos acomodar, ou tentar compreendê-lo melhor, para que nossas ações façam sentido, tenham importância e não caiam na reprodução de valores que constituem injustiças. Por esse ângulo, devemos promover movimentos. É nesse sentido que a pesquisa histórica ou as ciências têm papel imprescindível. A ciência deve ser útil, com sentido e significado crítico existencial . No caso da História ela deve ser construída a partir do desenvolvimento da consciência histórica em diálogo com as identidades dos sujeitos que desenvolvem as narrativas, promovendo ações que derrubam preconceitos e ideias prontas e pré-estabelecidas.

Durante esta trajetória procurei trazer diversos conceitos de variados autores para que eu e o leitor encontrássemos sentido nesta pesquisa. A partir de agora minha principal preocupação é trazer elementos que subsidiem a pesquisa em si, ou seja, como fazê-la. Os escritos acima representam a linha de raciocínio que fui elaborando a partir de minhas angústias associadas aos conceitos “descobertos”.

Afinal, levando em consideração tudo que foi mencionado, como pesquisar e o que exatamente pesquisar? Me remeto aqui ao problema de pesquisa. Como os discursos sobre o consumo de crack, presente na mídia impressa local, influenciam, tensionam ou reforçam a marginalização, estigmas, criam *outsiders,* em Caxias do Sul a partir de meados da década de 1990?

Considerando as minhas indagações sobre doenças estigmatizadas, o conceito de drogas de Henrique Carneiro, e o que faz com que existam é a interação

com o ser humano, e que a história das drogas é a história do seu proibicionismo, procurarei nas fontes de mídia impressa e no meu próprio conhecimento em relação com a adicção elementos para análise.

Penso que o maior sentido deste trabalho, além de tudo que já foi visto até agora, seja de trazer reflexões sobre o desenvolvimento de aprendizagem que dialogue com a construção de uma consciência histórica e crítica. O proibicionismo das drogas associado a sua história como produto econômico e cultural, levando em consideração sua importância na *revolução psicoativa*, deve estar contemplado no ensino da história.

Encontrei no trabalho de um colega a definição de mídia feita por Antunes. O destaque em itálico foi feito por mim, levando em consideração minhas angústias.

> *O papel da mídia é informar, tornar público o que deve ser do conhecimento de todos, mas com o cuidado de não se alimentar de um ponto de vista gerador de informações que seja monopolizado*, que comungue sempre de uma mesma filosofia. A democracia depende da institucionalização dos procedimentos necessários para o estabelecimento de uma comunicação *livre da dominação* e, por outro lado, da interpenetração entre as tomadas de decisão institucionalizadas e a constituição informal. (Antunes, 2007, p 34, grifos meus).

Nesse sentido, Weber (2012. p. 13) pontua:

> Ou seja, faz-se necessário conhecer como a comunicação acontece na Imprensa, valendo-se como símbolo de um momento histórico, influenciando e ou se deixando influenciar. [...] Sobre os procedimentos metodológicos na pesquisa em imprensa, é importante lembrar que o que está sob análise é uma fonte primária, ou seja, as publicações em um jornal sobre determinado assunto, em um determinado período. Subsidiando esta análise, Elmir (1995, p. 7) atesta que "a imprensa não pode ser fonte exclusiva para qualquer pesquisa histórica. É imprescindível a pesquisa bibliográfica [...] para situar o objeto de nossa pesquisa num quadro maior de estudos sobre o nosso assunto", e seguindo a proposta da história nova, entende-se que deve envolver além da pesquisa bibliográfica, a documental e a oral.

Encontrei em um artigo voltado para estudantes de história, desenvolvido por Xerri, uma justificativa óbvia e que precisa ser lembrada e dita sobre a importância de se utilizar textos jornalísticos em pesquisa. Eliana Gasparini Xerri menciona:

“*Uma vez que é fonte presente no quotidiano da maioria da população, o uso didático do mesmo é inquestionável.”* Ou seja, é um recurso muito importante para aprimorar o processo de ensino, desenvolvendo consciência histórica.

Os processos de estigmatização e exclusão se desenvolvem a partir da ótica de contextos que prevalecem na sociedade e sua transformação passa por análises de fontes que dialoguem com a realidade existente. Sobre o uso da mídia impressa como fonte de pesquisa, destaco:

> A linguagem das narrativas do jornal, demonstra as diferenças culturais e os interesses políticos existentes, portanto, o multiculturalismo social, acaba por estar presente com as suas intencionalidades através dos endereçamentos e recepção do texto. Assim, a associação da fonte como recurso didático na formação dos professores, possibilita aos mesmos aplicações semelhantes junto aos seus alunos. Com autonomia e critérios na forma de uso, adequados às séries e faixas etárias dos alunos. (XERRI, 2019, p. 509)

A investigação aqui proposta operacionaliza-se por meio da Análise de Conteúdo, articulada metodologicamente aos pressupostos teóricos da História do Tempo Presente.

Inseridos na dinâmica social, os jornais desempenham um papel relevante em suas comunidades como prestadores de serviço, atuando como agentes difusores dos fatos que marcam o cotidiano local e regional. Além dessa dimensão informativa, o impresso jornalístico, profundamente marcado por seu contexto social, político e cultural, constitui uma valiosa fonte documental para o historiador. Por meio dele, sob um olhar crítico e analítico, torna-se possível decodificar os anseios, as expectativas e as visões de mundo veiculadas em suas páginas, bem como identificar os interesses sociais aos quais esses discursos servem. Sob essa perspectiva, deve-se considerar que o veículo de imprensa, por ser de natureza privada e vinculado a estruturas de poder hegemônicas, frequentemente atua como reprodutor de ideologias que visam sustentar o status quo.

Diante disso, esta pesquisa assume o compromisso ético e político de desconstruir as narrativas estigmatizantes construídas em torno dos dependentes

químicos. A marginalização desses sujeitos está ancorada em um imaginário social repleto de representações que, longe de estáticas, permanecem em constante movimento e disputa no presente. Investigar e analisar os discursos sobre a adicção e o crack na imprensa local significa, portanto, esquadrinhar ideias e sensibilidades que se relacionam diretamente com a História do Tempo Presente, consolidando-se como um passo fundamental para o fomento de uma consciência histórica crítica e para a qualificação do Ensino de História.

2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção social da marginalização dos usuários de drogas, especialmente no contexto do crack, pode ser compreendida por meio da articulação entre os conceitos de estigma, de Erving Goffman, e de *outsiders*, de Howard Becker. Sob essa perspectiva de análise histórico-crítica, o sujeito que consome substâncias tornadas ilícitas passa a ser enquadrado em uma categoria social desviante, cuja identidade é reduzida pela sociedade ao rótulo homogeneizante de "drogado" ou "viciado".

Como aponta Becker, o desvio não constitui uma qualidade intrínseca do ato que o indivíduo comete, mas sim a consequência da aplicação de regras e sanções por parte de terceiros a um suposto "infrator". Assim, através da análise das representações sociais, percebe-se a existência de um prisma condenatório prevalecente: o usuário de crack é sumariamente sentenciado pelo simples consumo, muito antes de qualquer desdobramento penal por tráfico ou delitos correlatos.

Essa rotulação prévia simplifica trajetórias de vida complexas, marcadas por múltiplas determinações sociais, econômicas, culturais e afetivas, e as reduz a categorias estigmatizantes que justificam sua exclusão. Surge, portanto, um questionamento central: o indivíduo é indiciado, processado e preso pelo crime que eventualmente comete ou pela sua mera associação com a substância?

2.4 “AS PEDRAS AINDA CIRCULAM”: O CRACK COMO OBJETO SENSÍVEL E A CONSTRUÇÃO DO ESTIGMA

A operacionalização metodológica desta pesquisa dá-se por meio da Análise de Conteúdo, aplicada de forma sistemática ao *corpus* documental do jornal *Pioneiro* entre os anos de 1992 e 2002, período que delimita a emergência e a consolidação do crack no cotidiano de Caxias do Sul. Contudo, este fazer historiográfico e técnico não ocorre em um vácuo de neutralidade apática. Investigar o crack exige do pesquisador um constante exercício de reflexividade ética, uma vez que o próprio título deste item, “As Pedras Ainda Circulam”, evoca a permanência, o trauma e a atualidade de um objeto cujas feridas sociais e dramas humanos continuam abertos no cotidiano regional.

Durante a pré-análise das matérias jornalísticas, encontrei o caráter doloroso que o tema evoca para os sujeitos que vivenciam, direta ou indiretamente, a dependência química e a vulnerabilidade social nas periferias. Todavia, a recusa ao silenciamento é um imperativo ético: ignorar ou marginalizar o debate para evitar o desconforto social apenas perpetua paradigmas preconceituosos, injustiças e desinformação. A Análise de Conteúdo surge, assim, como o caminho para desvelar o que está subjacente às mensagens da mídia impressa, superando a mera descrição superficial para alcançar as intencionalidades, as contradições e as estruturas de poder que sustentam o discurso jornalístico sobre a droga.

Essa apuração faz-se indispensável porque o debate público sobre o crack é historicamente monopolizado por enquadramentos morais de matriz religiosa, pela retórica repressiva do Estado ou pela patologização médica. Ao analisar criticamente o jornal local, busco tensionar esses discursos cristalizados e responder a questionamentos fundamentais: as narrativas impressas tendem à tipificação, à generalização homogênea e ao pânico moral que empurra o usuário para as margens da cidadania, ou revelam singularidades, contradições e processos sociais mais profundos?

Debulhar essas nuances por meio do exame metodológico das fontes tem,

portanto, um duplo propósito, investigativo e pedagógico: desnaturalizar as categorias discursivas da imprensa e demonstrar que a marginalização dos usuários de crack não é um dado biológico ou natural, mas sim o resultado de construções históricas, políticas e sociais.

2.5 DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS DO TEMPO PRESENTE: MEMÓRIA, TRAUMA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Pesquisar um objeto contemporâneo e socialmente sensível como o crack impõe desafios epistemológicos incontornáveis, característicos da História do Tempo Presente. Como as marcas e efeitos desse fenômeno ainda se fazem sentir intensamente no tecido social, o pesquisador se depara com a coexistência temporal de diferentes atores sociais: dependentes químicos, familiares, médicos, policiais, jornalistas e agentes de saúde cujas memórias e testemunhos disputam ativamente os sentidos do passado.

Como bem adverte Carlos Fico (2012, p. 44-45) ao discutir eventos traumáticos e documentos sensíveis:

> Uma das principais peculiaridades da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrare/ou explicar…De fato, a marca central da História do Tempo Presente - sua imbricação com a política - decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, “não terminou”. Isso traz importantes consequências epistemológicas para o conhecimento que se deseja construir.

A coabitação temporal entre o historiador e as testemunhas do fenômeno joga luz sobre o problema da memória e sua relação com as narrativas históricas. Os eventos traumáticos ou sensíveis, por sua própria natureza, são constantemente reestruturados pelas vivências individuais, tornando o objeto de estudo dinâmico e inacabado. Longe de neutralizar o rigor da História do Tempo Presente, a memória e a experiência viva são condições que se tensionam e se relacionam mutuamente

(Fico, 2012).

Nesse cenário de disputas, a noção de consciência histórica, desenvolvida por Jörn Rüsen (ANO), torna-se o eixo estruturante de minha pesquisa. A consciência histórica não se limita a um exercício cognitivo sobre o passado; ela atua como a ferramenta essencial pela qual os sujeitos interpretam as experiências pretéritas para orientar suas ações práticas e dilemas existenciais no presente, transformando a dor e o estigma em demandas legítimas de significação e agência social.

2.6 PARA QUE HISTÓRIA? A FUNÇÃO SOCIAL DA PESQUISA E DO ENSINO DE HISTÓRIA

Em última análise, impõe-se a necessidade de responder à questão fundamental que deve orientar toda investigação científica comprometida com a emancipação humana: qual é, afinal, a função social desta pesquisa? Afastar-se de uma perspectiva meramente utilitarista, que reduz a produção de conhecimento à reprodução técnica voltada às demandas do mercado, implica compreender que a investigação histórica deve abrir fissuras para novas ideias e construir possibilidades de desenvolvimento humano em um processo dialético permanente, assumidamente comprometido com a diversidade sociocultural.

Por essa razão, este trabalho projeta-se diretamente no campo educativo. A proposta é que os resultados da análise documental dialoguem de forma orgânica com o Ensino de História, fornecendo subsídios teóricos e metodológicos para o fomento de uma consciência histórica crítica em sala de aula. Ao capacitar os estudantes para a problematização de narrativas estigmatizantes e para o reconhecimento dos usuários de crack como sujeitos históricos, inseridos em complexas tramas políticas, econômicas e sociais, a pesquisa transcende a mera denúncia documental. Trata-se de uma intervenção teórico-pedagógica que visa estimular a formação de cidadãos autônomos, capazes de lançar olhares mais sensíveis, complexos e reflexivos sobre as fraturas da realidade social

contemporânea.

3 QUEM É CRIMINALIZADO E POR QUÊ? O CRACK NAS PÁGINAS DO JORNAL PIONEIRO (1992 – 2002)

3.1 PROSPECÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS REFERÊNCIAS AO CRACK

Desde o início de minhas reflexões sobre o quê e como utilizar a mídia impressa, meus pensamentos me orientavam em direção a analisá-las de maneira bem objetiva, buscando os elementos em seus conteúdos que dialogassem com minhas intenções, inquietações e objetivos.

Após uma longa pesquisa e downloads de matérias com a palavra crack, iniciaram-se muitas reflexões sobre a condução da análise histórica. A partir de minha orientadora e a Banca de Qualificação, foi sugerida pelas características da pesquisa, prazos e viabilidade, a escolha pela *Análise de Conteúdo* como metodologia para a construção deste capítulo.

Como referencial teórico utilizarei um guia feito por minha orientadora, um artigo de Núncia Santoro Constantino (2002) e Laurence Bardin (2016) com sua obra *Análise de Conteúdo*. Nesse sentido, recorto trecho em que Constantino (2002, p. 186), destaca sobre a AC:

> Já é tempo de dizer que a expressão *Análise de Conteúdo* designa conjunto de técnicas cuja aplicação, através de procedimentos sistemáticos, visa produzir inferências. São técnicas para ler e interpretar o conteúdo de qualquer espécie de documento e mais concretamente, de toda a espécie de documento escrito.

Nessa perspectiva ficou claro pra mim, levando em consideração as ponderações mencionadas acima, que deveria ser assertivo na condução do meu trabalho, evitando reflexões históricas, contextualizações muito complexas, tendo em vista que meu foco é o proibicionismo e o estigma do adicto ao crack. Portanto, descartei a *Análise do Discurso*, como metodologia de análise, a qual inicialmente havia considerado. Sobre a *Análise do Discurso*, destaco o que Constantino (2002, p.184) me revelou:

> A *Análise do Discurso* destaca matérias semânticas, valorizando as condições de enunciação e dando maior atenção ao conteúdo latente. Com AD, deseja-se sobretudo saber como foi produzido o texto. A origem de AD é o ponto de vista da condições de produção do texto, conforme Orlandi. Assim, realizar tal forma de análise exige específicos conhecimentos teóricos, fundamentados no âmbito da linguística ou da psicanálise, ou em ambos, como Lacan.

Levando em consideração que o aspecto intuitivo é importante para o pesquisador e que a prática conduz para a atividade de historiador, iniciei um processo de reflexão sobre como utilizaria as matérias. Percebi logo que, em decorrência da intencionalidade do trabalho e também sobre a natureza das reportagens, se fazia necessário uma classificação geral por cadernos.

Durante a primeira parte do levantamento, já havia feito uma pré-organização. Separei por ano, data e caderno, para em seguida separar as mais importantes sem ignorar o dado geral. Mesmo assim, sentia necessidade de buscar alguma fundamentação para o trabalho que realizava. Encontrei o seguinte trecho no prefácio de obra de Laurence Bardin (2016, p. 15):

> O que é análise de conteúdo atualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois polos de rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade.

Considero de fundamental importância que o leitor compreenda o itinerário mental desenvolvido para a pesquisa dos periódicos. Foram diversas etapas até iniciar a análise das matérias para atingir os objetivos previstos. A partir da definição que a pesquisa se daria nos periódicos impressos do jornal PIONEIRO de Caxias do Sul, entre os anos de 1992 e 2002 e através da palavra chave *crack* na Hemeroteca Digital, iniciaram-se a busca e os downloads de todas as matérias classificadas ano a ano.

Na medida em que a prospecção avançou, tive que desenvolver novas formas de classificação do conteúdo. Lembro que foram consideradas apenas as menções ao crack como droga, excluindo eventuais palavras semelhantes, as quais não se referem propriamente à substância entorpecente. Em um primeiro momento as matérias não eram numerosas e ao decorrer do trabalho foi necessário desenvolver mecanismos para melhor identificar o sentido dos textos. Foi escolhido o critério dos cadernos ou editoriais para compreender onde aparecem e como são distribuídas. Muitas vezes havia a relação da droga com criminalidade, estigma e alarde como a "droga da morte", não estando na página policial, por exemplo.

Outro aspecto para compreensão do desenvolvimento do trabalho que deve-se levar em consideração é que muitas vezes a palavra crack está repetidamente numa mesma matéria ou página, no entanto meu foco se deu nas vezes em que a substância aparecia como reportagem ou ocorria menção a ela em um determinado texto. Ou seja, não no número de palavras totalizantes. Algumas vezes as matérias eram capa do jornal, ou seja, o critério de classificação fez com que a menção à substância fosse considerada duas vezes, mesmo em se tratando apenas de uma reportagem, tendo em vista que considero as capas de fundamental importância para a análise. A manchete é por mim, tendo em vista a característica deste trabalho, muito importante.

Tendo em conta que as menções à substância se dão em diversos cadernos, e que o jornal sofria modificações de organização ao longo dos anos, o desenvolvimento da classificação das matérias foi significativamente difícil e trabalhoso. No quadro abaixo, apresento o número de notícias sobre o tema ano a ano. São importantes para uma compreensão inicial do trabalho e posteriormente sua análise.

Quadro 1 - Quadro demonstrativo de textos que fazem referência ao crack durante os anos de 1992 até 2002.

Ano	Reportagens em que a droga é mencionada.
1992	8
1993	1
1994	12
1995	11
1996	14
1997	37
1998	41
1999	52
2000	50
2001	54
2002	81
Total	362

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar de todos os critérios, classificação, reclassificação, cuidados e revisões do investigador, por ventura algum número pode ser divergente. Outros dados importantes para a compreensão da totalidade da pesquisa e posterior análise apresento outros números importantes que fazem parte do meu processo cognitivo para entendimento pessoal e do leitor.

Apresento dois quadros a seguir para visualização da organização e distribuição dos textos jornalísticos.

Quadro 2 - Quadro representativo de textos que se referem ao crack como droga classificados por cadernos ou editoriais entre os anos de 1992 e 2002.

ANO	Localização no Jornal				
	Opinião	Cadernos (especial)	Saúde e Recuperação	Policial	Outros
1992	2			1	5
1993					1
1994				5	7
1995			1	7	3
1996		2		7	6
1997	1	2	2	16	17
1998	1		3	25	11
1999	8	1	5	32	7
2000	7		4	23	16
2001	6	3	2	32	11
2002	12	12	2	37	18

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro - 3 Quadro representativo de textos que se referem ao crack como droga da

Ano	Cinema, Lazer e Cultura	Economia	Propaganda	Variedades e Sete Dias	Caxias. Geral e Região	Capa
1992	4	1				
1993			1			
1994	7					
1995	1			1	1	
1996	3		1			
1997	3	2		2	6	4
1998	1				7	3
1999	3				5	1
2000			4	2	6	4
2001	2		4	2	5	4
2002		1		11		6

categoria outros do quadro anterior entre os anos de 1992 e 2002Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados coletados no Jornal Pioneiro (1992-2002).

Foram encontradas, entre os anos de 1992 até 2002, um total de 347 matérias jornalísticas ou referências ao crack, sendo elas contempladas por 14

capas. Os números do quadro 2 referem-se à um número que somam-se às capas. Desse total, temos 185 reportagens que estão nas páginas policiais. Esse dado corresponde a 53,3% de reportagens relacionadas ao crack encontradas diretamente nas páginas policiais. Isso não significa dizer que os outros textos não relacionam à droga ao crime ou que não possuem tom estigmatizante, discriminatório, marginalizando a substância e o adicto. A prevalência desse número é gigantesca em detrimento às matérias sobre saúde ou recuperação, por exemplo. São dados, que por si só, já demonstram o tom marginalizante relacionado ao proibicionismo das drogas. Esse levantamento quantitativo é importante como princípio de minha análise. Tendo os textos classificados por cadernos ou editoriais percebi como seria difícil apresentá-los em sua totalidade. Conforme mencionado anteriormente, os anos passaram, o jornal se modificou e muitas matérias ou textos encontram-se, muitas vezes, um dentro do outro, dificultando a organização dos textos pelo pesquisador. Ao invés de apresentar aqui caderno por caderno, classifiquei por tema, respeitando o universo dos textos. A escolha dos dados acima são importantes na medida que o leitor pode perceber que o jornal vai se posicionando em relação ao consumo do crack. Isso pode ser observado na coluna que se refere à Opinião, no quadro 2 .

Nem todas as menções correspondem necessariamente ao editorial com título *opinião*, mas que se encontram os editoriais *Ponto de Vista* e o *Bom Dia*. Foram classificadas assim, por pura intuição do investigador e natureza dos textos. Podemos observar também os cadernos especiais, que apesar de não possuírem um grande número, são significativos na medida que são matérias longas, com ênfase jornalística e postuladas como a mais importante daquela edição.

Mesmo a partir dessa primeira distribuição e seleção de textos sobre o crack, destaco que as citações podem possuir mais de uma classificação. Por exemplo, as matérias relacionadas à saúde ou cadernos especiais, poderiam ser chamadas de alarmantes, no entanto nesta etapa resolvi aglutiná-las assim. Mais tarde, no seu devido momento, poderão ser destacadas para análise e assim ganharem sentido único.

Outro dado importante é o número significativo da coluna “Outros”. Essa categorização não torna menos importantes seus textos. Apenas foram distribuídas assim para facilitar a compreensão e distribuição dos dados. A partir desse panorama geral, iniciarei uma sequência de seleção com critérios relacionados aos conteúdos das matérias e não mais por seus editoriais.

No decorrer do trabalho já venho mencionando como o dependente químico é marginalizado (outsiders) e estigmatizado pela sociedade em geral. Quais textos, palavras ou manchetes são importantes para essa verificação? Nesse sentido, apresentarei minhas hipóteses sobre possibilidades do que possivelmente encontraria ao final do desenvolvimento do capítulo:

Hipótese 1 - As referências ao uso do crack estabelecem um paradigma estigmatizante ao usuário relacionado à patologização e criminalidade, ignorando completamente o sujeito histórico.

Hipótese 2 - As matérias jornalísticas sobre crack priorizaram abordagens policiais e criminalizantes em detrimento de perspectivas sociais, históricas ou de saúde pública.

Hipótese 3 - A representação do usuário de crack nas matérias analisadas ocorreu de forma desumanizada, reduzindo o sujeito à condição de criminoso, dependente ou ameaça social.

Hipótese 4 - A recorrente associação entre crack e criminalidade contribuiu para legitimar práticas proibicionistas e políticas repressivas relacionadas às drogas durante os anos 1990 e início dos anos 2000.

Tendo em vista o grande número de textos sobre o crack e que muitas possuem um mesmo sentido ou são muito aleatórias, não farei a análise de todas. Dessa maneira, elaborei três categorias importantes que aglutinam uma unidade de sentido. A partir disso, apresentarei um dado geral e analisarei algumas matérias de maneira individual.

3.2 ANÁLISE DOS CORPUS

Os textos analisados que referem-se ao crack são bem diversos mesmo tendo em comum a criminalização, marginalização e estigmatização da droga ou do usuário. No entanto, algumas matérias foram consideradas por mim as mais importantes e que melhor ilustram o discurso. Diante disso, elaborei três categorias principais para análise. São elas: Pano de Fundo, A construção do Estigma em Outsiders e Proibicionismo e Criminalidade.

3.2.1 Pano de Fundo

Irei chamar de “Pano de Fundo" os textos em que, mesmo antes de o crack ser uma preocupação generalizada, já traziam elementos os quais julgo responsáveis por construir um imaginário relacionado à droga, seu consumo e seus dependentes. Como exposto e explorado na introdução deste trabalho, o crack já tinha sido alvo de muita especulação midiática nos Estados Unidos em um processo ocorrido há pelo menos uma década antes do caso brasileiro. No caso estadunidense, houveram campanhas antidrogas e anti crack, promovidas pelo governo estadunidense e iniciativa privada, além de grande movimento de criminalização ao seu uso.

As informações relacionadas a esse recorte histórico foram chegando no Brasil de maneira silenciosa, porém contundente. Pensemos na força do cinema hollywoodiano até hoje para divulgar a cultura norte-americana. Nesse sentido, me chamou a atenção quando iniciei as buscas por fontes impressas e decidi o período a qual seria pesquisado, que as principais e mais numerosas referências ao crack, mesmo antes de 1992, ocorriam nas sinopses dos filmes em cartaz no cinema.

Foram encontradas entre os anos de 1992 e 1995, 9 sinopses de filmes em cartaz no cinema ou em programação de televisão com referências ao crack. Me chama a atenção pois essas sinopses citam a droga na divulgação do filme. Ou seja, não significa que outros filmes não tivessem em seu enredo a droga.

Na página 4, na divulgação da programação de TV, do dia 13 de abril de 1992, encontra-se:

Figura 1 – Recorte da programação de TV do jornal Pioneiro, abril de 1992



TELEVISÃO/filmes de hoje

□□ *O EXTERMINADOR DE AÇO (13h45 na TVS) Hands of steel, 86. Dir. Sergio Martino. 89 min. Com Daniel Greene, Janet Agren, John Saxon, Claudio Casinelli, George Eastman.*
Aventura meio ficção italiana naturalmente inspirada no *Terminator*. Mas é menos ruim que parece a aventura de homem cyborg programado para matar. (Cor)

□□ *SEM SAÍDA (14h35 na Globo) No way out, 87. Dir. Roger Donaldson. 116 min. Com Kevin Costner, Sean Young, Gene Hackman, Iman.*
Suspense de sucesso que refilma *O relógio verde*. Embora não tenha muita lógica, o filme mantém o interesse o tempo todo. Costner é oficial que tem a missão de descobrir quem teria matado a amante do Secretário da Defesa, na verdade ele mesmo. Como provar a sua inocência quando a caçada vai se fechando em torno dele? De quebra, na primeira parte, uma excitante cena de amor numa limousine. (Cor)

□□ *PAIXÃO PROIBIDA (15h15 na Bandeirantes) Los tarantos, 64. Dir. Rovira Beleta. 80 min. Com Carmen Amaya, Sara Lezana, Daniel Martin.*
Melodrama espanhol sobre amor proibido à la Romeu e Julieta de famílias ciganas rivais. (Cor)

□□ *DESEJO DE MATAR IV (21h35 na Globo) Death wish 4: The crackdown, 87. Dir. J. Lee Thompson. 99 min. Com Charles Bronson, Kay Lenz, John P. Ryan.*
Como Bronson não tem mais família para perder fica difícil manter o interesse da série. O mais fraco episódio de todos mostra ele reiniciando vida em Los Angeles, perdendo a enteada morta por overdose de crack que o leva a declarar guerra aos traficantes. Pela primeira vez na tevê. (Cor)

ARQUIVO

Bronson

□□ *Tudo O Que Você Sempre Quis Saber Sobre Sexo (Mas tinha medo de perguntar) (3h15 na Globo) Everything you always wanted to know about sex but were afraid to ask, 72. Dir. Woody Allen. Com Allen, Gene Wilder, Burt Reynolds, Lynn Redgrave, Tony Randall. 87 min.*
Comédia em episódios com vários episódios (realizado em diferentes estilos que satirizam desde programa de perguntas de tevê até filmes de Antonioni). Inspirado em capítulos de um livro de sexo, o humor brilha em dois momentos, na Sátira aos cientistas loucos e no último, onde ele faz um espermatozóide (mostra toda uma relação pelo ponto de vista interno). Muito divertido. (Cor)

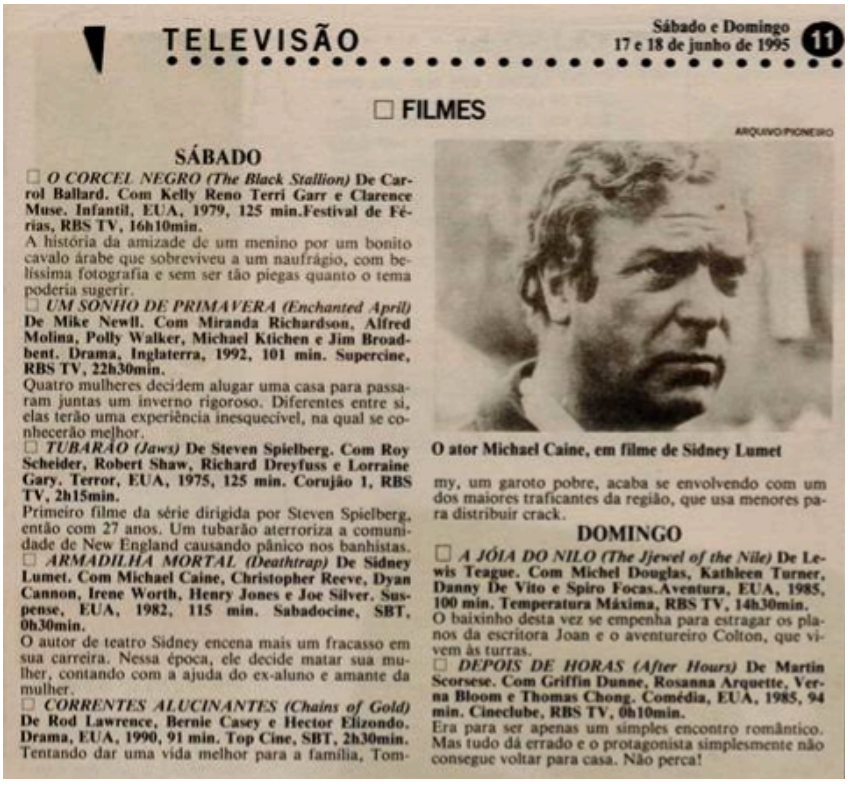
Fonte: Jornal Pioneiro, 13 de abril de 1992, p 4.

Pode-se observar que na divulgação do filme *Desejo de Matar IV*, 4º da coluna da esquerda. O ator conhecido da época, Charles Bronson, por fazer filmes de ação, em seu personagem, combate os traficantes de crack, já que sua filha morreu de overdose. A forma como é apresentado o filme faz com que se relacione o crack com duas questões que estão sendo exploradas nesta pesquisa. A

estigmatização do usuário que tem um hábito mortal como sendo de exclusividade do crack ao mesmo tempo em que associa a droga à criminalidade. É importante dizer, ao que tudo indica, que a droga em questão ainda não existia em Caxias do Sul no ano de 1992. No entanto, me arrisco afirmar que já era divulgada de maneira sensacionalista através da cinematografia.

Outra sinopse que chama a atenção é a que aparece no próprio título do filme com o nome da droga. O filme em questão aparece 6 vezes na programação da tv ou cinema entre os anos de 1992 e 1994 com o nome - *Rex - Crack - Conexão da Morte.* Na edição de Sábado e Domingo na página 11, dos dias 17 e 18 de junho de 1995 aparece o seguinte texto encontrado.

Figura 2 – Recorte de programação de TV do jornal Pioneiro, junho de 1995



TELEVISÃO

Sábado e Domingo
17 e 18 de junho de 1995 11

☐ FILMES

ARQUIVO PIONEIRO

SÁBADO

☐ *O CORCEL NEGRO (The Black Stallion)* **De Carrol Ballard. Com Kelly Reno Terri Garr e Clarence Muse. Infantil, EUA, 1979, 125 min.Festival de Férias, RBS TV, 16h10min.**
A história da amizade de um menino por um bonito cavalo árabe que sobreviveu a um naufrágio, com belíssima fotografia e sem ser tão piegas quanto o tema poderia sugerir.

☐ *UM SONHO DE PRIMAVERA (Enchanted April)* **De Mike Newll. Com Miranda Richardson, Alfred Molina, Polly Walker, Michael Ktichen e Jim Broadbent. Drama, Inglaterra, 1992, 101 min. Supercine, RBS TV, 22h30min.**
Quatro mulheres decidem alugar uma casa para passarem juntas um inverno rigoroso. Diferentes entre si, elas terão uma experiência inesquecível, na qual se conhecerão melhor.

☐ *TUBARÃO (Jaws)* **De Steven Spielberg. Com Roy Scheider, Robert Shaw, Richard Dreyfuss e Lorraine Gary. Terror, EUA, 1975, 125 min. Corujão 1, RBS TV, 2h15min.**
Primeiro filme da série dirigida por Steven Spielberg, então com 27 anos. Um tubarão aterroriza a comunidade de New England causando pânico nos banhistas.

☐ *ARMADILHA MORTAL (Deathtrap)* **De Sidney Lumet. Com Michael Caine, Christopher Reeve, Dyan Cannon, Irene Worth, Henry Jones e Joe Silver. Suspense, EUA, 1982, 115 min. Sabadocine, SBT, 0h30min.**
O autor de teatro Sidney encena mais um fracasso em sua carreira. Nessa época, ele decide matar sua mulher, contando com a ajuda do ex-aluno e amante da mulher.

☐ *CORRENTES ALUCINANTES (Chains of Gold)* **De Rod Lawrence, Bernie Casey e Hector Elizondo. Drama, EUA, 1990, 91 min. Top Cine, SBT, 2h30min.**
Tentando dar uma vida melhor para a família, Tom-

O ator Michael Caine, em filme de Sidney Lumet

my, um garoto pobre, acaba se envolvendo com um dos maiores traficantes da região, que usa menores para distribuir crack.

DOMINGO

☐ *A JÓIA DO NILO (The Jjewel of the Nile)* **De Lewis Teague. Com Michel Douglas, Kathleen Turner, Danny De Vito e Spiro Focas.Aventura, EUA, 1985, 100 min. Temperatura Máxima, RBS TV, 14h30min.**
O baixinho desta vez se empenha para estragar os planos da escritora Joan e o aventureiro Colton, que vivem às turras.

☐ *DEPOIS DE HORAS (After Hours)* **De Martin Scorsese. Com Griffin Dunne, Rosanna Arquette, Verna Bloom e Thomas Chong. Comédia, EUA, 1985, 94 min. Cineclube, RBS TV, 0h10min.**
Era para ser apenas um simples encontro romântico. Mas tudo dá errado e o protagonista simplesmente não consegue voltar para casa. Não perca!

Fonte: Jornal Pioneiro, 17 e 18 de junho de 1995, p 11.

Em "*Correntes Alucinantes",* com programação para o sábado no canal de tv aberta SBT, aparece a sinopse do filme apresentando o enredo a qual o traficante utiliza menores de idade para distribuir o crack. Não se trata de mentira ou verdade nas minhas escolhas, mas sim, até que ponto essa divulgação influenciou ou influencia nossa visão sobre o “submundo” do crack? Como podemos ter algum senso crítico, busca por conhecimento se nos é imposta uma rotulação sobre o uso e a droga?

Figura 3 – Recorte de texto do jornal Pioneiro, abril de 1992



Crack: este vício já chegou ao Brasil

LEONIR SANTOS
Escritor e poeta

Ele surge como o próximo passo do vício, pois custa cinco vezes menos e seu *barato* é instantâneo. Mas em poucas semanas, provoca dependência física capaz de levar a pessoa à loucura e até à morte. Apenas 15 segundos depois da tragada, você é invadido por uma intensa euforia. Tão atordoante e rápida que é chamada de *rush* (corrida, em inglês). Mas, na mesma velocidade que vem, o *barato* se vai. E você prova de novo. E de novo. E de novo. Aí, começa a angústia. Da angústia para a depressão. Que vai crescendo virando paranóia. E a dependência física é inevitável. Em poucas semanas, estará fumando seis cigarros por dia. Em poucas semanas, a droga provoca o mesmo dano que a cocaína leva pelo menos um ano para causar. Esta bomba de conseqüências tão devastadoras foi o produto alternativo que plantadores de coca lançaram no mercado para enfrentar o crescente prejuízo que vinham tendo com o aumento da repressão ao tráfico. Um produto com apelo de marketing e *qualidades* perfeitas para enriquecer os traficantes: é cinco vezes mais barato que outras drogas, não tem cheiro, aumenta o desejo sexual e a criatividade, emagrece (porque inibe o apetite) e vicia irremediavelmente - quem fuma o primeiro crack não consegue parar ou sequer voltar à droga que usava antes. Surgido nos Estados Unidos na década de 80 o crack foi a droga dos negros e americanos pobres. O preço era seu maior apelo. Mas a possibilidade de ser produzido em casa, o fato de diminuir o risco de contrair Aids (já que não é injetável), fizeram que se sofisticasse e seduzisse novos adeptos. Hoje, a droga é usada até por executivos, que fumam em pleno trabalho, e cada vez mais procurada por mulheres. 70% dos viciados têm alto poder aquisitivo, são divorciados, solteiros entre 30 e 40, tidos como pessoas instáveis que consomem bebidas alcoólicas e já experimentaram drogas mais leves. Sendo que o número entre jovens e adolescentes aumenta cada vez mais, por ser um alvo mais fácil de ser viciado.

As autoridades argumentam que o número de apreensões de crack *ainda é pequeno* para justificar uma estatística à parte. Mas sabe-se que desde 1986 laboratórios clandestinos estariam produzindo drogas no Brasil, terreno fácil para o crack se expandir. Como o crack é novidade no mercado de drogas, os médicos não sabem como tratar os dependentes físicos. Tenta-se tudo: da técnica oriental de acupuntura a medicamentos semelhantes aos administrados aos consumidores de outras drogas. Todos os especialistas reconhecem, entretanto, que o apoio da família e dos amigos é fundamental para recuperação. Mas isso apenas quando a saúde do viciado ainda não ficou irremediavelmente comprometida. Em outras palavras: quando sucessivos *baratos* de 15 segundos não levam a um quadro de paranóia e de profundas alterações metabólicas que colocam em risco a vida do viciado.

As opiniões se divergem em diversas partes do País. O crack ainda não atingiu o estágio máximo no tráfico das drogas, mas parece que os olhos (competentes) são fechados para um vício que pode ser a próxima destruição das pessoas, principalmente adolescentes. Resta lembrar as autoridades que o mal se corta pela raiz. Convém não deixar que mais esta praga tome conta do nosso país, nosso Brasil...

Fonte: Jornal Pioneiro, 7 de abril de 1992, p 2

Ainda como texto categorizado por mim como “pano de fundo”, selecionei este texto escrito por Leonir Santos no editorial de opinião do dia 7 de abril de 1992 da página 2. O texto traz uma preocupação, porém alarmante e com desinformação.O texto inicia sem mesmo ter verificação científica comprovada, que a droga em pauta, causa dependência em poucas semanas. Mas uma segunda informação é mais preocupante do ponto de vista da desinformação, alarde e responsável pela estigmatização de seus dependentes. A opinião defende que em poucas semanas a droga causa danos proporcionais a um uso de cocaína de um ano.

Este trabalho não tem a intenção de normalizar o uso de droga ou crack e muito menos minimizar seus efeitos, e sim, buscar elementos que justifiquem a estigmatização e marginalização sobre os seus dependentes. É sabido por mim, tanto pela experiência adictiva como pelo convívio com usuários que esses dados são muito relativos e variam de organismo para organismo e a quantidade de substância utilizada. Lembro que, conforme Carneiro, a droga existe no ato de seu uso e efeito, ou seja, a droga não se define por si só, ela está associada ao seu consumo, desejo e efeito metabólico. (Carneiro, 2019, p. 21).

É comum muitos adictos terem tido experiência com crack, mas sua “droga de preferência” acabou se tornando outra, por exemplo. Ao mesmo tempo que são conhecidos consumidores de crack que a utilizaram por décadas e a utilizam até hoje, assim como usuários de cocaína que morreram logo nos primeiros anos de uso por overdose. Lembro do dado trazido por Jessé Souza que afirma que aproximadamente 0,8% da população adulta, nas capitais brasileiras, consomem crack com regularidade e em média a 6,5 anos. (Souza, 2016, p 13)

As mortes, muitas vezes, relacionadas ao consumo do crack, estão muito mais relacionadas ao que envolve a droga. Ou seja, um usuário pode morrer assassinado antes de uma overdose, por exemplo. Lembro da frase de um companheiro adicto. “Morre de morte matada, pode fumar que a droga não mata”, referindo-se ao crack.

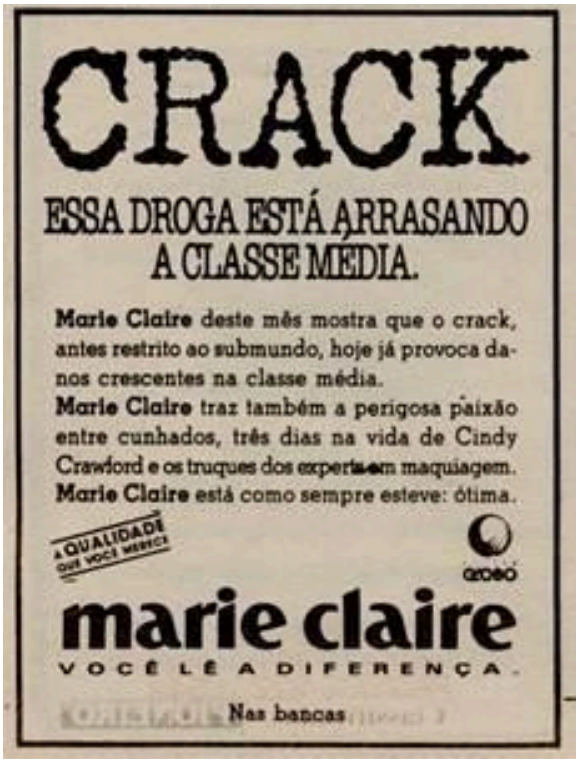
Na apresentação da obra “Crack e Exclusão Social”, organizada pelo

sociólogo Jessé Souza, é citado na página 13 que 60% da causa de mortes entre usuários de crack são por homicídio (Souza, 2016, p. 13). A matéria opinativa traz ainda outros elementos importantes para reflexão, já que, em 1992, se conhecia muito pouco sobre a droga, sobretudo no Brasil.

Ela cita que foram os plantadores de coca que a desenvolveram, sendo que sua origem é incerta. Provavelmente, tenha ocorrido em laboratórios de refinamento de cocaína a partir da tentativa de novas receitas ou por falta de compostos. Sem descartar a possibilidade de que os próprios usuários de cocaína, químicos amadores, tenham desenvolvido a receita.

Outra afirmação é que quem usa crack, não consegue largá-lo e voltar a usar a droga consumida anteriormente. É algo totalmente discutível, podendo variar de pessoa para pessoa, ambiente para ambiente. Desde o início do desenvolvimento dos meus comportamentos adictivos, inclusive o álcool e tabaco, usei todas as drogas que me foram ofertadas. Usei crack, e não foram apenas duas ou três vezes, mas não deu “barato”.

Figura 4 – Recorte de página do Pioneiro com propaganda, setembro de 1993



Fonte: Jornal Pioneiro, 18 e 19 de setembro de 1993, p. 7.

No ano de 1993 a Droga já existia no Brasil mesmo não havendo relatos formais de sua presença em Caxias do Sul. No entanto, não era uma pauta relevante e provavelmente sua presença estivesse em grandes centros urbanos como São Paulo capital, tendo em vista, as próprias matérias jornalísticas do periódico.

Na propaganda publicada na página 7 dos classificados (páginas que ofereciam serviços e vendas) do jornal o Pioneiro, na edição dos dias 18 e 19 de setembro de 1993, a revista Marie Claire não hesita seu tom discriminatório manifestando sua preocupação com a classe média brasileira. Descreve: “Marie Claire deste mês mostra que o crack, antes restrito ao submundo, hoje já provoca danos crescentes na classe média”.

Podemos identificar a relação que a propaganda trás da droga com o submundo. Minha pergunta é, a qual submundo refere-se a revista? Seriam as periferias? Ao povo negro? Aos delinquentes? Quem faz parte do submundo e onde fica? A propaganda já traz o que se pensar sobre o que envolve o ilícito.

Tentei me conter, mas dei um Google. Ao solicitar o significado da palavra *submundo* encontrei a seguinte resposta: *"Submundo refere-se ao mundo dos mortos em tradições religiosas ou a grupos e ambientes marginais, como o crime organizado. O termo também descreve esferas sociais ou culturais consideradas inferiores*". Lembro que há pouquíssimas referências sobre a droga no jornal pioneiro até a data da propaganda. A única menção sobre o crack no ano de 1993 é essa propaganda.

Os textos até aqui selecionados possuem um elemento em comum. Trazem um ponto de vista e uma versão pronta sobre o tema. A partir da busca por sentido e tentativas de organização de ideias sobre a melhor maneira de desenvolver esta pesquisa, desenvolvi a categoria *outsiders*. Essa categoria tem por finalidade identificar e posteriormente analisar o quanto os textos transformam a relação da droga e seus envolvidos em marginais. Essas matérias estão geralmente contempladas nas páginas dedicadas à Polícia.

3.2.2 Os Outsiders e a Construção do Estigma.

Durante a revisão teórica e introdução deste trabalho trouxe dois conceitos importantes para à análise. Refletia sobre o conceito *exclusão*, quando utilizado na discussão sobre a sociedade. O conceito pode trazer a ideia de que o que está excluído não faz parte do mundo, do status quo, do paradigma hegemônico do capital e da lógica da meritocracia a qual pertence.

Quando observamos a palavra (submundo) utilizada na propaganda da Marie Claire fica ilustrado o quanto são excluídos os usuários de crack. Uma ameaça à classe média, ou seja, uma ameaça à sociedade, que por sua vez, *não tem responsabilidade sobre as contradições que envolvem o tráfico, a vulnerabilidade e a dependência química.*

Outro conceito trazido e de fundamental importância foi o desenvolvido por Howard Becker, para explicar os grupos que possuem determinados

comportamentos que não são da expectativa moral dominante. Por isso a escolha do nome do subtítulo *outsiders.* A partir da apresentação destes conceitos e meu posicionamento, quero dizer que há uma condenação à droga, seu consumo e a seus dependentes, **demonizando em detrimento das outras substâncias**. Quando afirma-se, sem comprovação científica e com alarmismo, que o consumo do ilícito em questão causa mais danos que a cocaína, que mata em seis meses, vicía em poucas tragadas e culpa os plantadores de coca pelo seu desenvolvimento, (pobre plantadores de coca que forneceram por décadas a matéria prima para *The Coca-Cola Company*) estigmatiza-se os comportamentos relacionados, enquadrando-os em *outsiders.*

Me remeto a pergunta feita à mim por um colega de recuperação anos atrás; “Qual é a pior droga?” Na época respondi logo de cara; “a pedra”(crack). Me replicou dizendo: “Diz isso para um alcoólatra que tenta parar de beber à anos e não consegue”. A primeira notícia sobre crack na página policial no período escolhido para a referente pesquisa se dá apenas no dia 2 de dezembro de 1994, quando o jornal comunica uma apreensão feita em São Paulo. Já a primeira notícia sobre “pedra” em Caxias do Sul se dá na página 37 policial, dos dias 19 e 20 de agosto de 1995, o que bate com o meu conhecimento prévio sobre o tema. Conforme relatos informais de colegas de recuperação, a droga teria aparecido entre os anos de 1994 e 1995 em Caxias do Sul, desenvolvida como alternativa para não usar cocaína injetável, responsável pela transmissão de HIV e Hepatites, por exemplo.

Logo nos primeiros parágrafos da introdução desta pesquisa, eu menciono sobre como é difícil carregar o rótulo de determinadas doenças. Um adicto é visto como “drogado”, como ouvimos ou dizemos com frequência. Categorizei alguns textos que estigmatizam os dependentes químicos relacionados à “pedra” (crack). O critério principal escolhido foram os textos jornalísticos, os quais relacionam um crime ao fato de o suspeito ser usuário de crack.

Em um dado momento da organização e categorização das matérias, cheguei a colocar em dúvida sobre o quanto eu teria direito ou deveria expor as manchetes e textos na íntegra, já que se tratava da vida das pessoas e de temas sensíveis para a

comunidade e os envolvidos. Uma das matérias mais sensíveis, de repercussão e com menção ao crack, envolve o homicídio de um juiz e sua governanta. Matéria publicada nos dias 9 e 10 de fevereiro de 2002.

Mesmo em se tratando de um caso de exposição midiática e sensível, percebi que o interesse de meu trabalho é acadêmico, ou seja, é uma matéria importante para minha análise. A exposição e exploração do texto jornalístico já foi feita em decorrência de se tratar de um jornal que está disponível de maneira pública e o próprio jornal já publicou a matéria e os detalhes na época. Me parece importante também lembrar que meu interesse não é expor os detalhes do caso, mas sim sua relação com o crack e a estigmatização de seus adictos.

Figura 5 – Capa do jornal Pioneiro de fevereiro de 2002



Fonte: Jornal Pioneiro, 9 e 10 de fevereiro de 2002, capa.

A matéria que foi capa do jornal refere-se à um latrocínio ocorrido no Município de Bento Gonçalves de um juiz aposentado e sua governanta. O caso teve grande repercussão na época. O texto traz inúmeros detalhes de como o crime foi realizado, já que um dos autores era conhecido da vítima e foi réu confesso. Do total de 6 páginas sobre o caso (incluindo a capa), em quatro delas é citada a substância. Chama a atenção, durante a leitura, que não há relação direta ou óbvia entre o crack e o crime, no entanto o autor da matéria cita a relação do criminoso com o crack em 4 das páginas nas quais a reportagem se desenvolve.

De início identifiquei logo na capa a menção à substância na seguinte frase: “embalado pelo crack”. Me pergunto, qual o critério para tal afirmação? Não se trata de ser ou não ser adicto ao crack, mas até que ponto tal informação é importante e é a real responsável pelo evento. Poderiam ser observadas outras questões relacionadas ao autor do crime, no entanto, o jornalista é bem criterioso ao relacionar o réu, crime e a droga.

Figura 6 – Página completa do jornal Pioneiro de fevereiro de 2002



22 ■ SÁBADO E DOMINGO, 9 E 10 DE FEVEREIRO DE 2002 ■ PIONEIRO

POLÍCIA

EDSON COSTA/PIONEIRO

Um jogo de paciência ocorreu até Michael Fagundes Alves colocar um fim no mistério sobre o desaparecimento do juiz aposentado Luiz Zanette e da governanta Marinês De Cesaro: "Não adianta mais eu mentir. Dei dois tiros nela e dois nele." Antes disso, o rapaz, de 23 anos, de comportamento exemplar no Presídio Estadual de Bento Gonçalves, onde cumpria pena de 14 anos por furto e roubo em regime semi-aberto, dizia aos policiais não ter participação no crime. Do começo da tarde de quinta-feira, quando foi levado à delegacia apenas para contribuir com informações, até a madrugada de sexta-feira, Michael se transformou de informante a assassino.

Por pelo menos 12 horas, o jovem tentou enganar familiares do magistrado e policiais. Alegava apenas ter ouvido uma história no bairro Municipal, a Vila Divinéia, onde reside, sobre o assalto na casa do juiz. Com frieza, Michael chegou a embarcar no carro do advogado Giancarlo, 34, filho de Zanette, para levá-lo até estradas vicinais na região do Vale dos Vinhedos, na tarde de quinta-feira. O rapaz se dizia disposto a mostrar onde os corpos estariam, mas não o fez.

Busca frenética

Após a saída com Giancarlo, o jovem retornou à delegacia. Então, policiais resolveram sair com Michael. Os agentes tinham uma denúncia de que ele estava envolvido, embora na quinta-feira não tivessem indícios suficientes para solicitar a prisão à Justiça. Os investigadores insistiam que ele mostrasse onde estavam os cadáveres, mas o jovem não contribuiu e continuou negando a participação.

Michael foi levado novamente à Polícia Civil. No final da tarde, disse que os corpos estavam a 60 metros de onde havia sido encontrado o Audi A3 do magistrado, na estrada vicinal Buarque de Macedo, no bairro Vinosul (Linha Busa). Policiais civis e militares, bombeiros e agentes funerários se deslocaram ao local. Um nova busca – os corpos já haviam sido procurados na área pela manhã – foi feita, sem resultado. A confissão só ocorreu na madrugada de sexta, diante de delegados, oficiais da Brigada Militar e promotores.

'O juiz não fez por mim'

Após confessar a autoria, indicar a localização dos corpos e prestar depoimento por três horas, o autor da barbárie que aterrorizou a Serra conversou com o Pioneiro. Ele trouxe à tona um lado frio e calculista, ainda embalado pelo efeito do crack consumido no dia do rapto:.

Pioneiro: Desde quando você conhecia o juiz e qual era a tua relação com ele?
Michael Fagundes Alves: Eu não o conhecia, mas minha família, sim. Ele ajudava ela no que precisava. Colocou meu irmão drogado numa clínica e até levou outro para morar com ele.

Pioneiro: Mas como você explica o fato de o juiz ter deixado colado no vídeo do computador de casa um lembrete, para ver com a Justiça como andava tua situação para obter progressão de pena?
Michael: Desde 1999, acho que eu estava com direito à progressão de pena. Por que ele não fez nada antes? Fiquei pagando (cumprindo pena) para o Estado, que só me soltou (para o regime semi-aberto) depois de 2000. Agora, não adiantava me ajudar.

Pioneiro: Por que você matou a governanta e o juiz?
Michael: A mulher (governanta) quis reagir quando eu fui amarrá-la. Aí, atirei neles.

Pioneiro: O que você sente por ter assassinado alguém que se preocupava e auxiliava a ti e aos teus familiares há pelo menos 10 anos?
Michael: O juiz fez pela minha família, não fez por mim. Me sinto constrangido pela minha família, que me ajudou. Mas vou pagar pelo crime que cometi.

Palavra de bandido: *"A mulher (Marinês De Cesaro) quis reagir quando eu fui amarrá-la. Aí, atirei neles"*

A confissão

Michael Fagundes Alves, 23 anos, condenado a 14 anos de prisão por furto e roubo e cumprindo pena em regime semi-aberto, chegou a embarcar no carro do filho do juiz aposentado dizendo ter pistas para achar os desaparecidos. Horas depois, na madrugada de sexta-feira, confessou a barbárie na Delegacia de Polícia

Fonte: Jornal Pioneiro, 9 e 10 de fevereiro de 2002, p. 22.

Na página 22, no texto introdutório à entrevista, na segunda coluna de texto, o

jornalista afirma que o entrevistado estaria ainda sob efeito da droga; “ainda embalado pelo crack”. Faço alguns questionamentos sobre as afirmações durante a entrevista com o *outsiders* Michael. Se a droga tem a capacidade de fazer com que alguém cause latrocínio, ela também deve tirar as capacidades de dar entrevistas e depoimentos à polícia. É um raciocínio simples. Fica totalmente evidenciado a tentativa de equalizar Michael + Crack = Latrocínio. Não há brecha para outras análises, narrativas ou reflexões. Não se trata de absolver o réu confesso, se trata de entender porque há um esforço gigantesco em culpabilizar à droga pelo crime. Não se trata de estar ou não estar sob o efeito da droga. Levanto os seguintes questionamentos: Até que ponto o fato é relevante? Como se tem certeza sobre o efeito no momento da entrevista? Qual a responsabilidade e autoridade do jornalista para julgar o evento e a relação entre crack, crime e adicto?

Minha equação, tendo em vista o que já foi refletido anteriormente neste mesmo trabalho, seria um pouco diferente. A droga é apenas a consequência de uma série de complexidades socioculturais, históricas e de seu proibicionismo, que aparece como elemento no que já estava pré-estabelecido, que é a marginalização de determinadas populações. Ou seja, o crack, apenas consolida a desculpa pelas mazelas da sociedade. Ao não ter o que culpar pela criminalidade ou pobreza, apontam-se bodes expiatórios.

Figura 7 – Recorte de página do jornal Pioneiro de dezembro de 2002


O crime

Autor confesso da morte do juiz aposentado e da governanta era conhecido do magistrado, que tentava ajudar irmão do acusado a escapar da delinqüência. Assassino, viciado em crack, admitiu ter roubado objetos da casa e executado os reféns a tiros, mas a Polícia Civil investiga participação de mais dois jovens

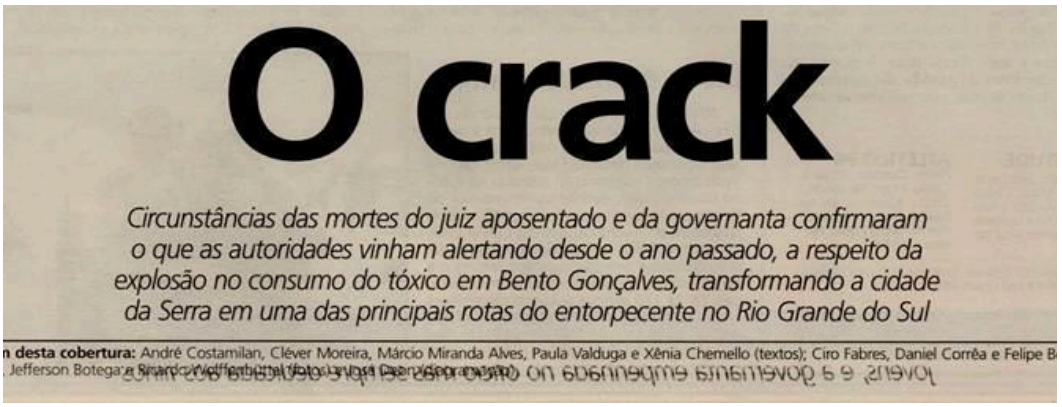
Fonte: Jornal Pioneiro, 9 e 10 de dezembro de 2002, p. 21.

“Assassino, viciado em crack, admitiu ter roubado objetos da casa e

executado os reféns a tiros". O texto acima é o resumo da página 21, que se encontra em caixa alta na parte inferior da página. Não há brecha para entendermos o sujeito Michael. Ele é apenas "assassino, viciado em crack em regime semi-aberto". Poderia ele ser alcoólatra? Sociopata? Poderia ser mais que um rótulo? Não teriam outros fatores ou outras drogas mais significativas envolvidas?

Na página 25, na sequência da matéria, e com a foto do autor confesso, é feito um alarde sobre o problema do tráfico e a crescente do consumo do crack. Ao levantar informações sobre a crescente da droga em Bento Gonçalves cria-se um desfecho para o crime ter acontecido: O crack.

Figura 8 – Recorte de página do jornal Pioneiro de dezembro de 2002



O crack

Circunstâncias das mortes do juiz aposentado e da governanta confirmaram o que as autoridades vinham alertando desde o ano passado, a respeito da explosão no consumo do tóxico em Bento Gonçalves, transformando a cidade da Serra em uma das principais rotas do entorpecente no Rio Grande do Sul

n desta cobertura: André Costamilan, Cléver Moreira, Márcio Miranda Alves, Paula Valduga e Xênia Chemello (textos); Ciro Fabres, Daniel Corrêa e Felipe B
Jefferson Botega e Ricardo Wolffenbuttel (fotos); José Barreiros (arte)

Fonte: Jornal Pioneiro, 9 e 10 de dezembro de 2002, p. 25

Mesmo o jovem criminoso ter confessado o uso da substância antes do crime, não há elementos suficientes para afirmar, do ponto de vista científico, que foi o uso da droga que provocou o crime. Lembrando que o jovem estava em regime semi-aberto por outros crimes.

Alguns questionamentos são relevantes. Ao cometer os primeiros crimes de sua vida, ele já era viciado em crack? O que leva um sujeito ao crime? Não é a pauta do meu trabalho, mas existem milhares de artigos, dissertações e teses que discutem a criminalidade na sociedade. Tenho certeza que diminuir a complexidade

do tema da criminalidade e marginalidade em uma droga seja muito restrito.

Os outros autores foram identificados durante a investigação justamente pelo gasto que fizeram com o dinheiro roubado. Teriam feito um churrasco, fora do padrão econômico dos envolvidos, teriam sido vistos em um bordel, além de uma transação de um tênis roubado, ou seja, os bordeis e a carne também podem ser fatores que causem criminalidade? Não se trata de afirmar se houve ou não houve relação entre o crime e a fissura do assassino, mas trata-se de utilizar o crack de maneira indiscriminada como fator decisivo para o fato.

Figura 9 – Página do jornal Pioneiro com reportagem de dezembro de 2000



PIONEIRO ■ SÁBADO E DOMINGO, 2 E 3 DE DEZEMBRO DE 2000 ■ 31

POLÍCIA

■ INFÂNCIA E JUVENTUDE

Droga é o principal motivador de crimes

Constatação é da titular da Delegacia para a Criança e o Adolescente caxiense. Desde que entrou em funcionamento, há mais de 20 dias, a especializada já registrou 67 ocorrências

ADRIANO DUARTE

Caxias do Sul – Em 25 dias de funcionamento, a Delegacia para a Criança e o Adolescente (DPCA) registrou 67 ocorrências policiais envolvendo menores (ver quadro ao lado). A titular do DPCA, delegada Ivone Cataneo Guimarães, considera a estatística preocupante, já que os atos infracionais têm sua origem na exclusão social e na desestrutura familiar. Grande parte dos menores envolvidos pertence a classes baixas.

Um dos maiores problemas verificados desde a implantação da DPCA na cidade está na drogadição e nos crimes de abuso sexual. A delegada entende que muitos jovens cometem atos infracionais para manterem o vício, principalmente aqueles dependentes de crack. "O maior delito em Caxias com certeza é o crime contra o patrimônio motivado pela dependência química. E não só isso, direta ou indiretamente, todas ocorrências envolvem essa questão", especifica. Acostumada a lidar com menores dependentes de drogas, a delegada sabe que identificar e apreender os infratores não é o suficiente para contornar o problema. "Exige atenção maior da sociedade, de forma que envolva todos os órgãos da infância e da juventude."

Agentes da delegacia têm dificuldades na investigação de casos de abuso sexual, pela falta de provas e pela pouca estrutura

Por outro lado, Ivone considera que existe um número maior de adolescentes vítimas do que infratores. "É normal recebermos denúncias de pessoas que presenciam maus-tratos, agressões e abandono. Quando é de nossa competência, investigamos ou repassamos às entidades competentes", explica. De todas as ocorrências investigadas pela DPCA, a delegada conta que a maioria não é grave. "Outro dia, um menino foi detido por ter furtado um sorvete. Constatamos que o problema não era o delito, e sim a situação de abandono em que ele se encontrava", exemplifica.

JEFFERSON BOTEGA/PIONEIRO

Projeto: *delegada Ivone quer parceira com entidades locais para combater os atos infracionais*

Abuso sexual desafia os agentes

Um dos maiores problemas enfrentados pelos agentes da Delegacia para a Criança e Adolescente (DPCA) refere-se aos crimes de abuso sexual. Um delito de difícil solução, segundo a delegada Ivone Cataneo Guimarães. "O abuso torna-se complicado de resolver à medida que envolve crianças, pois muitas não sabem o que aconteceu, e também não é fácil conseguir provas." As dificuldades nas investigações começam a partir da família, que muitas vezes encobre a violência.

Porém, quando o crime ocorre contra menores que mal sabem articular as primeiras palavras, os agentes precisam recorrer a métodos diferenciados. "Essas crianças violentadas não entendem o que houve com elas. Em alguns casos, para identificarmos os abusadores, pedimos que as vítimas desenhassem em um papel o que sofreram", descreve Ivone. De acordo com a delegada, esse processo segue princípios que visam não deixar traumas nas vítimas nem expô-las a situações constrangedoras.

A partir de 2001, Ivone pretende estabelecer um convênio com estagiários dos cursos de Psicologia, Assistência Social e Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Além de oferecer apoio às vítimas e aos seus familiares, a intenção é recuperar também os autores de abuso sexual. "Normalmente, o abusador foi vítima de maus-tratos na infância. Quando ele comete os delitos contra crianças, tende a fazer mais de uma vítima. Precisamos tratar essa pessoa e recuperá-la para o convívio da sociedade", analisa a delegada. Atualmente, Ivone encaminha as vítimas para entidades municipais.

ATENDIMENTO

Ocorrências atendidas pela Delegacia do Menor*

Ameaças: 18
(Geralmente são jovens que brigam com vizinhos, colegas de aulas)

Lesões corporais: 13
(Brigas em casas noturnas, em frente a escolas ou em casa)

Tráfico e posse de entorpecentes: 2

Furtos e assaltos: 9
(Sete casos de furto e duas ocorrências de roubo a pedestre)

Outros: 24
(Estupros, desobediências e maus-tratos)

Porte ilegal de arma: 1

Denúncias anônimas: 5

Investigações do Ministério Público e do Juizado da Infância e Juventude: 7

* Entre 7 de novembro a 1º de dezembro

INFORMAÇÕES

A Delegacia para a Criança e o Adolescente fica ao lado do Centro de Operações (CO) da Polícia Civil, situado na Rua Marquês do Herval, atrás do Colégio do Carmo, no Centro.

O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 18h.

Telefone: **214.2014**

Denúncias podem ser feita ao Disque-Polícia: **0800.517765**

BANCO DE DADOS JEFFERSON BOTEGA/PIONEIRO – 5/9/97

Crack embalou oito assaltos numa tarde

NA SEMANA *passada, o adolescente A., 16 anos, confessou ter cometido oito roubos a pedestres em menos de 12 horas na área central de Caxias. O número impressiona pelo motivo que incitaram o jovem a executar os assaltos: o crack. Com uma longa lista de antecedentes por furtos em* ***Antônio Prado****, onde mora, chegou a Caxias na tarde de 13 de novembro e foi procurar dois conhecidos – ambos jovens. Decidido a roubar para satisfazer o vício, A. e os dois rapazes concentraram a ação na Avenida Júlio de Castilhos, entre o bairro Cinqüentenário e o Centro.*

A primeira vítima foi um rapaz de 16 anos, que teve o relógio roubado. Logo em seguida, embora não usassem armas, atacaram outro pedestre para pegar R$ 50. O relógio e o dinheiro foram trocados por crack e por maconha na Zona do Cemitério. Eles voltaram ao Centro e consumiram a droga. Meia hora após, sem dinheiro e sem o tóxico, o trio roubou R$ 1 e duas fichas de ônibus de um garoto. Duas quadras adiante, agrediram um homem na cabeça porque ele se recusou a entregar R$ 2 e um relógio. Os valores arrecadados foram negociados por mais crack e garrafas de cachaça, consumidas nos intervalos de mais quatro roubos.

O próprio A. resolveu terminar com a trajetória de delitos. Dias após as investidas em Caxias, procurou o promotor público de Antônio Prado, Stéfano Lobato Kaldbach, e se disse disposto a entrar num programa de recuperação do vício das drogas. Interrogado na Delegacia para a Criança e o Adolescente (DPCA), A. foi encaminhado à Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) para receber tratamento contra drogas e participar de programas de ressocialização.

Fonte: Jornal Pioneiro, 2 e 3 de dezembro de 2000, p. 31

A matéria acima, dos dias 2 e 3 de dezembro de 2000, p 31, traz elementos importantes para continuação da análise. A manchete diz “Droga é o principal motivador de crimes” Novamente temos uma relação entre droga e crime, somado ao verbo motivador. Ao lermos o texto, nos deparamos com a preocupação da Delegada titular Ivone com os delitos que estão associados ao consumo das drogas, sobretudo o crack. No entanto, fica evidenciado durante a leitura, como aponta Ivone, que os menores, em geral, são mais vítimas de crimes ou abandono que causadores de problemas.

Na tabela, que se encontra à direita do leitor há um dado interessante, onde é apresentado o número de ocorrências envolvendo menores durante um determinado período. Não há crime causado por droga como ocorrência. Existe a posse e o tráfico de entorpecentes. Existem furtos e assaltos também.

A tentativa de equalizar crime e crack têm claramente um viés alarmista e um ponto de vista. Me pergunto, não deixando de levar em consideração que a droga pode gerar criminalidade sim, não haveriam crimes antes do crack? Me pergunto ainda, onde está o estudo, verificação, dado concreto sobre o aumento dos furtos e roubos com o crescimento do crack?

Figura 10 – Recorte de página de reportagem de dezembro de 2000



BANCO DE DADOS, JEFFERSON BOTEGA/PIONEIRO – 5/9/97

Crack embalou oito assaltos numa tarde

NA SEMANA passada, o adolescente A., 16 anos, confessou ter cometido oito roubos a pedestres em menos de 12 horas na área central de Caxias. O número impressiona pelo motivo que incitaram o jovem a executar os assaltos: o crack. Com uma longa lista de antecedentes por furtos em **Antônio Prado**, onde mora, chegou a Caxias na tarde de 13 de novembro e foi procurar dois conhecidos – ambos jovens. Decidido a roubar para satisfazer o vício, A. e os dois rapazes concentraram a ação na Avenida Júlio de Castilhos, entre o bairro Cinqüentenário e o Centro.

A primeira vítima foi um rapaz de 16 anos, que teve o relógio roubado. Logo em seguida, embora não usassem armas, atacaram outro pedestre para pegar R$ 50. O relógio e o dinheiro foram trocados por crack e por maconha na Zona do Cemitério. Eles voltaram ao Centro e consumiram a droga. Meia hora após, sem dinheiro e sem o tóxico, o trio roubou R$ 1 e duas fichas de ônibus de um garoto. Duas quadras adiante, agrediram um homem na cabeça porque ele se recusou a entregar R$ 2 e um relógio. Os valores arrecadados foram negociados por mais crack e garrafas de cachaça, consumidas nos intervalos de mais quatro roubos.

O próprio A. resolveu terminar com a trajetória de delitos. Dias após as investidas em Caxias, procurou o promotor público de Antônio Prado, Stéfano Lobato Kaldbach, e se disse disposto a entrar num programa de recuperação do vício das drogas. Interrogado na Delegacia para a Criança e o Adolescente (DPCA), A. foi encaminhado à Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) para receber tratamento contra drogas e participar de programas de ressocialização.

Fonte: Jornal Pioneiro, 2 e 3 de dezembro de 2000, p 31

Na parte inferior da mesma página há um relato sobre um suposto jovem de 16 anos ter realizado oito assaltos em 12 horas para comprar drogas. Coloco em dúvida o relato ao observar toda a descontextualização da matéria sobre o que a delegada mencionou.

Ao observarmos o título da matéria e o quadro acima, que se encontra na parte inferior da página, fica nítido para mim que o autor da matéria procura de qualquer forma dar ênfase ao crime e ao crack. A impressão que tenho é que o escritor ficou frustrado ao saber que a maior preocupação da delegada eram os jovens como vítimas da sociedade, seja por abandono ou abusos do que a relação entre crime e crack. O discurso alarmista ocorre por parte institucional, através da polícia e da midiatização por parte do jornal. Dessa maneira chamo a atenção do trecho abaixo.

Figura 11 – Recorte de página do jornal Pioneiro de dezembro de 2000



Produtos dos roubos trocados por drogas

Jovens viciados em drogas que roubam para comprar crack. É esse o perfil dos criminosos que estariam agindo nos ônibus da Viação Santa Tereza (Visate). A informação é do titular da Delegacia de Furtos, Roubos, Entorpecentes e Capturas (Defrec), delegado Luís Rogério Carvalho de Lima. "Apostamos nessa hipótese devido à pouca quantia levada durante as ações", analisa Lima. A falta de testemunhas, porém, estaria dificultando a captura desses assaltantes. "Muitas vezes, a vítima (motorista ou cobrador) tem medo de fazer um reconhecimento por temer represálias."

O delegado acredita que os assaltantes são moradores dos próprios bairros onde os ônibus são atacados. "Não há quadrilhas especializadas. Os jovens se reúnem aleatoriamente para cometer os roubos", especula o policial. No início de abril, agentes da Defrec prenderam Cristiano Maciel, o Cecaia, 20 anos. Com prisão preventiva decretada pela Justiça, Cecaia foi reconhecido em pelo menos três assaltos a ônibus. "Esperamos que os roubos diminuam a partir da prisão desse suspeito", projeta Lima.

Delegado Luís Lima

Fonte: Jornal Pioneiro, 03 de maio de 2000, p 20.

Quero me desculpar com o leitor, mas para mim, como pesquisador, sujeito

histórico e com determinada consciência histórica e sendo um ser político, o texto acima me soa como “piada”. O Delegado Luis Lima afirma, através da página da polícia do jornal pioneiro, que os roubos ocorrem para comprar crack. No mesmo texto, elucida que são crimes difíceis de resolver não havendo testemunhas. Como se pode afirmar que os roubos são para a compra de determinada substância se o próprio delegado revela serem crimes difíceis de investigar por não haver testemunhas?

Não nego a possibilidade que uma possível finalidade para o roubo seja para adquirir crack, no entanto fica evidente as tentativas de criminalização de uma determinada parte da população, geralmente das periferias, onde os tipos de crimes aos quais são narrados pelo jornal são de grande ameaça ao patrimônio, onde se encontra com maior frequência a droga em questão. Mas sobretudo, os crimes aqui mencionados, são uma ameaça à moral dominante.

Faço a seguinte reflexão: Jovens que cometem crimes na adolescência também se divertem. Não farei reflexões profundas sociológicas ou de psicologia social. Se a droga de preferência dos jovens fosse o álcool, tendo em vista que, para poderem se chapar teriam que cometer delitos, me pergunto, se seria levado em consideração o fato dos jovens estarem cometendo crimes para dar um “barato” com álcool? Para que fique claro, peço que reflitam se um crime de sonegação fiscal, evasão de divisas, lavagem de dinheiro, são geralmente associados à dependência do álcool ou tabaco.

3.2.3 Proibicionismo e Criminalidade

Uma das formas mais repetidas de relacionar o crack com o “submundo” ou crimes estão nas diversas vezes em que o crack se encontra nas páginas da polícia se referindo ao tráfico. A palavra mais encontrada nesses textos jornalísticos é “apreende”. Outras variações do verbo apreender também são corriqueiras. Consegui somar 91 matérias, notas ou referências ao crack se relacionando com o tráfico, nem sempre sobre ocorrências em Caxias do Sul apesar de serem ampla

maioria.

Se levarmos em consideração o total de 342 vezes em que o crack aparece em matérias entre os anos de 1992 e 2002, a relação entre crack e tráfico, representa em torno de 26,6% do total de notícias sobre a substância. Nota-se uma relação direta entre o proibicionismo histórico das drogas e a criminalidade.

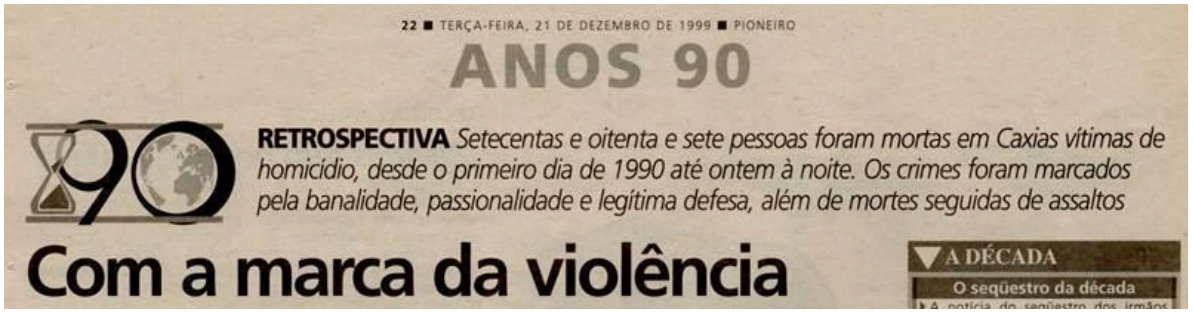
Outros dados seriam importantes para um aprofundamento da pesquisa, que não cabem aqui, mas que não devem ser esquecidos. Quais seriam os números de ocorrências policiais e população carcerária relacionada à posse ou tráfico da droga aqui discutida?

Outras notícias que se conectam ao crack, nas páginas policiais, têm por característica os crimes violentos. Chama a atenção que apesar de o jornal apresentar em uma notícia dados de crescimento de roubos e furtos nos anos de 1999 em diante, também aparece o dado do descenso em homicídios. O jornal chega a afirmar, apoiado pela versão institucional policial, inúmeras vezes a relação e o aumento de furtos e roubos associados ao crack. Mesmo havendo tais afirmações, não há dado concreto que verifique tal afirmação. Ao mesmo tempo que afirma-se sobre o aumento de determinado tipo de crimes e violência trago um dado importante de ser observado.

Pesquisando no site IBGE Cidades[7] é possível observar um aumento significativo da população caxiense entre os anos de 1995 e 2002. A estimativa conforme documento em PDF do IBGE é de que o município de Caxias do Sul possuía em torno de 313 mil habitantes em 1995, enquanto que em 2002 a estimativa era de aproximadamente 353 mil habitantes.

[7] IBGE. **Estimativas de População 1995**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_1995/estimativa_populacao_1995.pdf. Acesso em: 31 jul. 2026.

Figura 12 – Recorte de página do jornal Pioneiro de dezembro de 1999


22 ■ TERÇA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 1999 ■ PIONEIRO

ANOS 90

RETROSPECTIVA *Setecentas e oitenta e sete pessoas foram mortas em Caxias vítimas de homicídio, desde o primeiro dia de 1990 até ontem à noite. Os crimes foram marcados pela banalidade, passionalidade e legítima defesa, além de mortes seguidas de assaltos*

Com a marca da violência

A DÉCADA

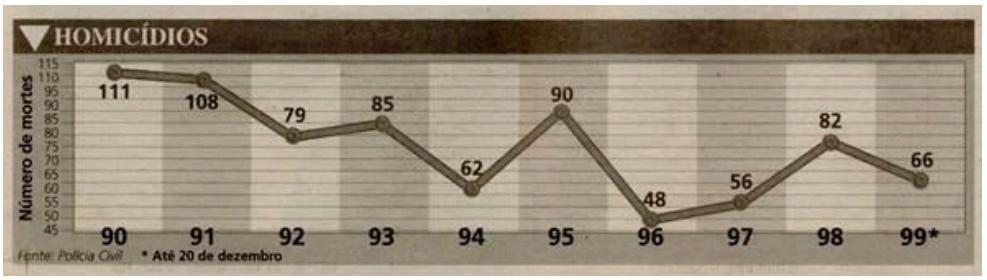
O seqüestro da década

Fonte: Jornal Pioneiro, 21 de dezembro de 1999, p 21.

Em uma retrospectiva realizada no final de dezembro de 1999, o impresso traz os anos 90, como sendo marcado pela violência. Observa-se tal informação no anexo 15 acima. Dado interessante é que justamente quando a droga está em ascensão na cidade, entre os anos de 1997 e 1999 há um decréscimo no número de homicídios.

O alarde sobre a droga já era realizado desde muitos anos, no entanto é justamente no ano de 1999, que percebe-se um aumento significativo de menções ao crack no jornal. Dito isso, e a partir das reflexões e dados acima levantados, apresento o seguinte recorte da página sobre a retrospectiva.

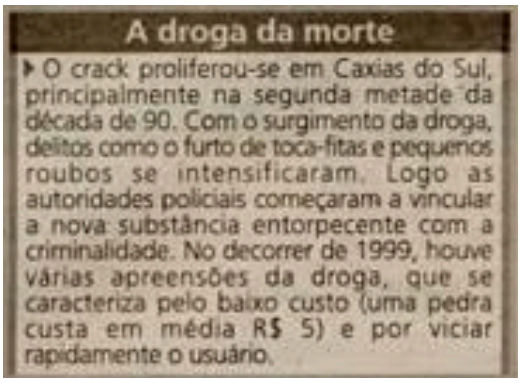
Figura 13 – Recorte de página do jornal Pioneiro de dezembro de 1999



Fonte: Jornal Pioneiro, 21 de dezembro de 1999, p 21.

Posso afirmar que em 1999 o conhecimento sobre a droga em questão era limitado, mas mesmo assim já era apresentada como a droga da morte, como mostra o registro abaixo na mesma página dedicada à retrospectiva.

Figura 14 – Recorte de página do jornal Pioneiro de dezembro de 1999



A droga da morte

O crack proliferou-se em Caxias do Sul, principalmente na segunda metade da década de 90. Com o surgimento da droga, delitos como o furto de toca-fitas e pequenos roubos se intensificaram. Logo as autoridades policiais começaram a vincular a nova substância entorpecente com a criminalidade. No decorrer de 1999, houve várias apreensões da droga, que se caracteriza pelo baixo custo (uma pedra custa em média R$ 5) e por viciar rapidamente o usuário.

Fonte: Jornal Pioneiro, 21 de dezembro de 1999, p 21.

Outro aspecto importante por mim observado, nas páginas policiais relacionadas ao tráfico, são as apreensões de menores quantidades. Chama a atenção tendo em vista a falta de critério na legislação brasileira sobre a diferenciação de posse para tráfico. Ao mesmo tempo que observamos à apreensão descrita abaixo, encontrei outra com características de posse semelhante mas com execuções por parte da polícia diferentes.

Figura 15 – Recorte de página do Pioneiro de fevereiro de 2002

■ DROGAS

Crack e pó apreendidos



Agnaldo Corrêa de Córdova



Alex da Silva Santos

Bento Gonçalves – Doze pedras de crack (sete gramas) e 21 gramas de cocaína foram apreendidos na tarde de quarta-feira, às 17h30min. A Brigada Militar (BM) estava efetuando uma busca no bairro Tancredo Neves para tentar prender um homem acusado de furtar CDs. Quando os PMs entraram no bairro, um jovem foi visto carregando uma sacola e uma pochete. Segundo o capitão José Paulo Marinho, responsável pelo comando da BM de Bento Gonçalves, Everton Flores, 21 anos, foi revistado, e os brigadianos encontraram com ele os entorpecentes, um revólver e munição.

"O jovem fugiu, e tivemos que acionar oito viaturas e 20 policiais para prendê-lo, pois os moradores do bairro não queriam deixar que efetuássemos a prisão. Além disso, Everton entrou em uma casa, e crianças eram postas na frente da polícia na tentativa de evitar a rendição. Depois de muita perseguição, e com a chegada do advogado do jovem, conseguimos entrar em acordo e efetuar a prisão", ralatou o capitão. O flagrante foi lavrado na Delegacia de Polícia de Bento Gonçalves, e o jovem acabou encaminhado ao Presídio Regional do município.

Fonte: Jornal Pioneiro, 22 de fevereiro de 2002, p. 28.

Figura 16 – Recorte de página do Pioneiro de abril de 2002

DOIS PRESOS COM 43 PEDRAS DE CRACK

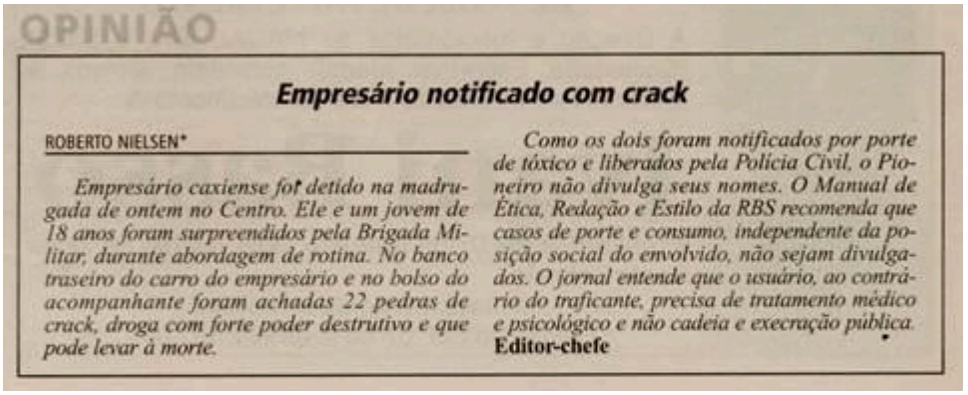
Caxias do Sul – Dois homens (os nomes não foram divulgados pelo delegado plantonista Felipe Bohn) foram presos por soldados da Brigada Militar (BM) com 43 pedras de crack e um cachimbo artesanal (foto). Na tarde de sexta-feira, às 15h, eles andavam pela Rua Cristiano Ramos de Oliveira, no bairro Desvio Rizzo, quando foram parados pelos PMs. Depois de revistados, a droga foi encontrada. Os policiais militares encaminharam os dois suspeitos para o Centro de Operações (CO) da Polícia Civil. Segundo informações do delegado Bohn, ambos tiveram o flagrante lavrado por tráfico de drogas. "Eles estavam com várias trouxinhas", afirmou o delegado. A dupla foi encaminhada pela Polícia Civil à Penitenciária Industrial de Caxias do Sul.

Fonte: Jornal Pioneiro, 6 e 7 de abril de 2002, p 27

No caso acima, anexo 19, os dois tinham até cachimbo, mas foram

considerados traficantes e presos em flagrante. Reflito que o jornal corrobora com a posição da polícia, não fazendo observações sobre o problema da dependência química. Ao mesmo tempo que apreensões de drogas à pedestres são feitas em bairros como Euzébio Beltrão de Queiroz e 1º de Maio, encontramos a seguinte nota de opinião na página policial abaixo.

Figura 17 – Recorte de página do Pioneiro de fevereiro de 2001



OPINIÃO

Empresário notificado com crack

ROBERTO NIELSEN*

Empresário caxiense foi detido na madrugada de ontem no Centro. Ele e um jovem de 18 anos foram surpreendidos pela Brigada Militar, durante abordagem de rotina. No banco traseiro do carro do empresário e no bolso do acompanhante foram achadas 22 pedras de crack, droga com forte poder destrutivo e que pode levar à morte.

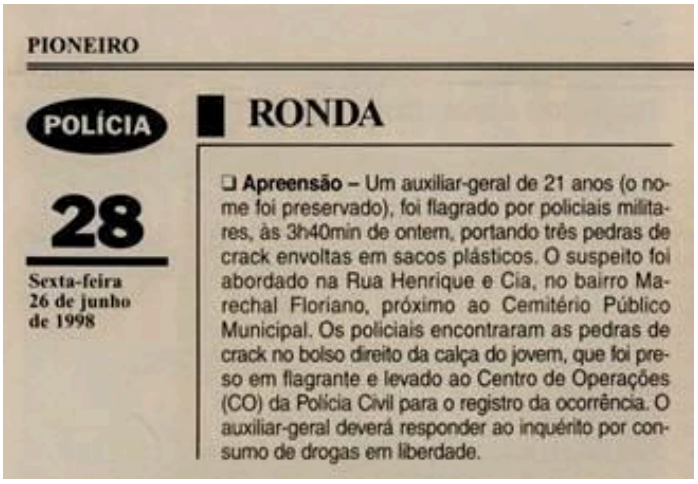
Como os dois foram notificados por porte de tóxico e liberados pela Polícia Civil, o Pioneiro não divulga seus nomes. O Manual de Ética, Redação e Estilo da RBS recomenda que casos de porte e consumo, independente da posição social do envolvido, não sejam divulgados. O jornal entende que o usuário, ao contrário do traficante, precisa de tratamento médico e psicológico e não cadeia e execração pública.

Editor-chefe

Fonte: Jornal Pioneiro, 7 de fevereiro de 2001, p 18.

O **empresário** e o jovem de 18 anos foram “detidos” e não “apreendidos”. Estavam no centro de Caxias do Sul com **22 pedras de crack** no banco traseiro do carro. Além da conduta totalmente diferenciada por parte da polícia militar, chama a atenção que apesar da nota opinativa se encontrar na página policial, ela não se caracteriza por um flagrante criminoso, mas sim, por uma vitimização dos envolvidos. São tidos como dependentes químicos da “droga da morte”. Não são traficantes ou assassinos. Enquanto fotos e nomes completos são apresentados no jornal de maneira indiscriminada, no caso acima não há informações maiores sobre quem foi detido.

Figura 18 – Recorte de página do Pioneiro de julho de 1998



PIONEIRO

POLÍCIA

28

Sexta-feira
26 de junho
de 1998

RONDA

❑ **Apreensão** – Um auxiliar-geral de 21 anos (o nome foi preservado), foi flagrado por policiais militares, às 3h40min de ontem, portando três pedras de crack envoltas em sacos plásticos. O suspeito foi abordado na Rua Henrique e Cia, no bairro Marechal Floriano, próximo ao Cemitério Público Municipal. Os policiais encontraram as pedras de crack no bolso direito da calça do jovem, que foi preso em flagrante e levado ao Centro de Operações (CO) da Polícia Civil para o registro da ocorrência. O auxiliar-geral deverá responder ao inquérito por consumo de drogas em liberdade.

Fonte: Jornal Pioneiro, 26 de julho de 1998, p 28.

Na notícia acima, encontrada na página policial, também observamos diferenciação de linguagem por parte do jornal. O “suspeito foi preso em flagrante”. Gostaria de refletir sobre a relevância do caso para justificar sua cobertura. É um flagrante claro de um dependente de crack. Foram encontradas 3 pedras no bolso direito. Na época isso deveria equivaler à um pouco mais de 3 gramas.

Outro ponto muito importante é sobre onde foi encontrado o jovem. Ele estava em um local que aparece com frequência nos jornais, relacionando tráfico, crack e a “Zona do Cemitério”, bairro Euzébio Beltrão de Queiroz, bairro central mas de ocupação histórica popular e historicamente vulnerável e discriminado. Até hoje é de conhecimento público por ser um lugar de vulnerabilidade social e por pontos de tráfico.

3.3 TECENDO REFLEXÕES SOBRE AS FONTES

Ao longo dos anos de 1992 e 2002, as formas como são feitas as menções ao crack nos textos do jornal impresso Pioneiro de Caxias do Sul são amplas e variadas. Além disso, a quantidade de notícias modificam-se, assim como a natureza

das matérias. Essas menções à droga, no total das mais de 340 vezes, aparecem em torno de 15 vezes como notícia relacionada à saúde e recuperação em contraste com as incontáveis vezes em que se é relacionado com à criminalidade, estigmatização, alardes ou desinformação.

O aspecto geral que mais fica claro para mim é a forma como se desenha a relação entre o crack, o crime, e os marginalizados, os *outsiders.* Sobre à marginalização da sociedade burguesa encontrei sábias palavras de um velho conhecido dos historiadores.

> Eram três as possibilidades abertas aos pobres que se encontravam à margem da sociedade burguesa e não mais efetivamente protegidos nas regiões ainda inacessíveis da sociedade tradicional. Eles podiam lutar para se tornarem burgueses, poderiam permitir que fossem oprimidos ou então poderiam se rebelar… A primeira possibilidade, como já vimos, não só era técnicamente difícil para quem carecia de um mínimo de bens ou de instrução, como era também profundamente desagradável. (Hobsbawm, 2009, p 320).

O mais comum dos textos analisados é a tentativa de culpabilizar a droga por "todos os problemas" da sociedade. Utilizando-se de desinformação e alarde há uma eterna e esmagadora tentativa de relacionar a droga ao crime, desculpe-me pela redundância.

No entanto, a tentativa de relacionar o crack ao crime se dá numa lógica simples: Quem usa e qual droga? Qual crime é cometido? Uma possibilidade de resposta está na citação acima, são os pobres que se encontram à margem da sociedade burguesa. Há um julgamento velado e silencioso sobre comportamentos, estereótipos e expectativas em relação aos merecedores e não merecedores. Essas expectativas e estereótipos correspondem ao que são os *outsiders* e os estigmatizados.

Os textos jornalísticos tornam-se apenas uma ilustração, refletindo o que pensam, enxergam e o que querem ler. Quando o **empresário** é notificado e não apreendido com **22 pedras de crack** (anexo 20), ele ganha uma nota no jornal, vitimizando-o como dependente químico, e não uma matéria jornalística com seu

nome completo e foto. No caso, o empresário não faz parte do submundo, ele é vítima dele. Ele representa a classe média (reprodutora dos valores burgueses) da Marie Claire que foi atingida por esse mal. Afinal, a figura do empresário é a representação do merecedor. O empresário não faz parte da *ralé brasileira*[8] (Souza, 2016, p. 35).

Assim sendo, penso que historicizar, refletir ou discutir de forma crítica, proporcionando uma visão de mundo mais plural, buscando equidade seja de fundamental importância. Não trata-se de militância política por inclusão. Trata-se de desenvolvimento de conhecimento. Ao permitirmos que apenas determinadas áreas discutam o tema da dependência química, a história das drogas, incluindo as lícitas, abrimos mão da construção do conhecimento por parte das humanidades.

Para se ter um olhar mais crítico sobre a problemática da droga, requer estudo, planejamento e pesquisa em consonância com aprendizagens e desenvolvimento de consciência histórica. Proponho algumas reflexões e análises em relação à dependência química, história do proibicionismo e estigmas a serem desenvolvidos como prática de construção de conhecimento para o Ensino da História em minhas considerações finais.

[8] Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz. Instituição voltada ao desenvolvimento científico e voltada à saúde e tecnologia. Desenvolve pesquisas, vacinas e medicamentos.

4 ENSINO DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: REFLEXÕES DIDÁTICAS SOBRE A HISTÓRIA DAS DROGAS

4.1 ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: A BNCC COMO NORTEADOR PEDAGÓGICO

Dentre os diversos desafios deste trabalho, o mais importante e significativo encontra-se em articular a pesquisa acadêmica ao ensino e à aprendizagem. Sendo assim, proponho aqui algumas reflexões e submeto propostas de trabalho voltadas para a sala de aula.

Como manifestado anteriormente, não tenho a intenção de fechar ou esgotar o tema, mas sim de abrir espaço para o debate, pesquisa, propostas de ensino e projetos. Desejo levar em consideração um ensino crítico que integre currículos com a demanda de discutir a violência e a marginalização de indivíduos em nossa sociedade, como prevê a Base Nacional Comum Curricular/BNCC.

Não será trazida nenhuma receita organizada para problematizar e trabalhar em aula sobre a marginalização e preconceitos que cercam os dependentes químicos ou de crack. Acredito que, através de muita reflexão e prospecções, estabelecendo uma relação entre subsídios teóricos, BNCC, prática e associando problemas da comunidade (preconceito, violência, discriminação, vulnerabilidade) aos conteúdos curriculares, pode-se encontrar apontamentos para a solução de problemas de determinada comunidade. Como aponta a introdução da própria BNCC:

> Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. Essas decisões, que resultam de um processo de envolvimento e participação das famílias e da comunidade, referem-se, entre outras ações, a: …• contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares,

> identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas". (Brasil, 2018, p 16)

Seguindo alguns princípios encontrados na própria BNCC, conseguimos encontrar subsídios para a promoção de uma educação voltada para a realidade do educando:

> Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva." (Brasil, 2018, p. 9)

4.2 CONSCIÊNCIA E APRENDIZAGEM HISTÓRICA SOB A ÓTICA DE JÖRN RÜSEN

Entendo que a aprendizagem da disciplina de História não se separa do seu desenvolvimento teórico e prático. Aprende-se ou ensina-se História a partir da construção do conhecimento histórico. Ou seja, deve-se, através da prática e do encontro com a realidade, associar o saber à consciência histórica. Sendo assim, destaco:

> As reflexões de Jörn Rüsen, ao trazerem o pressuposto da Didática como a ciência da aprendizagem histórica, sinalizam que a questão central é compreender como o pensamento histórico contribui para orientar, temporalmente, a vida humana para dentro (identidade) e para fora (práxis). Do ponto de vista epistemológico, a Didática da História presta contas com o processo do aprender a pensar historicamente, ou seja, com realizar a "formação histórica" e isto envolve dois aspectos – vida prática e ciência - organicamente interligados. Numa perspectiva transversal, significa entender o saber histórico como síntese da experiência humana com a sua interpretação para orientação na vida prática; e na horizontal, seria considerar a formação como socialização e individuação (dinâmica da identidade histórica) a partir de sua relação com a ciência. (Schmidt, 2017, p. 62)

O Ensino de História não pode vir separado da prática cotidiana, devendo estar em consonância com a busca de sentido e com a consciência histórica numa perspectiva de encontro consigo mesmo, no caso, a identidade, tornando as ações

da vida reflexos dessa consciência de si. Nisso, perpassam a identidade e a consciência histórica na construção do próprio conhecimento. Para Rüsen, seria um fazer que desenvolvesse o conhecimento histórico com as finalidades de emancipação de quem faz a história apropriando-se do saber, fazendo com que educandos e educadores desenvolvam sua autoeducação (Schmidt, 2017, p. 64).

Nesse sentido, entender que vivemos em um mundo cercado por diversas formas de consumo de drogas, que integram o universo de causadoras e soluções de problemas, ora como vilãs, ora como objetos de cura, faz com que a consciência de sua presença e sua relação com a sociedade sejam partes fundamentais da construção do saber para a consciência de mundo e de si mesmos.

Como podemos desenvolver uma sociedade justa, que respeite a diversidade, se não discutirmos, do ponto de vista das ciências humanas e do ensino, as contradições relacionadas ao consumo de substâncias ilícitas como o crack, sobre o qual se tem pouco conhecimento científico, mas que gera tanta aversão, discriminação e marginalização?

Se não trouxermos esse debate como tema transversal para a ciência histórica, não abriremos a possibilidade de conhecermos o que significa o "submundo" retratado nas fontes e de derrubarmos preconceitos. A BNCC, em sua introdução, é bem elucidativa sobre o aspecto da relevância e do subsídio legal para se trabalhar contra a discriminação:

> Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades. (Brasil, 2018, p. 13)

Não falar sobre drogas, discriminação, consumo de crack ou o proibicionismo das substâncias ilícitas significa ignorar um aspecto importante sobre a vida humana, pois a humanidade possui um vínculo histórico com as mais diversas substâncias psicoativas baseadas na tradição, desde a pré-história até os dias atuais.

4.3 PRÁTICAS DE SALA DE AULA: CAMINHOS PARA A ABORDAGEM DIDÁTICA

Os jovens da educação básica possuem conhecimento sobre drogas, pois elas fazem parte de seu cotidiano. Sendo assim, é de fundamental importância que qualquer abordagem pedagógica leve em consideração esse conhecimento prévio. As drogas estão presentes no formato de medicamentos dos mais diversos: no tratamento do TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), no controle da pressão alta, diabetes, no combate às dores ou no lazer. Cabe ao educador, junto aos seus educandos, procurar entender qual é a compreensão existente sobre as substâncias psicoativas.

É bem verdade que discutir temas que fogem da maneira tradicional como se compreende e se desenvolve a disciplina de História pode ser desafiador. Proponho que se desenvolvam métodos para iniciar questionamentos sobre o que se entende e sobre a origem de determinadas substâncias: *O que exatamente compreende-se por droga? O álcool é droga? O tabaco ou o cigarro são drogas?*

A partir desses questionamentos, resultados podem ser levantados, permitindo desenvolver caminhos para buscar a construção do saber voltado para a compreensão da origem histórica de determinadas substâncias e sua relação com os indivíduos. Acredito que desenvolver práticas na sala de aula voltadas para a conscientização do fato de que as drogas fazem parte intrínseca da vida cotidiana da sociedade é fazer História. Cristiano Nicolini (2019), em sua tese de doutorado, apresentou dados relacionados à consciência histórica de alunos do Vale do Taquari. A partir de imagens da internet e de questionários, levantou informações importantes sobre a identidade dos estudantes em relação ao que era visualizado por eles

(Nicolini, 2019, p. 135). Atividades nesse sentido são perfeitamente viáveis para o estudo, compreensão e construção do saber sobre a história das drogas. O docente pode apresentar imagens como a papoula, a cana-de-açúcar e a folha de coca, associando-as ao contexto das grandes navegações e ao entendimento prévio que os estudantes têm sobre o tema.

De maneira didática e facilitando o entendimento, pensemos na História das substâncias através de seus períodos históricos. O vinho é uma substância importante do ponto de vista econômico e cultural desde a antiguidade; as sociedades nativas americanas utilizaram e utilizam diversos psicoativos em rituais espirituais. A mercantilização da sociedade através da expansão marítima (a chamada Revolução Psicoativa) se relaciona fortemente com o aspecto econômico por meio do chá, do tabaco e do açúcar, causando rupturas culturais, políticas e econômicas. O desenvolvimento da química e sua relação com a medicina no desenvolvimento de medicamentos e patentes desde o final do século XIX também desempenham papéis fundamentais nessa relação.

“Ensinar” sobre drogas gera desconforto para os docentes, escolas, famílias e sociedade em geral. No entanto, sem crise, sem dor ou sem desconforto, não há como superar a inércia do ensino tradicional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do primeiro objetivo desta pesquisa, consegui traçar alguns aspectos importantes para a compreensão da origem da forma pela qual pensamos, enxergamos, imaginamos e damos significado ao que representam as drogas. Pôde-se observar, durante o trabalho, que a droga possui uma trajetória. Os psicoativos tiveram diferentes papéis conforme período e cultura dentre as diversas organizações sociais desde a pré-história.

Nesse sentido, ao retomarmos o percurso das regulações das drogas, sobretudo, a partir da revolução psicoativa, fica demonstrado como esse marco de mudança sobre como nos relacionamos com as substâncias trouxeram transformações importantes. A droga passa a ser altamente valorizada e consumida de maneira massificada. Pode-se ainda observar que o proibicionismo será um dos aspectos mais importantes para a construção do hiper-valor e a criminalização das substâncias e o seu consumo. Os movimentos puritanos pela temperança, eugenia e de diferenciação de classe, também foram fundamentais para esse processo, como os casos da Lei Seca nos EUA e regulação das Drogas no Brasil. Sendo assim, a droga foi sendo percebida como um problema de saúde, de criminalidade e imoralidade.

No desenvolvimento desta pesquisa, busquei compreender como os discursos sobre o consumo de crack foram sendo construídos e disseminados pela imprensa local, colaborando para o fortalecimento de estigmas que ultrapassam o consumo e a própria compreensão sobre a droga, passando a definir e rotular aqueles que consomem a substância.

Através da análise do *corpus*, foi possível observar e identificar como as matérias relacionadas ao crack e ao seu consumo colaboraram significativamente para a construção de sentidos associados à criminalidade, ao alarde social e à condenação moral, reforçando a marginalização dos sujeitos envolvidos. Nesse processo, os dependentes químicos deixaram de ser observados como indivíduos com uma determinada condição humana e com sua própria trajetória histórica, para

tornarem-se, acima de qualquer outra coisa, um problema social e de segurança pública.

A classificação, quantificação e análise que apresentei no capítulo anterior ilustram como se constrói uma narrativa histórica que, por não ser devidamente problematizada no cotidiano, na academia ou na sala de aula, acaba sendo naturalizada. Essa falta de problematização promove ações excludentes que são consequências diretas de discursos que não foram contrapostos, mas apenas aceitos. Se a narrativa estabelecida revela que o crack é unicamente a "droga da morte" e que o crime é a consequência inevitável de seu uso, um saber estigmatizante é constituído. Sem o devido questionamento, passamos a ser meros reprodutores dessas ideias pré-estabelecidas, permitindo que a ideia sobre o estigmatizado constitua nossa própria identidade e nossas ações práticas.

O proibicionismo desempenhou um papel fundamental na construção dessa lógica excludente, classificando hábitos e substâncias como permitidos ou condenáveis. Evidencia-se, assim, que o problema em si não são as drogas de fato, mas os significados históricos e políticos que lhes foram sendo atribuídos ao longo do tempo.

As narrativas encontradas nos textos jornalísticos analisados, sob a lente da História do Tempo Presente, nos ajudam a compreender como determinadas ideias permanecem cristalizadas na forma como compreendemos a droga e o seu consumo até os dias de hoje. O que foi dito, escrito e narrado sobre a substância e sobre quem a consumia interferiu e consolidou nossa consciência histórica.

Não se trata de negar os problemas concretos relacionados ao consumo de substâncias psicoativas, e muito menos de minimizar os impactos individuais, familiares e sociais decorrentes da dependência química. A intenção desta pesquisa é refletir sobre a importância de superar discursos puramente repressivos e moralizantes, permitindo leituras mais críticas sobre as circunstâncias históricas do crack. Ao não discutir e desbravar as contradições sobre a criminalização e o estigma do consumo de drogas, continuaremos a alimentar a engrenagem da discriminação e da exclusão.

Se a consciência histórica nos orienta na vida prática, questionar ideias preestabelecidas que foram historicamente naturalizadas é de fundamental importância para que o fazer científico e o próprio Ensino de História façam sentido. A exclusão, a patologização e a criminalização não podem ser os únicos parâmetros de abordagem para a dependência química. Se a consciência histórica permite reconhecer que as interpretações do passado influenciam as ações do presente, ela também possibilita imaginar e construir futuros em que esses sujeitos sejam reconhecidos não pelos estigmas que lhes foram atribuídos, mas por sua condição humana e por sua própria historicidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de**. *História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história***. 1. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ALVES, Hamer Nastasy Palhares; RIBEIRO, Marcelo; CASTRO, Daniel Sócrates de. ***Cocaína e crack***. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283173068_Cocaina_e_crack. Acesso em: 27 set. 2025.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION**. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR.*** Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL (ABHO). *Subsídios sobre ética e história oral.* 2022. Disponível em: https://www.historiaoral.org.br/resources/download/1666469317_ARQUIVO_Subsidiossobreeticaehistoriaoral.pdf. Acesso em: 16 abr. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo:** *edição revista e ampliada*. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2016.

BECKER, Howard S. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BORGES, Thiago Terra, ROMBALDI, Airton José, KNUTH, Alan Goulart, HALAL, Pedro C. **Conhecimento sobre fatores de risco para doenças crônicas: estudo de base populacional.** SCIELO BRASIL. Cad. Saúde Pública 25 (7): Jul 2009

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 13 jul. 2026.

CARNEIRO, Henrique. **DROGAS: A História do Proibicionismo**. São Paulo - SP, Autonomia Literária 2019.

CARVALHO, Jonatas Carlos de. **A emergência da política mundial de drogas: o Brasil e as primeiras conferências internacionais do ópio.** Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 7, n. 1, jan./jun. 2014.Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285040014_A_EMERGENCIA_DA_POLITICA_MUNDIAL_DE_DROGAS_O_BRASIL_E_AS_PRIMEIRAS_CONFERENCIAS_INTERNACIONAIS_DO_OPIO/link/569d4e5008aed27a702fa016/download?_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F

0aW9uIn19. Acesso em: 13 maio 2026.

CARVALHO, Jonatas Carlos de. *Uma história política da criminalização das drogas no Brasil: a construção de uma política nacional*. Trabalho apresentado na **VI Semana de História e III Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/carvalho_histria_poltica_criminalizao_ drogas_brasil.pdf. Acesso em: 13 maio 2026.

CARVALHO, Jonatas Carlos. **UMA HISTÓRIA POLÍTICA DA CRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS NO BRASIL; A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL**. Trabalho apresentado na **VI Semana de História e III Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/carvalho_histria_poltica_criminalizao_ drogas_brasil.pdf. Acesso 12 jan. 2026.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos***, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 183-194, 2002. DOI: 10.15448/1980-864X.2002.1.23794. Disponível em: Revista Estudos Ibero-Americanos – PUCRS. Acesso em: 20 maio 2026.

CUNHA, Maria C. P. **Cidadelas da Ordem**. São Paulo SP: Brasiliense, 1990.
ADORNO, Rubens; RUI, Taniele et al., 2013. **Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano**. Saúde e Transformação Social, 4(2): 4-13.
DUARTE, Danilo Freire**. Uma breve história do ópio e dos opióides**. *Revista Brasileira de Anestesiologia* (Braz J Anesthesiol), **55(1):135–146, fev. 2005. DOI: 10.1590/S0034-70942005000100015.

EMANCIPA – o cotidiano em debate. Higienização social e disputas de projetos de cidade, edição nº 3, 2018. *Emancipa – o cotidiano em debate*, Conselho Regional de Serviço Social – 9ª Região (CRESS-SP), 2018.

FERNANDES, Vagner Ribeiro, FUZINATTO, Aline Mattos. **DROGAS: PROIBIÇÃO, CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E MÍDIA**. Iº Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. 30, 31 mai e 01 jun / 2012- Santa Maria / RS.

FERNANDES, Vagner Ribeiro; FUZINATTO, Aline Matos. **Drogas: Proibição, Criminalização da pobreza e Mídia.** Iº Congresso Internacional de Direito Contemporaneidade. Santa Maria, RS: UFSM. 30, 31 de maio e 1º de junho de 2012.

FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis.** Belo Horizonte - MG, VARIA HISTÓRIA, vol 28, nº 47, p 43 - 59, jan/jun 2012.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. *Pesquisa revela dados sobre o consumo de drogas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 12 ago. 2019. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-revela-dados-sobre-o-consumo-de-drogas-no-br asil. Acesso em: 4 mar. 2026

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro, RJ: LTC 2017.

História Pública: um desafio democrático aos historiadores In Coleção História do Tempo Presente: Volume 2 / Tiago Siqueira et al. organizadores. - Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções 1789 - 1848.** São Paulo - SP, EDITORA PAZ E TERRA S.A. 2009.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **HISTÓRIA A arte de inventar o passado**. Bauru - SP, EDUSC. 2007.

MARMENTINI, Pedro Henrique Lovera. **A REPRESSÃO EM CAXIAS DO SUL NAS PÁGINAS DO JORNAL PIONEIRO – 1964/1966**. TCC. UCS – 2021.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política.** Livro 1, Volume 1. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1980.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces**. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 12, n. 1, p. 117–128, abr. 2006.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita. Repensar a Reforma Reformar o Pensamento.** 10ª edição. Rio de Janeiro - RJ, BERTRAND BRASIL. 2004.

NICOLINI, Cristiano. **Entre Histórias e Memórias: O Pensamento Histórico e as Narrativas Sobre a Regionalidade Na Educação Básica do Vale do Taquari** - RS. UFSM. Santa Maria - RS. 2019.

ROMANINI, Moisés, ROSO, Adriane. **MÍDIA E CRACK: promovendo saúde ou reforçando relações de dominação?** Scielo Brasil. Psicologia, Ciência e Profissão. UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. 2012 - Santa Maria / RS.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da**

história. *Intelligere: Revista de História Intelectual*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 60-76, 2017. DOI: 10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2017.127291. Disponível em: https://revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/127291. Acesso em: 27 set. 2026.

SILVA, Tiago Gomes da**. *Lei seca, institucionalismo e federalismo***. In: ANPUH – Associação Nacional de História (Org.) *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH SNH2011, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2011.

SOUZA, Jorge Emanuel Luz de. *Sonhos da diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

TORCATO, Carlos Eduardo. **Breve história da proibição das drogas no Brasil: uma revisão.** *Revista Inter-Legere*, n. 15, p. 138–162, 26 dez. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/6390. Acesso em: 5 fev. 2026.

XERRI, Eliana Gasparini. ***Narrativas presentes no Jornal Pioneiro (1994-2002), Caxias do Sul-Brasil: uso no ensino de História na formação de professores***. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, [200-?]. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/artigo-narrativas-presentes.pdf. Acesso em: 29 mar. 2026.

XERRI, Eliana Gasparini. ***O impresso jornalístico como fonte para o estudo de temas do tempo presente: gênero, candidatos e movimento social***. Métis: história & cultura, Caxias do Sul, v. 18, n. 36, p. 153-176, jul./dez. 2019.